

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O FEMINISMO E SUAS DIFERENÇAS: UM ESTUDO SOBRE O FÓRUM DE
MULHERES DE PERNAMBUCO.**

SUZANA MARQUES DANTA DE OLIVEIRA

DISSETAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO SOB A ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR Dr. RUSSEL PARRY SCOTT,
PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM
SOCIOLOGIA

RECIFE, DEZEMBRO DE 2002

Dedico esta Dissertação aos meus pais, Manoel (in memoriam) e Cremilda, por quem tenho profunda gratidão

ÍNDICE

Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	
CONSTRUINDO A IDENTIDADE NO CAMPO POLÍTICO DO FEMINISMO	12
Identidade na teoria geral do campo político	12
Descrição da pesquisa	25
CAPÍTULO II	
(RE)SURGIMENTO DO FEMINISMO BRASILEIRO: CONFRONTO DE PARADIGMA	33
O feminismo em movimento: a formação do campo	36
Um novo contexto para o feminismo: Fórum de Mulheres de Pernambuco	58
CAPÍTULO III	
IDENTIDADE FEMINISTA	64
O sentido do feminismo	64
CAPÍTULO IV	
RELAÇÕES DE GÊNERO	95
Gênero: do corpo natural para o corpo cultural	101
Gênero e relações de poder	111
CAPÍTULO V	
AGENDA POLÍTICA DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO	131
Aborto: um direito que se quer?	131
Feminismo e ações afirmativas	147
Comparando percepções e valores da agenda política	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
BIBLIOGRAFIA	164
ANEXO I: Documento do Fórum de Mulheres de Pernambuco	
ANEXO II: Informações complementares das entrevistadas	
ANEXO III: Depoimentos das entrevistadas sobre direitos reprodutivos e conselho dos direitos da mulher	

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças à contribuição e apoio de muitas pessoas. Não poderia enumera-las todas. De forma especial quero agradecer o apoio, a dedicação, a compreensão, a orientação com observações e críticas e o estímulo, ao meu orientador, quando em momentos de dificuldades foi um entusiasta confiante.

Agradeço também aos demais professores do programa pelas discussões e pelo processo de aprendizagem vivido em sala de aula ou fora dela.

À Coordenação do Curso, pelo apoio e pelas condições oferecidas para o estudo e o desenvolvimento do trabalho. Também agradeço à dedicação das Secretarias nas pessoas de Zuleika, do Pós-graduação de Sociologia e Regina, do Pós-graduação de Antropologia.

Aos colegas, que além dos debates, proporcionaram momentos de convívio e amizade, com quem discuti de forma quase diária, em particular Remo, Sérgio Luis, Lenivaldo, Cibele, Marcelo, Emílio e Cristiano. Também quero agradecer à amiga Fátima Guimarães, com quem tive a oportunidade de discutir leituras e questionamentos sobre a temática.

Não poderia deixar de agradecer ao Fórum de Mulheres de Pernambuco que foi muito solícito nas informações de que precisava. Em especial quero agradecer às entrevistadas que se dispuseram a contar as suas histórias. Gostaria também de registrar que no final da entrevistas, uma das entrevistadas veio a falecer, deixando sentimento de tristeza e pesar.

Á Adriana e à Ana Paula do setor de documentação do SOS Corpo que sempre muito pacientes me facilitaram o acesso à documentação e bibliografia para a pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer às colegas da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife – Shirley, Marta, Jô, Andréa, Adriana e Karla – que sempre estiveram prontas a me estimular no desenvolvimento da dissertação.

Merece agradecimento especial a minha família. No decorrer da dissertação meus sobrinhos, Gabriel e Maria Eduarda, sempre indagavam quando eu ia terminar a “*tarefinha*”, para lhes dá atenção, reclamando a minha ausência, mas agora parece que teremos mais tempo juntos. Tenho profunda gratidão à minha mãe, minhas irmãs, Ana, Maristela e Silvia e meus sobrinhos, pelo incentivo e apoio, me ajudando a superar as dificuldades, além da compreensão que tiveram em relação à ausência decorrente da absorção do tempo para realização desse trabalho.

Quero encerrar os agradecimentos dedicando a Paulete Rocha a minha mais profunda gratidão.

RESUMO

Essa dissertação investiga a identidade feminista no campo político do Fórum de Mulheres de Pernambuco, a partir dos relatos de suas participantes, que provêm dos mais variados campos da vida social. Nas informações proporcionadas pelas entrevistadas sobre o sentido do feminismo, das relações de gênero e da agenda política desse coletivo, consideraram-se dois binômios que marcaram historicamente muito dos percursos feministas, são eles: cultura/natureza e igualdade/diferença.

Em virtude da diversidade de mulheres, em seus respectivos contextos de opressões/desigualdades, inquiri-se: qual o sentido do feminismo para elas? Que identidades estão envolvidas? E que sistemas classificatórios estão em jogo?

Estão em questão os consensos e dissensos, pois o que mudar e como não estão dados a priori, acionam percepções e apreciações que vão entrar no jogo do reconhecimento do coletivo. Nesse sentido, utilizam-se algumas noções de Bourdieu desenvolvidas na Teoria do Campo, quando define o campo como um “*lugar de luta política*”, “*um campo de força*”, onde, ao mesmo tempo em que é possível apreender o que faz a sua existência, portanto a identidade, o faz usando jogos de linguagens. Para nossa pesquisa esses jogos de linguagens são importantes porque se situa o campo concorrencial, que permite pensar a luta política como também interna ao campo, onde percepções e apreciações vão entrar em competições, não garantindo a autonomia do campo a partir de uma identidade cuja totalidade seja amplamente compartilhada, homogênea e duradoura. Nesse sentido, enfocou-se o processo de identificação como referência contextual, nunca positivado e fechado nele próprio, constituído-se como transição, ralação, diferença.

ABSTRACT

This research looks into feminist identity in the political field of Pernambuco Women Forum (Fórum de Mulheres de Pernambuco), from its participants' report who are from a variety of quarters of the society. In the information given by the interviewees about the meaning of feminism, the gender relations and the political agenda of this collective, were taken into account two binomials which historically made a difference in many feminist choices, they are: culture / nature and equality / difference.

Considering the diversity of women in their respective oppression/inequality contexts, one could inquire: what is the feminism meaning for them? Which classificatory systems are considered?

The consensus and dissent are in question, for that what and how to change are not given things, they trigger off perceptions and appreciations which are going to take part in the collective recognition game. In this sense, make use of some notions of Bourdieu developed in the Field Theory, when define the field as a “place of political struggle”, “a strength field”, where, at the same time that it is possible to learn what makes its existence, therefore its identity, makes it using language games. For our research these language games are important because they make the contentious field clear, which allows to think the political struggle as making part of the field itself, where perceptions and appreciations are going to compete, not guaranteeing the field autonomy from an identity which totality is amply shared, homogeneous and lasting. Thus, we focused the identification process as a contextual reference, never made positive and closed in itself, characterizing itself as transition, relation and difference.

INTRODUÇÃO

É incontestável que homens e mulheres constroem a sociedade, a vida humana, mas não parece ser tão evidente que a participação das mulheres nessa incessante construção tenha sido vista, escrita e transmitida numa relação de equivalência em importância, contribuições, poderes e privilégios em relação aos homens, principalmente nas sociedades ocidentais. Daí Michel (1982) observar vieses androcêntricos nos estudos e pesquisas, corroboradas por leituras etnocêntricas dessas relações sociais.

Séculos já se passaram e a cidadania das mulheres ainda é posta em dilema, com dúvidas ou limites, cujos olhares receosos evocam por meio da sexualidade, do ciclo, da gravidez e das mudanças hormonais, sua associação à natureza e ao mundo privado ao invés da cultura e da vida pública. Dizer que a vida privada é também política – “o pessoal é político” - foi a grande sacada do feminismo, pois como explica Arendt (1983), “*o que vem a público se faz conhecer pelos outros*”, enquanto o mundo privado é o lugar da “*privatividade*”, que reside na ausência de outros, que não se dá a conhecer. Assim, lutar pelo reconhecimento no espaço público foi a grande iniciativa das mulheres na luta por direitos e mudanças de comportamentos.

Mas a diversidade das mobilizações das mulheres vem demonstrando que elas são agentes políticos significativos, com motivações e formas de organizações variadas. Em vista disso, as pesquisas acadêmicas vêm explorando a variedade e o caráter dos movimentos de mulheres, procurando entender as formulações que fazem da sua realidade e o sentido que tomam as mudanças a que almejam. Nessa exploração a literatura vem problematizando a possibilidade de um ator coletivo, capaz de unificar

a presença das mulheres depurada dos contextos que moldam a percepção que tem de si e dos outros.

Em nossa pesquisa enfocaremos o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) que se reconhece como uma *articulação feminista*. Esse coletivo é composto por mulheres que estão imersas nos mais variados campos da vida social e, como tal, tem percepções e apreciações diferentes sobre seus contextos de opressões, exclusões e desigualdades, mas que se reúnem para formular projetos de emancipação. Assim, o que mudar e como mudar não está dado a priori, acionam percepções e apreciações que vão disputar o jogo do reconhecimento coletivo. O centro de nossa investigação refere-se ao entendimento que essas participantes fazem do feminismo, colocando em foco dois binômios cultura/natureza e igualdade/diferença, tendo em vista que esses binômios vêm se colocando no centro das interpretações e explicações das hierarquias sociais, sendo, portanto, elementos de debates no feminismo. Com isso pretende-se compreender como esses binômios se introduzem nos sistemas classificatórios de julgamento das entrevistadas, fundamentando consensos e dissensos no agenciamento de suas lutas.

Para tal empreendimento, adotou-se a Teoria do Campo de Pierre Bourdieu, tendo em vista as suas contribuições para o campo político, entendido pelo autor como “*lugar de luta política*”, um “*campo de força*” (Bourdieu, 1989), onde as coisas materiais e simbólicas entram em jogo no processo de identificação e organização de grupos, não apaga todas as diferenças sociais, possibilitando explicar os princípios de divisões internos em que se organizam os conflitos, as controvérsias, as competições e os limites para o funcionamento do campo. A discussão sobre a Teoria do Campo está desenvolvida no primeiro capítulo - “Construindo a identidade no campo político do feminismo”. Nesse também se discute os procedimentos metodológicos da pesquisa.

No segundo capítulo – “(Re)Surgimento do feminismo brasileiro: confronto de paradigmas” – abordam-se as teorias que influenciaram as leituras sobre os movimentos sociais na década de 1970 no Brasil, época do (re)surgimento do feminismo brasileiro, mas onde o centro das análises enfatizavam as chamadas “carências urbanas”, em cujas lutas os movimentos sociais eram interpretados com lutas unificadas a partir do binômio morador-trabalhador, sem dá conta das diferenças que potencializavam os novos atores sociais, como por exemplo o feminismo, o movimento negro, ambientalista, dentre outros. Exigia-se então, um novo enfoque. É quando as abordagens sobre os Novos Movimento Sociais contribuíram ao se sensibilizarem para a crítica cultural que esses “Novos Movimentos” traziam. Foi esse o contexto de (re)surgimento do movimento feminista no Brasil e em Pernambuco: lutar para ser reconhecido como sujeito político, específico, e crítico cultural da sociedade moderna.

Nos terceiros e quartos capítulos - “Identidades feministas” e “Relações de gênero” respectivamente - retoma-se a discussão de Bourdieu, sobre os “sistemas simbólicos” como constitutivos da Teoria do Campo, onde o *habitus* fornece elementos explicativos sobre as relações de sentido que vão informar o princípio em que se apoiaram as entrevistadas para justificarem as suas análises sobre feminismo e os contextos das relações de gênero que consideravam significativos. As diferenças de abordagens pelas entrevistadas foram mais de nuances, reconhecendo-se nas desigualdades vividas como **mulher**, com pouca variação na maneira de perceber a opressão, potencializando assim uma identificação mais convergente.

Já no quinto capítulo – “agenda política do Fórum de Mulheres de Pernambuco”- procurou-se compreender seus posicionamentos sobre a agenda política do FMPE. Nessa discussão, outras fontes ou vínculos sociais foram por elas

evocados para justificarem suas diferenças ou oposições, descortinando as competições internas ao do Fórum de Mulheres de Pernambuco, variando assim os elementos da identificação feminista.

Nas “Considerações finais” buscou-se explicar como as *crenças* (no dizer de Bourdieu) que sustentam o campo político do Fórum de Mulheres de Pernambuco, só se tornam possíveis, na medida em que esse lugar é reconhecido como o locus de acolhimento das diversas formas de apreensão das desigualdades e das lutas das mulheres, sem almejar um princípio identitário fundamentado no princípio de igualdade A=A para todas as participantes.

CAPÍTULO I – CONSTRUINDO A IDENTIDADE NO CAMPO POLÍTICO DO FEMINISMO

IDENTIDADE NA TEORIA GERAL DO CAMPO

A participação política das mulheres tem ajudado a minar a visão comumente disseminada de que estas não são agentes políticos e que sua esfera adequada de influência é no domínio da esfera privada. Por causa disso, o crescente interesse pelos movimentos de mulheres tem gerado diversos tipos de estudos sobre a ação coletiva feminina, revelando uma amplitude de atividades políticas nas quais estão engajadas. A variedade de mobilizações das mulheres demonstra que elas são agentes políticos significativos, como também que a variedade de suas mobilizações são motivadas por uma ampla variedade de objetivos. Em vista disso, as pesquisas acadêmicas vêm sugerindo a necessidade de explorar a diversidade e o caráter dos movimentos de mulheres, bem como as formulações que fazem da sua realidade e os sentidos que tomam as mudanças a que se propõem (Molyneux, 1996).

Como desdobramento, a literatura vem problematizando a construção de um ator coletivo capaz de unificar a presença das mulheres no cenário político, baseado numa identidade coletiva depurada dos contextos particulares que moldam a percepção que têm de si e dos outros.

Por exemplo, na literatura apontam-se distinções entre movimentos de mulheres e movimento feminista. Soares entende que:

“As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos compõem a outra face.” (Soares, 1994:15)

Seguindo a mesma orientação, Arrazola (2000) compreende que:

“(…) O feminismo é a ação política organizada e de caráter coletivo assumida pelas mulheres, que visam transformar e superar a situação de opressão e inferiorização das mulheres, portanto a sociedade e as relações sociais que determinam tal situação. Por isso, a luta contra a dominação patriarcal, a discriminação das mulheres, a subordinação e opressão de gênero das mulheres e as desigualdades sociais entre homens e mulheres, dadas como naturais, visando à emancipação das mulheres e à construção de uma sociedade sem as desigualdades sociais de gênero, de raça, de classe, sem perder de vista as faixas etárias ou geracionais.”

E continua:

“O movimento de mulheres refere-se às mulheres em movimento, desde as mais diferentes ações organizadas e reivindicatórias, mas cujo objetivo central não diz respeito necessariamente à situação de opressão e desigualdade social das mulheres, dada sua condição de gênero. Por exemplo, o caso das mulheres integrantes do movimento de bairros (saneamento, transporte, creche, habitação), das agentes de saúde, da associação de bairro, clube de mães, das trabalhadoras rurais etc. Enquanto expressão da organização das mulheres o movimento feminista inclui-se nesse movimento”. (grifos da autora, Arrazola, 2000:78).

Com essa distinção as autoras procuram enfatizar os contextos de identificação de formas de opressão que orientam ações políticas diversas. Problematizando os contextos de opressão/desigualdade das mulheres, esses não se apresentam de forma fixa e universal - determinando uma condição unificada da desigualdade entre os sexos -, tão pouco a inserção política das mulheres apresenta-se de forma semelhante entre si, conseqüentemente a perspectiva de criação de uma utopia emancipatória consensuada entre as mulheres mostra-se questionável. A pesquisa social vem apresentando esse dilema que Sorj (1992) problematiza:

“A passagem da posição estrutural da mulher na sociedade à sua constituição em um agente coletivo apresenta, porém, problemas importantes. Existe uma identidade coletiva de mulheres que perpassa diferentes culturas, comunidades, sociedades? (...) Sua relevância refere-se à maneira pela qual, muitas vezes, a teoria feminista abordou a questão da identidade coletiva das mulheres, depurada das histórias específicas, dos contextos particulares que moldam as percepções que se tem de si mesmo e dos outros que se pretende diferenciar.” (Sorj, 1992:17).

Moraes registra que já em 1980, divergências internas ao movimento feminista começaram a aparecer, onde *“(…) pouco a pouco a heterogeneidade social desmantelava com a unidade forjada no abstrato, na omissão das diferenças (...)”*(Moraes, 1985:94).

Pensando no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) que se denomina como uma *articulação feminista* (Subsídios para Oficina, 1977, vê anexo I) que propõe mudanças nas condições do gênero feminino, essas considerações me instigaram a investigar se o feminismo pode gerar objetivos capazes de ter uma aplicação universal. Coloco em foco os consensos e os dissensos nesse espaço de expressão política, pois o FMPE tem na sua composição mulheres engajadas nos mais variados grupos sociais, por exemplo, mulheres que atuam em clubes de mãe, sindicatos, movimentos de bairro, partido político, Organizações Não-governamentais de mulheres, feministas e de base mista, etc. Assim, de lugares diferentes, elas se reúnem para deslindar seus contextos de opressão e formular projetos de emancipação.

No Fórum de Mulheres de Pernambuco, o que mudar e como mudar são questões que não estão dadas a priori, elas acionam percepções e apreciações que vão entrar no jogo de reconhecimento do coletivo¹. Nomear o FMPE de feminista é, pois, nomear um campo de luta. Nessa direção, utilizarei algumas noções que Pierre Bourdieu desenvolve sobre a **Teoria do Campo**.

Numa acepção mais geral Bourdieu define *campo* como um “*lugar de luta política*”, um “*campo de força*”. Na sua definição:

“*Compreender a gênese de um campo, é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e suas obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir*”. (grifo do autor, Bourdieu, 1989:69).

A percepção que se tem do mundo (social e natural) tem o poder de dar sentido a ele e tem o efeito prático de organizar grupos. O movimento de constituição do campo

¹ Nos confrontos teóricos e políticos que vêm marcando o movimento feminista, em especial a sua constituição identitária, utilizarei algumas reflexões que desenvolvi no artigo “*Movimento de Mulheres: pensando uma identidade relacional*” (Marques, 2000). Nesse artigo observo algumas contribuições fornecidas por Pierre Bourdieu sobre o campo simbólico como campo de luta na perspectiva de uma identidade relacional.

põe em jogo o poder sobre usos particulares de categorias, assim sendo, o campo vai se constituir como o que está em jogo, como objeto de lutas, pelo monopólio da definição legítima das classificações ou, como diz Bourdieu, “(...) o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (Bourdieu, 1990:113).

Segundo esse autor:

*“O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um **quantum social** que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio”* (grifo do autor Bourdieu, 1983:21).

O *quantum social* corresponde àquilo que ele chama de capital - capital econômico, cultural e político - que vai formar e informar o capital simbólico - a *visão de mundo e a ação sobre o mundo*. Assim, o campo vai se constituir por agentes que tem capital diferenciado e com peso relativo. A eficácia do campo está, pois, na capacidade de reduzir essas diferenças sociais, constituindo um discurso que tem em vista fazer os agentes envolvidos se reconhecerem nessa definição.

Mas o campo não apaga todas as diferenças². Por um lado, o campo produz um discurso performático³ de sua identidade e o faz a partir da autoridade relativa que alguns possuem em relação ao conjunto do grupo e dos espaços institucionais que têm

² Utilizaremos os termos *diferença* e *especificidade* como sinônimos. Esses termos remetem a um amplo campo de interpretações por vezes distintos, entretanto, serão utilizados para designar: a) a idéia do que aparece como “próprio” da opressão (por exemplo, o que é da mulher negra, das mulheres de classes sociais empobrecidas, etc.); e b) as visões distintas de expressar posicionamentos a partir de outras redes de relações em que estão inseridas as entrevistadas (mulheres organizadas nos movimentos populares, mulheres organizadas nas Organizações Não-Governamentais feministas, etc).

³ Na discussão de Silva (2000) sobre a performatividade do discurso ele conjuga duas idéias: uma que se refere às proposições descritivas de uma ação, situação ou estado de coisas, e outra que inclui elementos dinâmicos de movimento e de transformação, um “*tornar-se*”. Para os objetivos propostos nessa dissertação, adotaremos os dois sentidos, mesmo que em algum momento a ênfase recaia sobre essa última.

de se defrontar. Mas, por outro, o discurso da unidade e da coesão não cobre todas as especificidades envolvidas.

A preferência de Bourdieu em pensar o campo como lugar de luta, abre a possibilidade de pensar a luta interna ao campo, tendo em vista que a experiência do social se reconhece em expressões diferentes. Na atividade de reunir elementos mais ou menos fortes para produzir uma identidade se coloca a luta interna, pois, como os critérios nunca coincidem totalmente, os interesses correlatos deixam em aberto o sentido e o valor dos atos discursivos de representação. Isto significa não ser possível pensar uma totalidade amplamente compartilhada capaz de produzir identidade social homogênea e duradoura, nesse sentido, consideramos o processo de identificação no campo como relacional, nunca positivado e fechado nele próprio, mas constituído como transição, relação, diferença.

Na análise de alguns autores a proposta de Bourdieu coteja dois paradigmas distintos - o estruturalismo e o marxismo. Na interpretação de Pinto (2000) a Teoria do Campo foi concebida no

“(...) confronto entre duas tradições cujos emblemas são o estruturalismo e o marxismo, era-se levado quer a privilegiar os produtos dotados de coerência interna subtraindo-os aos determinismos externos, quer a caracterizar tais produtos pelas funções sociais que eles exercem, notadamente as funções ideológicas de justificação dos interesses das classes dominantes (...)” (Pinto, 2000:76).

De acordo com esse autor, a Teoria do Campo rompe com a tradição fundacionalista, possibilitando explicar os princípios de divisões internos onde se organizam os conflitos, as controvérsias, as competições e os limites que o funcionamento do campo impõe, rompendo com a perspectiva de uma lógica imanente, podendo o campo entrar em conflito com princípios de legitimidade, reforçando a idéia de que a autonomia do campo *“(...) não é uma situação para sempre garantida*

juridicamente, e sim o resultado de lutas que se inserem na história” (idem,82). Assim, permeado por conflitos, o campo está sujeito à ação das forças contrárias, refletindo em seu bojo uma diversidade de pontos de vista e refletindo, por isso, uma diversidade de graus de autonomia.

Nessa discussão ganham relevo as contribuições de Bourdieu⁴ sobre os “sistemas simbólicos” como constitutivos da Teoria do Campo. Os sistemas simbólicos apresentam-se como “*estruturas estruturadas*” na medida em que “(...) *são instrumentos por excelência da ‘integração social’, enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação (...) eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social (...)*” (grifo do autor⁵, Bourdieu, 1989:10). Mas, enquanto “*estruturas estruturadas*”, os sistemas simbólicos só aparecem como consequência das relações de forças – “*estruturas estruturantes*” – devido às relações que os sistemas simbólicos exprimem como resultado de disputa nos sistemas de classificação⁶. Assim, Bourdieu define o simbólico como:

“(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo; poder quase mágico que permite

⁴ Para evitar qualquer mal entendido no uso que faço das noções desenvolvidas por Bourdieu, esclareço que “*estruturas estruturantes*” (“*modus operandi*”) e “*estruturas estruturadas*” (“*opus operatum*”) compõem o que o autor vai chamar de **habitus** na constituição dos instrumentos simbólicos (Bourdieu, 1989). Buscando repudiar o positivismo conservador do registro não-crítico das diferenças, o conceito de *habitus* pretende dar conta da questão recorrente de saber como e em que limites se verifica o ajustamento entre as estruturas objetivas e as estruturas interiorizadas incorporadas pelos agentes nos domínios concernentes à existência social. Essa relação entre o interior e o exterior, o subjetivo e o objetivo, seria a primeira dimensão do *habitus*. A partir desse conceito é possível “(...) *pensar em termos de relação, pois, no mundo social, ser é estar situado e situar-se num espaço diferenciado, ajustando-se aos seus próprios possíveis e a eles somente.*” (Pinto, 2000:39). Não desconsiderando as *estruturas estruturadas*, para nós tem relevância as *estruturas estruturantes*, tendo em vista que na análise do campo feminista temos por perspectiva pensa-lo em termos de oposições, característica, aliás, explicitada por Bourdieu na sua teoria.

⁵ Segundo Miceli, Bourdieu enfatiza essa expressão para diferenciar-se de Durkheim e Saussure que reduzem o sistema simbólico a instrumentos de comunicação e de conhecimento não incorporando o aspecto político que incide na sua constituição (Bourdieu, 1987).

⁶ No meu artigo acima citado - Marques, 2000 - desenvolvo uma discussão sobre a importância dos **sistemas simbólicos** na constituição identitária do campo político feminista, enfocando as possibilidades do conceito *estruturas estruturantes* na sua flexibilidade para as classificações no jogo político.

obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' em forma de uma 'illocutionary force' mas que se define numa relação determinada (...)" (grigos do autor, Bourdieu, 1989:14).

Ele privilegia a função social na discussão dos fatos simbólicos, tendo em vista que a ordenação do mundo que o simbólico produz exerce função de diferenciação social e de legitimação das diferenças, transformando-se em função política, ou seja, o que toma relevo na discussão deste autor é como, nas relações de sentido, as categorias passam a informar e justificar o princípio em que se apóia a realidade social dos agentes⁷. A função de estrutura estruturante que toma os sistemas simbólicos é pertinente aos objetivos de nossa discussão porque, dependendo do **contexto e da situação em que é empregado**, desmonta as evidências que as visões de mundo tomam.

Sendo possível pensar o simbólico como não homogêneo para todos os grupos sociais, a elaboração simbólica, por sua vez, também implicará nos diversos referentes que os agentes, em interação, vão dispor e disputar na mudança da significação social. Assim, a partir de cortes distintos, diversos referentes podem englobar outros mais exclusivos que, em outro contexto, se opõem entre si.

Com essa discussão estamos em condições de definir os aspectos relevantes que adotaremos no tratamento das questões referentes à identidade social do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Convém esclarecer que o sujeito de nossa investigação está inserido social e culturalmente e, portanto, descartamos os referenciais da psicanálise,

⁷ É importante chamar atenção que o caráter público e observável dos símbolos também é reafirmado por Geertz quando define que os elementos simbólicos "(...) *são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças.*" (Geertz, 1978:105)

relativos ao inconsciente e seu funcionamento, mais adequados às questões da identidade pessoal e individual⁸.

Desde Bourdieu, a percepção é orientada por esquemas classificatórios que produzem a coesão e a diferenciação a depender do traço classificatório escolhido como critério. Assim, a classificação tanto direciona a forma de apreensão da realidade, quanto promove a sua organização significativa. Nos termos desse autor, o processo de identificação pode ser entendido como processo classificatório que ordena e qualifica a percepção que têm os sujeitos sociais. É importante salientar que nos atos de ordenamento, idéias e valores se interligam e que, no âmbito do campo político, são “interessadas”, pois se encontram num campo de disputas pelos grupos sociais e que estão assimetricamente situados em relação ao mesmo, traduzindo-se em desejos de garantir acesso privilegiado aos bens sociais e simbólicos. Mas o emprego de esquemas classificatórios só tem sentido num universo específico, daí a indeterminação relativa que marca o processo de identificação. Na trilha de Bourdieu, Maura Penna (1992) entende que:

“(...) a operação que atribui uma identidade social comum que classifica e organiza grupos, trabalha com objetos diferenciados, independentes, e com mais de um objeto. Isto leva à impossibilidade de que o conceito de identidade social seja fundamentado, implícita ou explicitamente, sobre o princípio de identidade lógica (A=A) (...)” (Penna, 1992:153).

Nessa perspectiva, a semelhança só é possível sobre o pressuposto da diferença, pois “*as semelhanças não estão nas coisas, mas sim entre as coisas*”, tomando como

⁸ Reconhecemos que a identidade pode referir-se tanto aos aspectos sociais e culturais, quanto aos aspectos da subjetividade, entendendo esse último termo como “*(...) a compreensão que temos sobre nosso eu.*” (Woodward, 2000:55). Entendemos que a vivência da subjetividade se dá em um contexto social que, por sua vez, dá significado à experiência que temos de nós mesmos e onde assumimos uma identidade. Com isso não desconhecemos o caráter subjetivo da experiência identitária, mas, em vista de nossos objetivos, descartamos análises que envolvam as dimensões inconscientes do eu.

princípio atos de relação frutos da apreensão do real (adquiridos socialmente e construídos culturalmente), de operações de identificação e discriminação. Assim, critérios distintos podem acionar relações de semelhanças diversas. De acordo com essa autora “(...) *o que pode ser observado e estudado é o modo como as atribuições de identidade são construídas e aplicadas: é esta a experiência possível*” (idem p.156)

Referindo-se a grupos que transformam suas ações em compromissos políticos, a identidade cumpre funções organizacionais, demarca limites e cria simbolicamente unidade em torno de interesses materiais e/ou simbólicos. A identidade é, pois, uma representação, uma necessidade de auto-conhecimento e do reconhecimento pelos outros para organizar e tornar visível o campo. Mas, como a representação não estabelece uma relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas, ela mascara as diferenciações internas, não homogeneiza de fato. Para essa autora, nos momentos de mobilização e confrontos as diferenças podem ser obscurecidas, a depender do contexto e dos elementos que estão expostos no jogo do reconhecimento, mas não significa que tenham desaparecido por isso, em outros momentos, as especificidades podem organizar novas alianças, novas relações de poder, alterando significativamente o seu perfil e propondo percepções e ações diferenciadas, fragmentando o grupo mais amplo.

Pensando no Fórum de Mulheres de Pernambuco, os seus discursos envolvem aquilo que é possível enfocar como expressão de uma realidade específica para a produção simbólica. Nessa produção, os agentes envolvidos vão acionar demandas por novas significações a partir de vivências diferenciadas. O ponto de partida é, pois, a própria especificidade dos materiais que vão encher os significantes, selecionando-os e burilando-os para se constituírem em significações capazes de orientar interesses e reivindicações, deste modo, interpretações diferentes podem produzir novos significados.

Como discute Bourdieu, os “*atos de percepção e de apreciação*” têm que ser “*conhecidos e reconhecidos*”, isto é, representados pelos agentes. Mas a produção simbólica não pode ser fixada como momentos de uma totalidade subjacente, mas sim

em atos discursivos variados, segundo o que os grupos podem e querem agenciar nas suas lutas cotidianas. Daí ser possível explicar a surpresa de Albernaz (1996) ao constatar que na relação que o feminismo estabelece com a sociedade se afigura como “*pouco clara*”, “*difusa*”, “*multifacetada*”, apresentando ambigüidades na sua representação.

Parafraseando Bourdieu, é porque existem usos negativos definidos pela dominação simbólica que as mulheres são levadas a lutar para mudar o sentido e o valor das características estigmatizadas. No caso em questão, a revolução simbólica não se dirige para a reconquista de uma identidade perdida, mas para a apropriação coletiva de poder sobre os princípios de construção e de avaliação dos sistemas classificatórios. Lutar por uma nova representação do feminino como reconhecimento social da diferença é desenvolver esforços no sentido de mostrar que aquilo que é dado como evidente, esconde o arbitrário das construções sociais. Como diz o autor, é ir “*para além dos atributos diretamente visíveis*”, refazendo a história de um passado, ajustado às exigências do presente e à ação criadora de novos significados, aniquilando com o poder da crença estabelecida. É nesse recontar de história e constituir interesses para legitimar-se, para ser reconhecido, que se colocam as possibilidades e os dilemas do campo político feminista.

As formas de organizações coletivas das mulheres são muito heterogêneas, na realidade melhor seria falar de movimentos de mulheres. O Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) é, pois, uma das formas organizadas desses movimentos. Nesse coletivo estão presentes mulheres que atuam nos mais variados campos de atividade social, que se reúnem para discutir e desenvolver ações com vistas a mudanças nas relações de gênero. A discussão que pretendo desenvolver nesta dissertação está na

dinâmica das especificidades e na produção das semelhanças, nesse sentido, a questão que se coloca é a seguinte: qual o entendimento que as participantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco fazem sobre feminismo?

Falando aqui do campo político, enfatizarei os discursos que nomeiam as diferentes maneiras de identificação no campo feminista. Segundo Silva, os atos de identificação “(...) são criados por meio de atos de linguagem (...) É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais (...)” (Silva, 2000:76,77). De acordo com esse autor, a linguagem não se limita a descrever uma ação, uma situação ou um estado de coisas, “(...) mas fazem com que alguma coisa aconteça. Ao serem pronunciadas, essas proposições fazem com que alguma coisa se efetive, se realize (...)” (idem, pp.92,93). Assim, numa rede de atos de fala, o discurso contribui para definir ou reforçar identidades, mas também para desestabilizá-las, para dentro ou para fora do campo político.

Pensando no Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), levantamos as seguintes questões para serem investigadas no discurso das entrevistadas: quais os discursos das participantes do FMPE sobre o feminismo? Que identidades estão envolvidas? Que sistemas classificatórios estão em jogo?

Com essas questões não se pretende reduzir a discussão às especificidades dos agentes no contexto do movimento, porém mostrar que a execução política é necessariamente difícil porque os agentes sociais envolvidos procedem dos mais variados campos da vida social, tornando o movimento um caleidoscópio de percepções, que, a depender do que está em jogo, nem sempre garante consensos a priori.

As nossas hipóteses são de que: 1) as dificuldades que se colocam na constituição das ações coletivas dizem respeito à diversidade do entendimento das desigualdades e opressões das mulheres; e que 2) o agenciamento das lutas políticas no Fórum de Mulheres de Pernambuco têm pesos relativos, pois se interceptam com outras redes de relações sociais em que estão inseridas essas mulheres podendo, essas redes, se constituírem em processos organizativos com agendas de mobilização, influenciando nas tomadas de decisões no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

No contexto de nossas indagações duas antinomias serão introduzidas para captar a diversidade dos discursos das entrevistadas, tendo em vista que esses binômios percorrem os debates sobre as “práticas políticas”⁹ do feminismo, são eles **cultura/natureza e igualdade/diferença**, pois um dos desafios do feminismo foi inserir no debate político sobre a identidade, o questionamento do essencialismo e da fixidez numa categoria biológica, afirmando que a identidade não é uma luta entre sujeitos naturais.

Os coletivos feministas vêm procurando se diferenciar de outras organizações quando acusa que nas construções de diferenças, o feminino é tomado como um pólo subordinado ao masculino. Nesse sentido, o sistema sexo/gênero¹⁰ veio conotar um conjunto de práticas sociais, institucionais e discursivas que convencionam as relações sociais e, como tal, é uma das “*formas de significar relações de poder*” (Scott,1989).

⁹ Considero que os discursos informam uma prática política, constituindo-se assim uma das faces da prática.

¹⁰ Esse conceito foi desenvolvido por Gayle Rubin, que definiu sexo/gênero como: “(...) *um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão bizarras algumas dessas convenções podem parecer.*” (Rubin,1993:05).

Colocando-se como um movimento que busca alterar a política de subjetivação, o feminismo pôs no centro das interpretações e explicações da hierarquia social o elemento biológico sexual, subvertendo nos sistemas classificatórios os fundamentos que associam o lugar da natureza para a mulher e o da cultura e dominação para o homem. No dizer de Alisa Del Re, “*A partir de dados biológicos, o feminismo construiu uma série de teorias que provocam uma reversão do signo negativo ‘feminino’ (...)*” (grifos da autora, Del Re, 1996:03). Daí a importância do binômio **cultura/natureza** ser investigado nos discursos das entrevistadas.

O outro binômio constitutivo da luta feminista é **igualdade versus diferença**. Historicamente a luta das mulheres é marcada por formas de identificar as suas exclusões nas relações de poder vigentes e nas propostas políticas de transformação. Os estudos (Barret, 1996; Del Re, 1996; Miguel, 1995, dentre outros) apontam diferenças na forma de compreender e perspectivar essas mudanças.

Assim, o par **igualdade/diferença** põe em foco tanto a identificação das entrevistadas na pauta política do movimento, quanto a constituição da alteridade no coletivo. Uma vez que consideramos que a identidade só existe por meio de diferenciações que dão sentido às práticas e às relações sociais, isso produz, nesse coletivo, investimentos diferenciados nas disposições de mudanças.

É evidente que os dois binômios não podem ser cindidos, pois, do ponto de vista político, faz-se necessário articular os sentidos que tomam as diferenças biológicas, sexuais, com os investimentos para a mudança nas relações de desigualdades. Esses dois binômios serão apreendidos a partir da maneira como identificam o feminismo para si e no Fórum de Mulheres de Pernambuco; no debate sobre gênero e na maneira como se posicionam em relação à pauta política do FMPE.

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Nessa pesquisa, os preceitos metodológicos seguidos contemplam a contextualização do universo da pesquisa, bem como a integração da pesquisadora a este.

O interesse pelas desigualdades entre homens e mulheres me acompanha desde a minha iniciação, ainda muito jovem, nos movimentos políticos contra a ditadura militar brasileira. Nessa época havia um debate muito forte entre “questões específicas” e “questões gerais”. As “questões gerais” estavam associadas ao fim da ditadura e à redemocratização do Brasil, enquanto as “questões específicas”, geralmente relegadas às demandas femininas/feministas, raça/etnia, etc., eram obscurecidas em função do que estava posto na ordem do dia pelos movimentos políticos – as “questões gerais”. Essa forma de conduzir a política me deixava bastante insatisfeita. No processo de distensão do regime autoritário, no início da década de oitenta, reorientei minha atuação política aproximando-me de grupos feministas. Nessa época, a violência sexista e doméstica constituía um tema de preocupação para algumas feministas, e, em 1984, um grupo de amigas formamos o primeiro grupo autônomo sobre o tema no Recife. Reuníamos-nos no espaço físico do SOS Corpo, Gênero e Cidadania, sem, no entanto, estabelecer vínculos formais com essa organização. Era um grupo de discussão e denúncia. Após uns dois anos aproximadamente, o grupo se dispersou sem que fizéssemos uma avaliação a esse respeito. Penso que, dentre os vários fatores que contribuíram para a sua extinção, o tema – que era muito pesado para as nossas condições na época -, bem como as divergências na maneira de conduzir os trabalhos, foram marcantes. Após a dissolução desse grupo passei a participar de eventos pontuais do movimento e, paralelamente, acompanhar os debates sobre o feminismo e seus conflitos na literatura e em conversas com colegas feministas. Na segunda metade dos anos noventa reiniciei minha aproximação, ainda que tímida, com o movimento feminista a partir do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Quando iniciei o Mestrado de Sociologia o tema me despertou interesse. Nas leituras que desenvolvi na disciplina da Professora Silke Weber, tive a oportunidade de conhecer um pouco o pensamento de Bourdieu chamando minha atenção, em especial, a sua abordagem sobre o simbólico. Nas lembranças de minha trajetória, o feminismo saltou como um campo de pesquisa onde eu poderia investigar os processos conflituosos da nomeação identitária a partir das contribuições desse autor.

Essa contextualização é importante porque, como diz meu orientador Parry Scott, toda dissertação tem seu lado subjetivo, sendo importante apresentá-lo para assegurar ao pesquisador e ao leitor, minimamente, os limites e os deslizes da relação entre o produtor e a obra.

Adentrando na realização da pesquisa, levei em conta as especificidades do fenômeno investigado e adotei a metodologia qualitativa por considerar que essa fornece “(...) *uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societais (...)*” (Haguette, 1987:55).

Na coleta dos dados, optei pela entrevista, registros do Fórum de Mulheres de Pernambuco, bem como publicações sobre o tema. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista me pareceu a mais pertinente tendo em vista que ela é mais adequada para a obtenção de informações referentes aos mais diversos aspectos da vida social, possibilitando o conhecimento sobre o que as pessoas pensam, crêem ou desejam (Gil, 1999). Para a entrevista elaborei um roteiro com pontos de interesse que ia explorando e esclarecendo ao longo do seu curso. Foram eles

- a) Regularidade na participação das reuniões/atividades do FMPE;
- b) Entendimento sobre o feminismo;
- c) Percepção sobre relações de gênero;
- d) Posicionamento sobre aborto;
- e) Posicionamento sobre a criação do Conselho dos Direitos da Mulher em nível local.

Procurei ser fiel à seqüência do roteiro elaborado, mas, em alguns momentos, as entrevistadas suscitaram discussões que anteciparam ou postergaram os temas da pauta. Respeitando o que elas discutiam, segui a lógica de suas explicações. Isso foi interessante porque contribuiu para contextualizar muitas de suas afirmações.

Quando me decidi pelo tema, procurei algumas colegas do Fórum de Mulheres de Pernambuco e comentei sobre o desejo de realizar essa pesquisa, elas imediatamente acharam a idéia muito interessante e afirmaram da sua importância, tendo em vista o parco material publicado sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco, apesar desse coletivo ter destaque nacional pela sua atuação. A partir de então comecei a fazer um diário de campo com anotações sobre as reuniões e eventos do Fórum de Mulheres de Pernambuco para subsidiar na elaboração da pauta de entrevista e na escolha da amostra. Paralelamente, fui em busca de registros do FMPE – atas de

reunião, jornais e outras publicações. A maior dificuldade que senti foi de encontrar os registros de reuniões, pois, como o FMPE nunca teve sede fixa, as atas estão espalhadas, inclusive em mãos de mulheres que estão ausentes do coletivo. Ainda assim consegui coletar verdadeiras pérolas desse coletivo!

Para a determinação da amostra adotei o princípio da amostragem não-probabilística. Segundo Gil esse tipo de amostragem não apresenta “(...) *fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador.*” (Gil, 1999:101). Nas ações diárias do Fórum, observei uma flutuação no número de participantes. O número de participantes no cotidiano do movimento era bem inferior ao de outros eventos políticos e festivos promovidos pelo FMPE, embora existissem presenças mais constantes no dia-a dia do movimento. As reuniões do Fórum eram geralmente realizadas à noite, em alguma instituição no Recife, variando conforme a possibilidade das instituições em disporem o seu espaço físico. Além disso, o Fórum de Mulheres de Pernambuco tem uma abrangência estadual, fazendo com que participem mulheres dos mais variados pontos geográficos do estado. Nesse sentido, tive o cuidado de considerar essas especificidades na seleção das entrevistadas.

Para decidir sobre a amostra, além das considerações feitas acima, utilizei-me de uma publicação do Fórum de Mulheres de Pernambuco – “O que as Mulheres de Pernambuco Querem como Políticas Públicas Municipais de 1997 ao Ano 2000” (s/d) – onde consta a relação das participantes que assinaram o documento, um total de 35.

Um outro aspecto considerado na seleção das entrevistadas foi a forma de sua representação. Na história do Fórum existe um princípio bem geral de participação e representação: qualquer mulher pode participar do FMPE, sendo vetado apenas a participação masculina para se constituir membro deste. Isso não significa que entidades mistas não possam se fazer representar, entretanto, o acesso só é garantido às mulheres. Assim as mulheres se fazer representar como entidade e/ou como simples cidadãos. Isso quer dizer que no FMPE observa-se a presença de várias mulheres de

uma mesma entidade¹¹. Também observei a participação de mulheres autodenominadas feministas que chamarei de “feminista independente”, porque não representavam qualquer entidade, geralmente eram mulheres que trabalhavam em autarquias, estudantes, profissionais autônomas, etc.

Nesse cadinho de representação construí uma classificação que expressasse os “lugares de fala” das participantes, procurando contemplar o seu capital político no jogo de reconhecimento coletivo, que foi o seguinte: Organizações não-Governamentais só de mulheres, de base mista, denominando-se feminista ou não; representantes de partidos políticos; de movimentos de bairros – associação de moradores, clube de mães, etc; movimento sindical; cooperativa de portadores de deficiência; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e feminista independente¹².

Na classificação da amostra, como discriminei acima, identifiquei algumas entrevistadas como provenientes de Organizações Não-Governamentais. Essa nomeação merece alguns esclarecimentos. Segundo Corrêa (1993) a denominação Organização Não-Governamental tem

“(…) referência descritiva e difusa, cunhada – quando da constituição do Sistema Internacional de Cooperação (ONU 1948) – para denominar uma gama variada e indistinta de agentes sociais, não diretamente econômicos, que poderiam colaborar com os esforços de ‘promoção de transformação social’”. (Corrêa, 1993:02).

De acordo com a autora a definição para Organização Não-Governamental permanece até hoje difusa e difícil de ser apreendida nas análises sociológicas e políticas, designando um universo amplo de organizações com trajetórias históricas próprias, com formatos institucionais variados e projetos heterogêneos. Nesse universo pode incluir-se organizações filantrópicas criadas no século XIX, organizações ambientalistas, Rotary Club, sindicatos patronais e de trabalhadores, associação de moradores, organismos de representações profissionais e outras. Entretanto, nesse espectro, exige-se que se delimite um recorte. Para os objetivos dessa pesquisa adotaremos os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de ONG’s - ABONG:

“(…) guardar autonomia jurídica, expressar consistência e relativa duração institucional, desenvolver uma relação privilegiada com os movimentos

¹¹ É importante salientar que nos processos de deliberação geralmente cada entidade constitui a sua representante, mas nada impede que pessoas de uma mesma entidade possam divergir entre si, sendo legitimado também o posicionamento individual.

¹² Observaremos que, no decorrer das análises, esses “lugares de fala” nem sempre foram seguidos à risca pelas entrevistadas, às vezes uma outra identidade atravessou os seus posicionamentos, o que é bem contemplado nas próprias teorias de Bourdieu.

populares, embora constituindo entidades de direito privado concebem sua ação como sendo política.” (Corrêa, 1993:05).

Para a autora essa classificação resguarda o caráter de organizações que se concebem como portadoras de novos projetos políticos, integrando o complexo sistema de mediações sociais, sendo denominadas também de “*ONG’s articulacionistas*”.

Considerando todas as observações, selecionei 15 entrevistadas (no anexo II constam algumas informações das entrevistadas):

- 04 representantes de Organizações Não-Governamentais feministas;
- 02 representantes de Organização Não-Governamental de base mista, não denominando suas organização como feminista;
- 01 representante de partido político;
- 01 representante do Sindicato das Empregadas Domésticas;
- 03 representantes de movimentos de bairros (associação de moradores e clube de mães);
- 01 representante de cooperativa de portadores de deficiência;
- 01 Representante do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR;
- 01 feminista independente;
- 01 que desenvolvia trabalhos de articulação e divulgação política do FMPE¹³.

Quando selecionei a amostra, procurei as mulheres para realizar as entrevistas, elas se mostraram bastante curiosas e antes de iniciar a entrevista eu apresentei uma síntese do projeto. Com algumas delas eu tinha contatos mais freqüentes, com outras menos. Isso por um lado facilitou o acesso às mulheres, não sendo necessário substituir nenhuma entrevistada, mas, por outro, exigiu de mim um esforço para consolidar a

¹³ Na época da pesquisa essa entrevistada pertencia a uma Organização Não-Governamental feminista, mas encontrava-se licenciada para realizar trabalhos de representação e divulgação feminista em outras esferas do movimento feminista, em articulação com o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

especificidade do trabalho que estava realizando, afirmando que não era uma atividade do FMPE, e, por conseguinte, garantir o meu lugar de fala. Afirmando-me como pesquisadora foi importante também na medida em que me deparei com uma entrevistada que, na época, estava com relações estremecidas com o FMPE por razões que veremos adiante.

A realização das entrevistas foi marcada com antecedência, solicitando delas horário e local para que não fôssemos interrompidas. Expliquei da necessidade do uso do gravador, algumas ficaram um pouco tímidas inicialmente, mas no decorrer da entrevista relaxaram. Apenas uma entrevistada, quando abordava um conflito de sua entidade em outro espaço político, solicitou que eu desligasse o gravador, respeitando sua proposta, dei continuidade à entrevista fazendo anotações que foram autorizadas por ela para a publicação. Mesmo com autorização delas para a publicação das entrevistas, optei pela substituição dos seus nomes. Acrescento também que o uso que faço deste material é de minha inteira responsabilidade.

Embora se trate de uma investigação na perspectiva de gênero, essa não incluiu os homens como um elemento obrigatório na coleta dos depoimentos, em vista de que a intenção da pesquisa é verificar as nomeações feministas a partir desse campo político, cuja participação é exclusiva de mulheres. Por fim, gostaria de registrar a confiança que essas mulheres depositaram na pesquisa, o que foi bastante estimulante para a sua consecução.

CAPÍTULO II: (RES)SURGIMENTO DO FEMINISMO BRASILEIRO: CONFRONTO DE PARADIGMAS

Na década de 70 as análises sobre os movimentos sociais enfatizaram as novas formas de participação e de autonomia enquanto alternativa aos sindicatos e partidos políticos. De acordo com Telles (1987) o tema da exclusão das classes populares toma corpo, articulando o paradigma marxista no contexto das *carências urbanas*. Nesta direção, a nova produção teórica trás as marcas da derrota política de 64, onde os movimentos eram vistos como reflexos de ações econômicas e partidárias e onde o estado era visto como produtor da sociedade. A esse respeito Telles avalia que:

“O atrelamento e tutela estatal sobre os sindicatos, o jogo populista, o ‘pacto de classes’ e a atuação de partidos marcados por concepções elitistas e autoritárias são elementos, entre outros, que surgiram como explicação - com ênfases e enfoques diferentes entre os autores – para a derrota sofrida pelos trabalhadores em 1964. É no interior desse debate que ganha sentido a ênfase na autonomia em geral associada à independência em relação a partidos e sindicatos” (grifo da autora, Telles, 1987: 56-57)

Essa discussão ajudou a construir uma imagem sobre os movimentos como autônomos, reivindicantes e autodeterminantes. A sociedade civil ganhou ênfase na reflexão política e intelectual. As práticas reivindicatórias dos moradores das periferias das cidades em torno das chamadas “carências urbanas” chamam a atenção dos analistas sociais e pontua toda a abordagem onde vincula os movimentos sociais às contradições do capitalismo avançado. As novas considerações se deslocam do campo da contradição direta entre capital e trabalho para a esfera do consumo coletivo e da reprodução da força de trabalho, relacionado com as intervenções do estado. Organiza-se a discussão em torno da chamada “questão urbana”.

Um dos autores que mais influenciou a produção brasileira nesse período foi Manuel Castells. Na visão deste autor, as novas formas de luta social tinham como

vetor o estado, bem como suas políticas públicas, porque *“a contradição entre os grupos monopolistas e o resto da sociedade concretiza-se na contradição entre esta e o poder de Estado”* (Castells, 1980:30). A partir da transformação das condições sociais é que a luta política assumia, para Castells, novas conformações permitindo novas estratégias para a construção do socialismo, tendo por base a democratização dos canais de decisão e gestão públicas.

No contexto brasileiro o tema movimentos sociais ganha contornos específicos. Por um lado, e frente a um Estado autoritário, enfatiza-se a sociedade civil na reflexão política e intelectual e, por outro, o binômio morador-trabalhador punha em questão o conceito de classe que não se dava no terreno clássico da contradição capital versus trabalho. Eis o que diz Telles:

“A ‘descoberta’ da sociedade como lugar da política trazia, portanto, implícito um deslocamento da clássica questão da constituição dos sujeitos políticos, tradicionalmente subsumida na relação classe-partido-Estado, enquanto relação que pre-definia o espaço privilegiado e exclusivo de uma ação dotada de legitimidade, de reconhecimento e eficácia política (...) Em outras palavras, no deslocamento da ênfase tradicional do Estado para a sociedade, esta aparecia construída no interior de uma nova representação do social e do político, pela qual ganhava sentido enquanto espaço de experiências significativas e sobretudo enquanto espaço de constituição de novos sujeitos.” (grifo da autora, Telles, 1987:62).

Por outro lado, o conceito tradicional de classe não recobria a realidade da articulação morador-trabalhador. Nesse sentido Telles aponta duas perspectivas predominantes nas análises. Na primeira, as contradições e conflitos urbanos promoviam a unidade política de trabalhadores urbanos a partir de interesses mais amplos que a luta estritamente sindical, colocando o estado como alvo e antagonista na luta por direitos a partir dos efeitos deslegitimadores deste na produção do bem comum. No seu entender *“a heterogeneidade na sua base social foi posta não mais como negatividade, mas como elemento que definiria sua singularidade.”* (idem p.

68). Na Segunda perspectiva, o binômio possibilitaria a identidade de classe, articulando trabalhadores cuja situação de trabalho não teriam acesso à organização sindical. Assim, a consciência de interesses comuns com os trabalhadores das fábricas vai se constituir no campo da reprodução da força de trabalho, “(...) *através das lutas nos bairros e nas fabricas [onde] haveria a construção política e histórica de um campo de classe que articularia trabalhadores e moradores (...)*” (idem, p. 69)

Conclui-se que, apesar de abordagens distintas, a ênfase nas análises dos movimentos sociais incidiu na escolha de elementos macro-estruturais (classes e relações de produção) ancorados na especificidade política da sociedade brasileira, caracterizada pela suspensão do estado de direito. Vistos como agentes de transformação, os movimentos foram considerados como uma unidade homogênea (morador-trabalhador), com lutas unificadas, sem considerar suas especificidades no jogo político. Aqui a unificação do espaço político reduziu a diversidade das lutas democráticas, onde a “descoberta” da sociedade civil ainda não dava conta, na trama das sociabilidades e solidariedades, das diferenças que potencializavam novos atores sociais.

Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista para a análise dos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn (1997) sistematiza o novo enfoque teórico sobre os Novos Movimentos Sociais, o qual se insere o movimento feminista. Em linhas gerais essa nova abordagem enfatiza os aspectos culturais, abdicando da visão funcionalista de cultura - conjunto fixo e predeterminado de valores e normas -, bem como do marxismo tradicional - que enfocava a cultura como falsa representação do real. Abdica-se do reducionismo das identidades sociais baseadas na estrutura social, com ênfase no econômico, passando a considerar o aspecto cultural e a recriação do ator substituindo, por conseguinte, o *sujeito histórico universal* pelo *ator coletivo* ou

agente coletivo - difuso, não-hierarquizado e crítico cultural da sociedade moderna, criando espaços políticos em contextos microssociais .

Somente a partir dos anos 80, quando o feminismo consolida o seu sujeito político no Brasil, as pesquisas feministas trazem a baila o contexto de inserção e visibilidade, incluindo as dificuldades e contradições da participação feminina nos anos 70.

O FEMINISMO EM MOVIMENTO: A FORMAÇÃO DO CAMPO

A idéia é contar a história do Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) a partir das entrevistadas, ou seja, como elas viveram a constituição do FMPE. A inserção das entrevistadas no Fórum se deu em tempos diferentes e em contextos distintos, trazendo vivências e motivações diferentes, mas empenhadas em deslindar seu contexto social e articular ações conjuntas – isto é, objetivar um sujeito político.

Nessa reconstituição das “origens”¹⁴ do Fórum tomaremos como data apontada pelos documentos do FMPE, o ano de 1988 como o ano de sua fundação, entretanto, o que nos interessa é o contexto vivenciado e as motivações. Assim, para algumas entrevistadas, a fundação do Fórum é fruto de ações feministas desenvolvidas a partir da década de setenta, época em que o feminismo começa a se (re)organizar no Brasil.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco tem suas raízes nas experiências das mulheres nos movimentos políticos e sociais e, particularmente, no convívio com o feminismo europeu, daí ser importante retomar o feminismo brasileiro a partir da década de setenta onde muitas mulheres inauguraram sua militância. É importante observar que em Pernambuco e no Brasil o feminismo se constituiu levantando

¹⁴ No dicionário de Aurélio (1986) a palavra **origem** assume os seguintes sentidos: princípio, começo, procedência, causa. Na nossa perspectiva não adotamos um princípio unívoco, fundacional. Ao contrário, vamos considerar a maneira como elas contextualizaram a sua inserção e os fatos que a seu vê marcaram a constituição do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

questões que são semelhantes as do movimento feminista internacional – contra a opressão da mulher enquanto sexo – mas a trajetória do feminismo brasileiro refletiu especificidades, apresentando particularidades na conversão da opressão da mulher num amplo movimento social.

A partir de 1964 o Brasil é marcado por um regime de exceção em que foram suspensos os direitos políticos de organização e liberdade de expressão. Em 1968, pela ação arbitrária dos militares no poder, foi decretado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), fechando o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas. A censura se intensificou e foi abolido o *habeas corpus* para os detidos por infração à Lei de Segurança Nacional. Inúmeros cidadãos, trabalhadores(as), intelectuais, parlamentares, jornalistas e militantes de partidos clandestinos foram presos(as), exilados(as) ou mortos(as) sob torturas, nos interrogatórios por agentes do DOI/CODI. Foi instalado o terror!

Nos primeiros anos da década de 1970, mulheres da periferia dos bairros começam a se organizarem em clubes de mães, associações ou sociedades amigos de bairros para levantar seus problemas e demandar junto aos órgãos públicos a sua solução. Surgiram as lutas por creches e contra o alto custo de vida. Inicialmente foi chamado Movimento do Custo de Vida, dirigido por mulheres da periferia urbana e setores da Igreja Católica, posteriormente mudando o nome para Movimento Contra a Carestia. De acordo com Teles (1993) esse movimento foi reconhecido como o primeiro movimento popular e de massas após a decretação do AI-5:

“Na sua primeira fase, esse movimento se expandiu por diversos estados, e passou a ser um canal de expressão de todos os que procuravam lutar por seus direitos a moradia, escola, transporte, reforma agrária e melhores salários. Canalizou também os anseios de diversos segmentos impedidos de se expressar politicamente em outros espaços.” (Idem, p. 78).

Em 1974 surge o embrião da luta pela anistia. Iniciada por mulheres que tinham algum vínculo com presos(as) políticos(as) - mães, irmãs e companheiras - formaram comissões de familiares de presos(as) e “desaparecidos(as)” políticos(as), institui-se o Comitê Feminino pela Anistia. Em 1975, Ano Internacional da Mulher, é lançado o “Manifesto da Mulher Brasileira” em favor da anistia. Em 1979 é realizado o Congresso Nacional pela Anistia em que foi sugerida a unificação da campanha pela anistia com os movimentos que tratavam das reivindicações específicas da mulher¹⁵. A partir desse momento todos os grupos envolvidos com a luta pela anistia formaram o Comitê Brasileiro pela Anistia.

Apesar do contexto pouco propício às mobilizações sociais as mulheres começaram a discutir as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano: falta de escola, custo de vida, baixos salários, falta de creches para a mulher trabalhar fora do lar. Ainda incipiente, as primeiras inquietações com a situação da mulher começam a surgir. Como descreve Teles:

“No começo, poucas e tímidas, mais intuitivas do que conscientes, as primeiras mulheres encontravam outras, muito assustadas, que tentavam resistir-lhes ao apelo, mas acabavam cedendo. Encontrando-se e desencontrando-se, as mulheres criaram condições para um feminismo vinculado aos interesses populares, particularmente dos trabalhadores.” (Teles,1993:85).

Assim, com a declaração do Ano Internacional da Mulher instituída pela ONU em 1975, a mulher brasileira pôde expressar suas lutas por direitos específicos num contexto em que suas demandas se confundiam com as lutas mais gerais. Essa iniciativa da ONU foi particularmente importante para as mulheres porque propiciou

¹⁵ Dentre as ações propostas foram sugeridas: levantamento de todas as mulheres brasileiras atingidas pela repressão; denúncia de todas as violências praticadas contra menores; denúncia dos problemas das crianças impossibilitadas de possuir registro de nacionalidade; denúncia de crianças, bem como seus pais, atingidas pelos órgãos de repressão; assistência às presas políticas; levantamento de casos de violência em locais de trabalho; divulgação de casos de violência sexual e levantamento de casos de mulheres que sofreram violência policial. (Teles, 1993: 83).

um espaço de discussão e organização no contexto de cerceamento das liberdades democráticas.

Data significativa, o ano de 1975 possibilitou o I Encontro de Mulheres do Rio de Janeiro e, em São Paulo, a realização do Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. Após 1975 tem início a formação de inúmeros grupos femininos que tinham por preocupação a “questão da mulher”. Vários desses grupos não se proclamaram de imediato feminista, por razões que veremos mais adiante, mas não demorou muito para que alguns desses comesçassem a tornar públicos suas questões feministas.

Nesse contexto de extrema insegurança política surgem as primeiras ações feministas. No Recife forma-se o grupo Ação Mulher em 1978. De acordo com Cristina Buarque (1986) esse grupo era composto de mulheres predominantemente na faixa dos 30 anos, profissionais liberais, acadêmicas, “(...) *auto-marginalizadas do modelo feminino tradicional (mãe-esposa e dona-de-casa)*”. Várias dessas mulheres “(...) *eram ex-exiladas, ex-combatentes dos movimentos da esquerda ortodoxa, ex-guerrilheiras, representantes das manifestações contra-cultura, liberais, participantes do Comitê Feminino pela Anistia, das Associações de Bairros e estudantes.*”. (Buarque, 1986:36).

No seu estatuto e programa de atividades o Ação Mulher

“(...) integra junto a outros Grupos de Mulheres Brasileiras o Movimento de Libertação da Mulher, buscando a nível nacional, encontrar uma linha de ação essencialmente feminista. Para isto reconhece a importância de trabalhar conjuntamente na elaboração de teorias que possam fundamentar a prática feminista. Todavia não se trata de duas atividades distintas – teoria e prática – mas de mútuo e constante realimentar, na busca do momento em que esses dois aspectos de um processo uno, tornem-se realmente inseparáveis.” (Boletim Ação Mulher, Apud Buarque 1986: 36).

O estatuto do Ação Mulher entende que o processo político de mudanças “*não se restringe aos aspectos econômicos e sociais de uma dada comunidade*”, contestando “*as raízes históricas de toda a organização social*”. Nesse sentido, defende a participação em movimentos sociais nacionais e internacionais como o Movimento Negro, Autonomia dos Povos, Direitos Humanos e “*contra a exploração do trabalho, da pobreza, da miséria, enfim, contra todo e qualquer tipo de opressão*”. Mas a sua ênfase recai sobre uma opressão que é vivenciada numa “*área mais circunstanciada e concreta: o lar. A confluência do pessoal e do político*”. Entender que é na relação entre homens e mulheres, na vivência recôndita do lar, que papéis sociais estruturam relações de poder mais refratário a mudanças, tornando-se “*(...) necessário provocar uma mudança nas duas partes (homem e mulher) o que é absolutamente indispensável, uma vez que não existirá felicidade possível sem que seja através da igualdade entre homem e mulher.*” (idem. p. 42).

O Ação Mulher no seu programa adota como

“(...) estratégia fundamental considerar que em princípio todas as mulheres são igualmente necessárias e dispõem de talentos próprios que poderão colocar a serviço do Movimento de Libertação da Mulher (MLM-Brasileiro) (...) Portanto, uma mulher não precisa, necessariamente, ser uma profissional ou uma cientista, para poder demonstrar de formas diversas, que se sente oprimida e, unida a outras mulheres passar a lutar por sua emancipação”.(idem p.42).

Rosa é uma das entrevistadas que participou do grupo Ação Mulher – segundo a classificação adotada, ela pertence a uma **ONG feminista** - e nos expõe a sua vivência:

“...Quando eu cheguei em Recife em 80, tinha o Ação Mulher e ele era um grupo feminista nos moldes dos grupos feministas internacionais, cada um tava guardando as diferenças das suas questões locais, culturais e política. Ele era um grupo feminista como tava acontecendo no mundo inteiro. Eu acho que havia uma defasagem de tempo nos diferentes países. Só que ele tinha uma coisa, ele tinha uma mescla dentro dele, porque ele tinha todas as correntes dentro dele ... Porque ele era o único e pra ele convergiram todas Mas era um grupo de reflexão na metodologia do que estava acontecendo, porque era naquele momento a socialização da vivência da opressão que

era muito pensado, tanto do lado de fora dos grupos feministas como no lugar de revelação de tudo o que as pessoas fazem e que apavorava, inclusive.” (Rosa)

Com a voz embargada pelas lembranças, ela relata as dificuldades enfrentadas pelo grupo na condução das atividades:

“...Os grupos feministas, na origem, o primeiro momento da organização dos grupos, eram grupos de auto - reflexão, pensar a opressão, pensar a subordinação a partir da tua vivência. E esses núcleos feministas de reflexão, esses grupos, sempre foram, em todos os países, grupos muito intelectualizados. Se bem que tem só uma ressalva, você tinha também, que era uma coisa que vinha dos anos 60, um forte movimento de bairros na França, de operárias, e que as mulheres também estavam aí...E aí o Ação Mulher tinha isso, quer dizer, eram grupos que você refletia a partir da sua própria vivência e, nessa vivência, você tinha a possibilidade de discutir as tuas angústias atuais, atuais no momento. Você tanto remetia a uma história do teu contexto de vida, de como você percebia aquilo, mas o que tava te tocando no momento, o que tava te oprimindo, as relações de casais ainda muito desiguais naquele momento. Tinha a grande questão da liberação sexual e esta era muito remetida à experiência individual, mas não no sentido que se tinha de um fantasma - e aqui no Recife se dizia que ali as pessoas estavam discutindo a experiência individual de fulana com sicrano - é a experiência individual de como suportar aquilo, porque é a idéia, também, de como construir essa liberdade. Porque era muito difícil você também se imaginar, tanto continuar naquele lugar de opressão, como usufruir uma nova liberdade que no contexto social não tava dada, legitimada, na medida em que quisesse viver a liberdade, que não significava, como se pensava naquele momento, por conta de uma idéia de liberação sexual trazida pelo capitalismo, que não tinha nada a ver com o feminismo, que era uma libertação sexual da quantidade e não era isso que estava posto. Era muito difícil enfrentar esse conflito, individualmente, lá fora, porque, inclusive, no contexto do Recife, automaticamente se fazia uma tradução simplificada do que estava se propondo como liberdade individual, como liberdade sexual...”
(Rosa)

Nessa fala merece ressalva a conotação negativa do feminismo no Brasil. Sarti explica bem essa desvalorização:

“Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina. Associava-se feminismo a uma oposição homem X mulher, que nunca existiu de forma radical em suas manifestações no Brasil” (Sarti, 1988:41).

Um outro aspecto a ser considerado refere-se à metodologia de trabalho desenvolvido pelos grupos de reflexão. Segundo Sardenberg e Costa (s/d) essa metodologia inspirava-se nas técnicas chinesas conhecida pela expressão *“fale da dor*

para reviver a dor”. Essa prática foi muito difundida no movimento feminista internacional. Segundo essas autoras essa metodologia foi um marco da práxis política do feminismo, pois a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, a reflexão coletiva conduzia a contextualização social e cultural dos problemas e a proposição de soluções coletivas, “(...) *Daí a afirmativa, ‘o pessoal é político’, como retórica fundamental do feminismo contemporâneo.*”.(Sardenberg e Alcântara, s/d:10). Essa metodologia e as questões abordadas pelos grupos feministas eram criticadas por diversos setores sociais no Brasil. Pois, como revela Rosa:

“... essa linha de pensamento que valoriza a questão da relação individual-coletiva, é uma linha que vai buscar essas metodologias, pequenos grupos, isso e aquilo. E você tinha, por outro lado, a idéia de uma politização de massa. Então tinha esse conflito não tão bem elaborado, porque não se exercia a crítica no sentido de dizer: ‘é esse tipo de metodologia, isso e aquilo,’ mas se fazia a crítica de que os grupos que trabalhavam essa linha não tinham compromisso com a transformação ou tavam levando questões para as mulheres que não eram prioridades da vida das mulheres. Então ela se manifestava não exatamente na relação indivíduo - coletivo, porque talvez fosse muito sofisticado para os críticos, que era uma luta que vinha dos partidos, que vinha desse trabalho de base da igreja. Então essa crítica era automaticamente traduzida no campo ideológico: ‘as mulheres não tão querendo saber disso. Se junta em pequenos grupos pra tá discutindo a questão do prazer, da sexualidade que não é a prioridade das mulheres’. Então, se você traduz a prioridade das mulheres, não eram as mulheres, porque o reino do céu é o reino da outra sociedade, quer dizer, a do indivíduo hoje, aqui e agora, não conta ... mas na base disso tava essa metodologia de trabalho, porque isso implicava numa série de coisas, essa questão mais macro que era colocada de que: ‘tá optando por isso e por aquilo, as mulheres não querem saber disso, não tem compromisso social, etc’. Isso era a aparência, porque isso implicava numa forma de intervenção política e social que naquele momento já nos diferenciava dos partidos. (Rosa).

Nessa época o Brasil vivia sob a ditadura militar e uma das formas de resistências a esse regime consistia na politização das massas, disseminando o discurso contra o regime militar, a luta pela democracia, a organização dos movimentos sociais e a reorganização do movimento sindical. Assim, a metodologia feminista baseada em pequenos grupos de reflexão, colidia com o entendimento que se fazia na época acerca da práxis política.

Os conteúdos discutidos nos grupos de reflexão também eram contestados. Como foi apontado pela entrevistada, questões referentes à liberação sexual, autonomia do corpo e a politização da opressão vivida no cotidiano das mulheres – “o pessoal é político” – não era reconhecido nem pela esquerda nem pelos setores progressistas da Igreja Católica que desenvolviam trabalhos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), sob a orientação da Teologia da Libertação. Tanto as ideologias e partidos de esquerda quanto as CEB’s formulavam um entendimento que distinguia e hierarquizava as lutas políticas entre “questões gerais” e “questões específicas”. As “questões gerais” referiam-se à luta pela redemocratização e o fortalecimento da luta de classes, enquanto que as “questões específicas” tratavam de questões referentes à raça, gênero, etc. e tinham um valor menor frente às “grandes lutas”.

Como foi discutido acima, na literatura sociológica as distintas abordagens da década de setenta sobre movimentos sociais enfatizaram a escolha de elementos macro-estruturais (classes e relações de produção) ancorados na especificidade política da sociedade brasileira, caracterizada pela suspensão do estado de direito. Nesse sentido, as diferenças que potencializavam os novos atores sociais eram desconsiderados, sofrendo críticas e resistências na maneira como se organizavam e tematizavam suas questões e como se inseriam nos espaços políticos. Rosa relata essas dificuldades:

“... Eu acho que o feminismo no Brasil, desde o primeiro momento, se colocou no campo da esquerda e no compromisso com a transformação social e com a justiça social. Então eu acho que essa é uma grande marca no feminismo brasileiro, seja quem pensou a questão da sexualidade, seja quem pensou a questão da produção, automaticamente entendeu isso: que a forma de organização não podia ficar só campo da reflexão, só no campo da classe média. Na verdade, em todos os grupos você tinha isso ...” (Rosa).

Reflexo da própria condição da mulher no contexto da sociedade da época, o feminismo no Brasil trilha caminhos específicos. Lobo reconhece que o feminismo, na década de 70, “(...) articulava as lutas contra a opressão das mulheres na sociedade brasileira com as lutas pela redemocratização”. (Lobo, Apud Sardenberg e Alcântara, s/d:21). Na avaliação de Cruz (1982), uma das diferenças entre o feminismo europeu e brasileiro consistia na dupla militância - partidária e feminista. Segundo essa autora o feminismo francês e italiano desencadeou um processo de crise nos partidos e organizações de esquerda rompendo com uma maneira tradicional de fazer política a partir da defesa de que o “pessoal é político”. A consequência disso foi a constituição de estruturas separadas e independentes de partidos onde a mulher pudesse lutar pela transformação da sociedade a partir da luta por sua liberação. No Brasil a identificação de muitas mulheres com o feminismo tinha se dado em virtude da militância partidária anterior, se comprometendo com a organização de mulheres para participar da luta política mais geral. Esse compromisso produziu situações de hierarquia nas instâncias de lutas, subordinando muitas vezes os “interesses específicos” às demandas pelas “lutas gerais”. Mais adiante veremos que essa característica trouxe desdobramentos específicos para o movimento.

No contexto de Pernambuco, essa articulação entre “questões gerais” e “questões específicas” produziram formações de grupos que entendiam de maneira variada a luta pela liberação da mulher. O Ação Mulher, como vimos anteriormente, sob a influência do feminismo europeu, defendia a autonomia perante os partidos políticos e organizações de esquerda, mas outros grupos que se formaram nessa mesma época (final da década de 1970 e início da década de 80) enfocaram a luta contra a opressão da mulher a partir do contexto das lutas mais gerais. Assim, o grupo “Sociedade

Brasil-Mulher”, já existente em outros estados do Brasil, como em São Paulo, vinculado ao Partido Comunista, dedicou-se à propaganda ideológica na linha marxista e distribuição de jornais feministas¹⁶ do sul do país, posteriormente em Recife esse grupo se dissolve e integra o Ação Mulher. Em 1979 surge o grupo “Mulheres à Luta”; que deixou de funcionar em 1982 e, no ano seguinte, articulou o grupo “União das Mulheres”, com fortes vínculos com o Partido Comunista do Brasil. Esse grupo fazia uma relação direta entre a emancipação das mulheres e as transformações político-econômicas da sociedade. Em março de 1982 organiza-se a Federação das Mulheres de Pernambuco¹⁷, instrumento do partido clandestino MR-8. Essa falta de autonomia produziu alguns conflitos no interior do Ação Mulher¹⁸. Desde então se percebe tendências e diversidades nos grupos de mulheres.

Uma demonstração do engajamento das feministas brasileiras na luta pela justiça social, refere-se à inserção destas nas organizações femininas do movimento popular, como clubes de mães, associações de bairros, movimento por creches, etc. Como foi dito anteriormente, a Igreja Católica desenvolveu um amplo trabalho com as populações pobres nos anos 70, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), constituindo-se num importante foco de resistência ao regime autoritário vigente no país. As organizações femininas nos bairros, clube de mães ou associações de donas-de-casa, já existiam em décadas anteriores, entretanto, é a partir dos anos 1970 que

¹⁶ Na década de 70 a imprensa feminista publica três jornais de circulação nacional: o Brasil Mulher cujo primeiro número saiu em outubro de 1975; o Nós mulheres em junho de 1976 e o Mulherio em 1981, (Teles 1993).

¹⁷ Até hoje permanece essa indisposição entre a Federação de Mulheres de Pernambuco e os diversos grupos feministas de PE. Moraes (1998) aponta que essa indisposição perfaz a trajetória da relação entre os grupos feministas e a Federação, a partir de diversas posturas que esse último imprime na condução do trabalho com as mulheres, usando-as para fins partidários e eleitorais. Atualmente a direção da Federação de Mulheres de Pernambuco está sob a influência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

¹⁸ Sobre a trajetória dos grupos de mulheres dessa época dentre outros trabalhos ver: Moraes (1998) e Arrazola (2000).

estas assumem o caráter mais reivindicativo, voltando-se para a melhoria das condições de vida, conforme as orientações da linha pastoral. Assim, os clubes de mães se formam através do trabalho pastoral da Igreja Católica, reunindo as mulheres para refletir sobre o Evangelho e, a partir daí, discutir os problemas dos bairros.

Pois bem, a participação das feministas nessas organizações femininas de bairros se deparou com sérios limites para dar um recorte feminista às suas ações, onde questões como aborto, sexualidade ou papéis sexuais, não ganhavam expressões públicas, evitando desacordos públicos com a Igreja. Sarti avalia bem esse momento:

“As análises das organizações femininas de base esclarecem sobre as possibilidades e limites da influência da Igreja Católica na vida cotidiana das mulheres (...) [e] (...) mostram que os interesses da Igreja enquanto instituição, se sobrepõem aos das mulheres, dificultando as discussões que contrariem sua concepção das relações entre os sexos (...) promovendo a participação da mulher na vida comunitária, mas, ao mesmo tempo, reforçando sua permanência nos papéis familiares tradicionais” (Sarti, 1988:40).

A luta por creches, nas contribuições de Saffioti (1987), ao mesmo tempo que definia um sujeito para o feminismo – a mulher trabalhadora – propiciava a adesão das mulheres dos movimentos sociais de bairro proporcionando um espaço de unificação de lutas, com lideranças de feministas, numa época em que a “questão da mulher” não era explicitamente colocada.

Após um período de quatro anos (1978/1982) o Ação Mulher se dissolve. A sua extinção se deu num momento em que ocorria um grande debate no feminismo brasileiro e latino-americano acerca da autonomia do movimento em relação à dupla militância política (partidária e feminista) e na constituição de grupos feministas especializando-se em áreas temáticas, por exemplo, violência doméstica e sexual, direitos reprodutivos, etc.

Como vimos parágrafos acima, inúmeras feministas eram também militantes de partidos de esquerda. Essa dupla militância produziu dentro do feminismo um grande embate na maneira de entender as lutas sociais, hierarquizando-as em “gerais”, mais importantes, e “lutas específicas”, secundárias e divisionistas, pois, como ironizou Rosa, as lutas específicas se resolveriam no “*reino do céu que é o reino da outra sociedade*”. Assim, tornou-se prioritário para feminismo desvendar o jogo semântico das “lutas gerais”. Em decorrência, algumas feministas levantaram a seguinte questão: que atores sociais terão o direito de construir essa nova sociedade?

“Se concordarmos que o nosso geral é o modo de produção, no caso brasileiro, o capitalismo, (para não irmos além das nossas fronteiras, nem no tempo, nem no espaço) e que este geral não é uno, e que está dividido fundamentalmente em forças ligadas à produção e forças ligadas à reprodução, diferenciadas dentro da sociedade por comportamentos (sociais, sexuais, afetivos) e conhecimentos (científicos, econômicos, políticos) próprios que permeiam nas mesmas medidas todas as outras divisões, pobres e ricos, assalariados e detentores do capital, branco e negros, opressores e oprimidos, teríamos que concluir que nossa sociedade antes de ser uma sociedade de classes e de raças é uma sociedade de sexos (...).” (Buarque, 1986:45).

E conclui definindo que

“O geral é a construção do modelo dicotomizado [...] o geral é que não se pode esquizofrenizar e hierarquizar a luta pela melhoria das condições de sobrevivência do ser humano, repartindo a vida em dois planos: primeiro, o econômico, o político, o público, a tomada de poder; depois a reprodução, o afetivo, o sexual, o privado, talvez a felicidade. O geral é a tentativa de ajuste dessas forças antes, durante e depois de transformações econômicas como forma política de se alcançar estados mais agradáveis de sobrevivência”(idem p 45, 46).

O debate sobre as “questões específicas” contagiou o cotidiano do movimento e no I Congresso da Mulher Paulista em 4, 5 e 8 de março de 1979 foi aprovado um documento que tratava de questões como prazer sexual, contra a educação diferenciada e contra controle da natalidade, servindo de referencial para a luta da mulher. Nesse congresso abre-se a primeira cisma e o Movimento Feminino pela Anistia de São Paulo comemorou o 8 de março numa manifestação à parte. No II Congresso da

Mulher Paulista, em 1980, houve tumultos impedindo que deliberações importantes pudessem dar um rumo para uma atuação unitária. A disputa pela imposição de linhas programáticas dos partidos políticos legais (PMDB e PT) e clandestinos (PC do B, PCB e MR-8) colocou questões como: “(...) *a mulher tem de ser feminista ou feminina? Se a luta é geral, por que, então, ter uma especial para as mulheres? Por que discutir o aborto? Isso não irá afastar a esquerda da ala progressista da Igreja?(...)*.” (Teles, 1993:121). Como consequência desse congresso, as entidades feministas organizaram o Encontro de Valinhos, em São Paulo, para discutir a autonomia do movimento e elegeram como prioridade a luta contra a violência doméstica e contra o controle da natalidade, defendendo o direito da mulher decidir sobre seu corpo. Na organização do III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, o movimento se dividiu, o MR-8 realizou o congresso no Pacaembu e as feministas na PUC. O congresso realizado pelo MR-8 ganhou a simpatia dos dirigentes partidários do PCB e do PC do B e a direção destes propôs às militantes que participassem dos dois congressos. Ao final do congresso o MR-8 preparou a criação da Federação das Mulheres do Brasil. A divisão ocorrida em São Paulo repercutiu em outros estados do Brasil (Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás) levando muitas mulheres a se oporem à formação da Federação das Mulheres nos estados brasileiros¹⁹.

Essa discussão sobre a autonomia do feminismo ganhou proporções continentais e no I Encontro Feminista latino Americano e Caribenho, em 1981, os desacordos emergiram já na organização do encontro. Questões referentes à representatividade do

¹⁹ Em março de 1982 rearticula-se a Federação das Mulheres Pernambucanas, uma seção da Federação das Mulheres do Brasil com fortes ligações com o MR-8 e tendo como estratégia a “ideologia da classe operária” na perspectiva de que a opressão feminina se dilui com a tomada do poder através da revolução operária.

Encontro foi levantada – deveria ser ampliado para todos os grupos femininos ou restrito às feministas? A participação deveria se dá em base individual ou enquanto representação de partidos políticos, grupos ou organizações?. Na avaliação de Moraes “*Essas questões eram vitais, em vista dos conflitos com mulheres não-feministas e homens da esquerda*”. (Moraes,1998:50). As feministas não vinculadas a partido político temiam que as “mulheres de partidos” insistissem na discussão do papel da mulher na revolução, abdicando da discussão sobre questões como direitos reprodutivos e violência doméstica. Em 1983, em Lima, no II Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, a autonomia do feminismo e a dupla militância foi enfocada de maneira diferente: “(...) *partidos políticos foram estudados como exemplos de instituição patriarcal (...) como a esquerda trabalha de maneira patriarcal a chamada ‘questão da mulher’*”. (Viezza, 1989:81).

Em relação à formação de grupos temáticos, isso já vinha ocorrendo no final dos anos 70 em várias partes do Brasil. Os encontros nacionais feministas²⁰ favoreciam as trocas de informações, o debate sobre as pesquisas que se realizavam nas universidades e instituições de pesquisas e a troca de experiências sobre as metodologias de trabalhos em áreas temáticas como violência sexual e doméstica, sexualidade, etc. De acordo com Rosa, esses encontros favoreceram a criação de núcleos dedicados a temáticas específicas. Posteriormente vários desses núcleos transformaram-se em Organizações Não-Governamentais:

“.. foi aí que deu um suporte para começar a criação dos núcleos. Então você tinha nesses debates uma mistura do que estava se fazendo em termos de produção acadêmica e fora da academia, na ação. Mas não tinha propriamente uma recomendação. Não se tirava dali campanhas, mas você tinha uma idéia do que tava sendo prioritário. Lógico que isso influenciava também, porque a questão da violência

²⁰ O Primeiro Encontro Nacional feminista ocorreu em 1979 em Fortaleza. Até 1984 os Encontros Nacionais Feministas ocorreram na ocasião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC -, a partir de 1985 eles se realizaram em espaço próprio. A esse respeito ver Teles (1993).

ela se espraia, a questão da saúde se espraia e elas vão se alargando a partir dessas possibilidades de encontro ... Aí também começa já a questão das metodologias de trabalhos, porque tinha tudo como base e como elemento fundamental da metodologia: a questão da reflexão, da auto-consciência, da experiência indivíduo - coletivo, a experiência individual e a questão coletiva, que era uma questão do feminismo e dos críticos marxistas ... mas era um grande momento de pensar como produzir, como construir espaços de auto - consciência.” (Rosa)

Paralelamente às atividades políticas de agitação e reivindicação realizadas pelos grandes coletivos feministas, inúmeras feministas iniciam a produção de bens e serviços remunerados – elaboração de livros, cartilhas, filmes, cursos, pesquisas e programas sobre a mulher. Surgem as “feministas profissionais”. Esses grupos começaram a desenvolver metodologias próprias de como trabalhar a violência sexual e doméstica, a sexualidade, a preparação da mão-de-obra feminina de baixa renda, pesquisa e documentação, etc., interferindo, fragmentando os grandes coletivos feministas e recompondo a articulação entre os diversos grupos feministas e o movimento de mulheres.

É no contexto de afirmação de uma opressão específica, na diversidade de enfoques e proposições e na conversão dessa opressão num amplo movimento social que o Ação Mulher se dissolve. Uma das entrevistadas faz uma avaliação da extinção deste grupo. Dália estava chegando do exílio no momento em que ocorria o processo de dissolução do Ação Mulher, pela nossa classificação ela está denominada como **feminista independente**.

“...Eu acho que cheguei aqui numa quinta-feira, o Ação Mulher se reunia toda segunda-feira, eu já fui pra reunião, daí eu encontrei todo mundo... O Ação Mulher teve pouca duração para o período que eu chaguei, porque ele foi fundado em 78, era 81, era um grupo grande, estava se discutindo a questão do corpo, sobre o auto-exame. As questões de saúde começavam a ganhar muito espaço. Tinha havido uma coisa dentro do Ação Mulher que foi a saída de gente pra formar a Casa da Mulher do Nordeste e, logo em seguida, sai gente também do Ação Mulher ou já tá em ponto pra fazer o SOS Corpo. Foi nesse momento que eu cheguei. Aí participo um pouco, aí em seguida o Ação Mulher se dissolve e eu fico só com as amigas ...”. (Dália).

Na avaliação de Dália o modelo de organização do Ação Mulher começou a dar mostras de esgotamento.

“...Eu acho que começa a se instalar a questão do poder dentro do Ação Mulher. Eu não fui uma militante do Ação Mulher, porque quando eu chego o Ação Mulher está na fase de dissolução. O que eu procurei foi entender o que estava havendo lá e escrevo um trabalho depois sobre isso em que eu acho que o Ação Mulher começa com toda uma herança das estruturas partidárias, rompendo com as hierarquias, tudo bem, não há uma perspectiva hierárquica, mas era uma perspectiva do global. Não tinha presidente, nem vice - presidente, a chefe, a líder. Não tem líder no Ação Mulher ... Hoje, 15 anos depois, têm pessoas que por uma questão de um trabalho, se colocaram numa liderança, mas uma liderança que é muito mais uma autoridade de conhecimento do que uma autoridade de mando. É diferente. Ninguém delega nenhum poder, isso é uma questão fundamental e no Ação Mulher também não tinha, mas começava o embrião dos espaços e sem você também compreender que espaço, porque não tinha se feito essa experiência ainda. Então, como eu via, apesar de não ter essa estrutura dos partidos, ela herdava uma perspectiva partidária forte, no sentido de que era um grande grupo reivindicatório e de denúncia. Ele tinha duas funções: reivindicar e denunciar. Claro que era bem compatível com o momento, isso era o ponto um. O ponto dois é que ele era respondente a todas as questões da sociedade: educação, política, saúde, renda, tudo, tinha a forma de partido como um todo e na hora que ele se dissolve, se você vai olhar o Ação Mulher se dissolver numa briga por poder, poder não, por espaço, mais do que uma briga, um desejo por espaço... Então criam-se grupos específicos. Ao se criar grupos específicos se reduz o espectro de reivindicação e de denúncia de cada grupo, ele vai ter uma coisa focalizada e abre um espaço maior interno pra se fazer outras atividades com relação àquilo, trabalhos mais aprofundados, verticaliza-se mais cada questão ... Mas aí, quando se desmancha esse grupão, que era mais nos moldes androcêntricos, se cria um modo das mulheres trabalharem, ou seja, elas fazem essa experiência, nós fazemos, e cada uma leva o seu talento, leva o seu desejo. Isso é muito bonito nesse processo. Essa luta pelo poder se dissolve na medida em que acontece isso...”

Essa fala de Dália é bastante rica, ela levanta questões que merecem um olhar mais acurado. Como vimos parágrafos acima o feminismo sugeriu uma nova cultura política, razão pela qual desencadeou conflitos com os partidos políticos e organizações políticas de esquerda e a Igreja Católica. A versão feminista de fazer política pressupunha democracia de base, livre organização e autogestão²¹. Assim, os coletivos feministas se organizavam rompendo com o modelo hierárquico dos partidos políticos – sem diretoria – e exercendo seu caráter de reivindicação e denúncia.

²¹ De acordo Scherer-Warren (1987) essa nova cultura política é uma das características dos “novos movimentos sociais” dentre eles o movimento feminista.

Entretanto as tensões no interior desse coletivo expressavam o embate que se seguia no Brasil e na América Latina a partir de duas tendências predominantes no movimento²²: o feminismo sob a orientação “marxista-socialista” e o “feminismo radical”.

O primeiro orientava suas discussões na exploração econômica do trabalho da mulher e na necessidade do seu engajamento político mais geral, nessa perspectiva ganha ênfase a dupla militância. Segundo o documento lançado pela Sociedade Brasil-Mulher (do Partido Comunista Brasileiro):

“(...) é mais do que evidente que nós, feministas, lutamos tanto contra o patriarcado, como contra o sistema capitalista que o alimenta (o que não quer dizer que outros sistemas não façam o mesmo). Daí, a importância de que não nos fechemos em nosso movimento específico, e de que participemos das lutas sociais que mais nos dizem respeito (categoria profissional, bairro, partido, etc.). Claro está, que quando falamos de dupla militância, não pensamos apenas nas feministas, já organizadas. Pensamos, também, no gesto inverso, ou seja, no trabalho que faremos para aproximar as sindicalistas, as donas de casa, as militantes dos partidos, etc. do movimento específico de mulheres.” (Sociedade Brasil-Mulher, 1980 s/nº de p.).

A certa altura esse mesmo documento informa que:

“(...) Não acreditamos que as burguesas, apesar de terem reivindicações enquanto mulheres, queiram se organizar com as feministas. Nosso trabalho, tampouco, priorizará a mulher privilegiada, por considerarmos que ela também exerce formas de opressão sobre a mulher pobre. (...)” (idem)

Esse documento expressa bem os dilemas em que as feministas militantes estavam envolvidas: revelar as especificidades das desigualdades das mulheres nos partidos políticos, sindicatos e outras organizações sociais, bem como trazer para dentro dos coletivos feministas o recorte da luta de classes como recorte ideológico mais geral do contexto de opressão da mulher.

²² A respeito das tendências e nomeações do feminismo ver Ana de Miguel 1995.

O “feminismo radical” por sua vez discutia em torno da reprodução, sexualidade, corpo e aborto (Moraes, 1998), buscando especificar a singularidade da opressão das mulheres para consolidar o movimento. Insistia que o sexismo não era resultado do capitalismo e do imperialismo, mas antes modelado por um sistema relativamente autônomo e patriarcal. É interessante observar o recorte de especificidade que o feminismo pretendia imprimir. Segundo Moraes:

“Dentre as atividades das feministas recifenses da década de 70, estavam as passeatas, pichações pela cidade, com frases do tipo ‘Pergunta se ela goza?’ ou ‘Mulheres, saiam sozinhas’; ou ainda ‘Troque de Marido, não troque de maiô’. Deixavam as ‘senhoras de família’ e os homens, enfurecidos.”(Moraes, 1998:104).

Além dessas duas tendências que se debatiam no movimento, uma outra também influía, a posição da Igreja Católica. Observamos acima que a Igreja, junto com diversas instituições políticas, estimulavam a organização das mulheres em clubes de mães, associação de bairros, etc., entretanto colocava um limite bem delineado desse apoio, onde as questões referentes aos papéis tradicionais das mulheres na família e o aborto eram considerados tabus, enfatizando fortemente a necessidade de defender a família como instituição, atribuindo papel fundamental à sua manutenção, colocando fora de questão a vivência da sexualidade na construção de uma nova identidade.

Esses embates expressavam formas diferentes de contextualizar e priorizar as desigualdades das mulheres, como também suas formas de participação e representação.

No conjunto desse processo, temas específicos referentes à opressão da mulher começaram a despertar interesses e a fragmentar o grande grupo. Essa briga por poder, ou por espaço - no dizer de Dália -, colocou em evidência duas questões: de um lado,

desnudou o caráter polissêmico que a libertação da mulher pressupõe, tornando-se objeto de luta política pela nomeação da realidade social; e por outro, evidenciou que o fato do feminismo organizar-se sob uma nova orientação – democracia de base e autogestão - não dissipava os conflitos sobre participação e representação.

O depoimento de Hortência é muito elucidativo a esse respeito. Ela é integrante da primeira **Organização Não-Governamental feminista**, instituída em 1980 em Pernambuco. Alguns membros que fundaram essa ONG participaram do Ação Mulher e a formação dessa instituição se deu em meio a sérios conflitos com o coletivo feminista. Ela aponta duas razões para esse conflito. O primeiro refere-se à proposta de institucionalização frente a alguns princípios do feminismo que eram a espontaneidade e a autonomia.

“...Houve um momento em que a [ONG], apesar de ter nascido do movimento, ter saído da barriga do movimento político e um compromisso político claro, definido, mas a ONG afastou-se inteiramente de uma participação política. Isso aconteceu, eu diria que durante a década de 80, 84 por aí, passou um tempo afastada desse movimento. Muita coisa aconteceu. Primeiro, o próprio desafio da criação de uma instituição, a ONG já foi uma coisa muito complicada. Dentro do movimento, do Ação Mulher, existia o grupo que não aceitava muito a formalização de qualquer grupo, então achava que o movimento tinha que ser o movimento espontâneo e ... então foi traumático a criação da ONG porque dentro do grupo que compunha esse movimento político havia divergências de opinião em relação a esses encaminhamentos, isso marcou...” (Hortência)

Colocando em questão as instituições sociais, o feminismo radicalizou sua crítica em relação aos modelos vigentes. Era época de criticar todos os lugares de poder, pois estes se formaram a partir de modelos androcêntricos. Um exemplo claro dessa crítica residia na forma de participação dos coletivos feministas, onde não havia direção, hierarquia, isso, aliás, confundia muitas mulheres provenientes de partidos políticos.

A representatividade no Ação Mulher se dava em bases individuais, ninguém representava instituição ou qualquer entidade com vistas à preservação da autonomia

do coletivo em relação aos partidos políticos e grupos ideológicos de esquerda. A formalização da ONG trouxe alguns dilemas. Nessa fala retoma-se a questão da representação de forma diferente, não incidindo sobre a representação partidária, mas sobre grupo feminista institucionalizado. Além disso, a institucionalização colidia com o entendimento que algumas feministas faziam na época, contrária a idéia da formalização burocrática dos grupos de mulheres. Nesse sentido, é plausível supor que a formação da entidade recolocou o problema da diversidade no feminismo sob novo contexto. Diga-se, a propósito, a participação versus a representação no movimento ainda não é algo resolvido, como veremos em outra oportunidade.

A segunda razão para o conflito, apontado pela entrevistada, diz respeito às visões concorrentes acerca da opressão da mulher.

“... Porque o entendimento que existia era de que para se trabalhar a autonomia das mulheres tinha que se partir de uma coisa concreta, então como uma coisa concreta a geração de renda, considerando que as mulheres sempre tiveram pouco acesso à questão da renda, então seria um tema concreto para dar as respostas àquilo que na época nós chamávamos a ‘submissão’, a situação de dependência das mulheres. Hoje a conversa é um pouco diferente, mas a gente sabe que a questão econômica ainda continua sendo uma coisa de muito peso na autonomia de qualquer pessoa, principalmente das mulheres, que tradicionalmente não sabem ganhar dinheiro. Todas nós, eu inclusive...” (Hortência).

Embora os coletivos feministas defendessem a máxima “nós feministas somos todas iguais”, isso nunca garantiu de fato que o feminismo, enquanto um campo político, estivesse imune às disputas pela nomeação da realidade social. O reconhecimento da opressão das mulheres, levaram-nas a lutar para mudar o sentido e o valor das características estigmatizadas, pondo em jogo visões acerca dessa realidade, assim sendo, o feminismo, bem como qualquer campo político, vai se constituir na luta pelo monopólio da definição legítima dessas visões. A constituição da Casa da Casa da Mulher do Nordeste pôs em evidência que se a posição de desigualdade da mulher é construída culturalmente, a reversão desta realidade não está

dada a priori, passa necessariamente por diferentes vivências e diferentes elaborações propositivas.

É importante observar que entre 1978 e 1982, período de existência do Ação Mulher, começam a se institucionalizar no Brasil algumas poucas ONG's de mulheres (Corrêa,1993), algumas dessas como produto de grupos de reflexão. Em Pernambuco algumas ONG's são frutos desses grupos desenvolvidos no Ação Mulher, a exemplo da Casa da Mulher do Nordeste, SOS Corpo, Gênero e Cidadania e o Centro das Mulheres do Cabo.

Como foi observada na abordagem teórica, a autonomia do campo não é algo garantido a priori, pois inúmeras identidades provenientes de outros campos se cruzam. Especificamente em relação ao feminismo brasileiro, este buscava sua consolidação num contexto em que diferentes segmentos sociais tinham como objetivo básico lutar pela redemocratização, enredado nos discursos de uma relação prévia entre os sujeitos sociais, que garantisse unidade no conjunto de posições diferenciais ocupados pelos sujeitos. Por isso o feminismo se afigurava para muitos como o discurso que desestabilizava a unidade proposta, evocando outras formas de subordinação e propondo novas formas de organização. O feminismo era aquilo que transbordava das definições de sujeito como uma unidade racional e transparente para a significação total do campo político.

Paralelamente, no interior dos coletivos feministas, a exemplo de Pernambuco, a dinâmica criativa no desenvolvimento das ações com ênfase na desigualdade das mulheres, propiciou recortes temáticos, que vieram a se constituir em organizações voltadas para ações específicas. Assim, o feminismo já se constitui na “crise das identidades sociais” trazendo para o seu campo a diversidade social na maneira de perspectivar as desigualdades e na forma de participação e representação.

Após a extinção do Ação Mulher a comunicação entre mulheres feministas e coletivos permaneceram, até porque desenvolviam atividades complementares, onde campanhas, congressos e encontros eram projetos comuns. Mas no IV Encontro Regional Feminista, realizado em Recife, em 1985, começa a se colocar a necessidade de uma articulação mais ampla e eficaz entre as mulheres, para avançar o debate político e dá visibilidade ao mesmo. Assim, no relatório do IV Encontro Regional Feminista já se coloca a preocupação com o esvaziamento político do debate feminista:

“(...) Não é uma questão específica da mulher. É nacional. Como o movimento está se organizando? Por que tantas independentes aqui? Por que não se organizar em grupos? Não é só o patriarcalismo que não deixa o movimento se organizar”. (Encontro Regional Feminista, mesa do dia 04/05/1985)

“De repente ficamos sem parâmetros para trabalhar politicamente. Buscamos solidariedade não só no afeto, mas também a nível de socializar a produção intelectual porque não há espaço para isso (...)” (Encontro Regional Feminista, mesa do dia 04/05/1985).

No novo contexto nacional de distensão do regime militar novas agendas começam a ser construídas e, no plano da gestão pública as demandas dos movimentos de mulheres começam a se configurar, por exemplo, a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que foi instituído em 1984 pelo Ministério da Saúde; a criação do Conselho Nacional da Condição Feminina, depois intitulado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985 pelo governo federal, com a finalidade de formular políticas com vistas à eliminação da discriminação contra a mulher; além da Assembléia Nacional Constituinte que se avizinhava na década de oitenta.

Em novembro de 1987 foi realizado em Garanhuns, Pernambuco, o IX Encontro Nacional Feminista. Esse evento foi importante porque, como veremos a seguir,

proporcionou o clima para a criação do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A participação foi bastante heterogênea:

“(...) Estavam presentes as feministas, mas não só. Estiveram aí também e em grande número, mulheres de sindicatos, grupos ligados a partidos e centrais de trabalhadores. Estavam as mulheres de bairros de periferia: de clubes de mães e associações de moradores. Também aquelas, feministas ou não, que integram os Conselhos, Secretarias do Governo e Delegacias. Foram presenças marcantes as trabalhadoras rurais e as mulheres negras (...) Esta grande heterogeneidade de origens, colocou diferenças na percepção dos temas discutidos, evidenciou as diversas posições políticas e formas de atuação. Também eram diferentes as motivações para ali estar: querendo ou não ser feminista, sendo ou não feminista.” (9 Encontro Nacional Feminista, 1997, s/ numeração de página).

Um dos temas abordados nesse Encontro foi o feminismo, onde algumas dúvidas foram expressas: *“Como é entendida esta palavra? Como cada uma chegou até ele? Qual a nova composição do movimento? Seria esse um encontro feminista?”* (idem). Num encontro de participação tão heterogênea, houve momentos de conflitos nas discussões sobre a diversidade de práticas e entendimentos da “questão da mulher”.

Mas, segundo aponta o documento,

“(...) certamente houve momentos de ‘perigo’ e ‘crescimento’. O perigo se expressava numa sensação de medo do feminismo acabar. Ele tinha como origem a ampliação do movimento de mulheres, a absorção do discurso feminista pelo estado e classe política O risco da perda da autonomia. O crescimento por sua vez, foi percebido a partir dos momentos de satisfação e reflexão pessoal (...)”. (grifo do documento, idem).

Com esse evento se fortalecem as articulações entre as mulheres, criando um clima propício à constituição do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

UM NOVO CONTEXTO PARA O FEMINISMO: O FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO

A fundação do Fórum de Mulheres de Pernambuco ocorreu em 22 de junho de 1988, mas a inserção das entrevistadas se deu em tempos diferentes e em contextos distintos, como foi dito acima. Especificamente em relação ao período

de constituição do Fórum vamos expor as lembranças das entrevistadas que participaram das primeiras reuniões de articulação do FMPE.

Acácia é uma das entrevistadas que se lembra das primeiras conversas que motivaram a criação do Fórum. Seu lugar de atuação política é no movimento de bairros e clube de mães. Por ocasião do IX Encontro Nacional Feminista (Garanhuns em 1987) ela estreitou seus laços com os grupos feministas. Segundo

ela:

“...O Fórum começou de uma maneira eu acho que linda, porque depois do encontro de Garanhuns a gente tava uma vez conversando informalmente, nos encontramos e começamos a pensar que a gente reconhecia sempre a importância de quando a gente se encontrava num desses encontros, como era importante, como era bom, mas que a gente vivia aquele encontro, passava aquele encontro e depois todo mundo ia embora pra seus lugares, fazer os seus trabalhos e ninguém ficava se encontrando, então se pensava uma forma, uma maneira, de como fazer isso. Nessa época eu já era bem conhecida dos grupos e, graças a Deus, eu sentia que todo mundo tinha muita confiança em mim. Então Betânia disse: ‘vamos fazer uma cartinha para o pessoal?’ Isso eu me lembro como se fosse agora, apesar de eu já ter escutado outra versão, eu estou falando da versão que eu vivi. Aí escrevemos uma cartinha para os grupos e para mulheres independentes convidando para uma reunião, para a gente colocar aquela preocupação, porque a gente achava que era uma preocupação de todas e realmente era. Isso aí foi o que gerou o Fórum. Tivemos 3 ou 4 reuniões semanais ou quinzenais, não me lembro direito, em que estava o SOS, a Casa da Mulher do Nordeste, Casa de Passagem... Bom, a gente conseguiu com isso fazer uma articulação grande, a ponto de vir Vitória de Santo Antão, o Centro das Mulheres do Cabo, Pombos, Ribeirão, Nazaré da Mata tinha algum tipo de articulação, e assim a gente foi começando. As primeiras reuniões foram lá no SOS Corpo. Mas não sabíamos o que é que nós queríamos, o que é que iríamos fazer pra que isso se dê de uma maneira informal. A gente queria realmente era liderança, a gente queria era voluntariado, era a primeira proposta. E isso foi crescendo e, ao mesmo, tempo a gente sentia que não podia continuar no SOS por causa do vínculo, quer dizer, de repente poderia passar pela cabeça das pessoas que era uma coisa do SOS, mas não era, era uma coisa de todas nós. Aí passamos a nos encontrar lá na fundação Joaquim Nabuco, naquele salão maior que tem - o Aluísio Magalhães. As reuniões eram dia de domingo e era muita gente, aquele salão ficava cheio. Então as mulheres do meio popular estavam todas lá, como era o caso de Campinas do Barreto. Inclusive levaram cafezinho e bolo e vendiam. E a gente passava a tarde lá e aí continuou por muito tempo - eu ainda era do Conselho [dos Direitos] da Mulher [de Olinda] - e continuamos por muito tempo nos reunindo lá, na Fundação Joaquim Nabuco. Depois, não sei porque, não lembro, houve uma mudança, as pessoas começaram a sentir mais dificuldades em participar, não sei. Eu acho que é uma coisa que tem que avaliar isso, daquela época pra cá...”

Como falou a entrevistada, inicialmente não se tinha clareza de como objetivar essa articulação preservando a autonomia das participantes, considerando as cicatrizes que os embates até então haviam proporcionado. Daí a proposta de informalidade do coletivo e do trabalho voluntário das participantes. Assim, por iniciativa de algumas mulheres feministas foi realizada uma convocatória (ver anexo I) para discutir a preparação do evento. Esse evento preparatório se deu no dia 15 de junho de 1988 e sugeriu-se como proposta de pauta:

*“- movimento de mulheres, impasses e perspectivas de articulação;
- Prioridades de ações;
- A conjuntura política local e a posição do movimento de mulheres.”*
(documento de 03/06/88).

O lançamento oficial do Fórum ocorreu no dia 22 de junho de 1988, na sede do SOS Corpo, Gênero e Cidadania, com a presença de 15 grupos e 60 mulheres (vê Informe nº 1 no anexo I) onde

“(...) alguns grupos e mulheres se encontraram para discutir a viabilidade desta articulação. Neste dia discutimos a conjuntura do movimento de mulheres hoje, a relação com o estado, as dificuldades e perspectivas dos diferentes grupos presentes. Isto apontou e reforçou a proposta de uma articulação. Decidimos pela criação do Fórum de Mulheres.” (Fórum de Mulheres de Pernambuco Informe nº 1, Ago/88 :01)).

O contexto de democratização política colocou o movimento diante de novas demandas e de um acerto de novos compromissos. O estado não era mais aquele estado autoritário, as eleições nos níveis federal e estadual, bem como a convocação da Assembléia Nacional Constituinte para a reformulação da Carta Magna, permitia à sociedade civil organizada apresentar suas agendas para os novos governos, nesse sentido, os coletivos de mulheres precisavam criar e dar visibilidade às suas demandas.

Nas recordações de Rosa:

“...Naquele momento era uma luta pra instituição do compromisso coletivo sistemático, era outro patamar. Então, antes da campanha, do Arraes chegar, a efervescência política também aumentava, foi quando se resolveu que precisava criar um espaço mais sistemático, porque nós tínhamos pela frente questões políticas importantes. No campo macro, a idéia era essa: os grupos estão trabalhando? Tudo

bem, mas nós temos que agir sobre o todo e só juntas, a idéia básica era essa. Então temos que fazer face à campanha, temos que fazer face aos novos governos, vai ser chamada a Assembléia Nacional Constituinte. Então a gente não tinha como dar conta do plano macro se a gente não tiver um lugar sistemático de reunião e de distribuição de responsabilidade e de visibilização também. Porque a gente se torna mais visível na hora que está todo mundo junto, e aí se criou o Fórum, numa reunião que tinha 70 a 80 pessoas e o debate era esse: como enfrentar. Foi super legal essa reunião, era uma análise de conjuntura, de como se apresentava, do que se apresentava como possibilidade de eventos políticos e momentos importantes, etc., e a nossa capacidade de enfrentar os acontecimentos democráticos que estavam vindo pela frente sem ficar só nos trabalhos localizados. Foi isso que deu a criação do fórum...” (Rosa)

Nessa fala retoma-se a interface entre a conjuntura política e o campo do feminismo. Na urdidura da democracia os agentes sociais se expressam fomentando o debate político de seus contextos. Nesse sentido, um dos temas foi a nomeação do coletivo como sua expressão política. Petúnia representa a Secretaria de Mulheres de **partido político**. Nas suas lembranças ela relata a primeira polêmica com que o Fórum se deparou:

“...Eu fui pra uma das primeiras discussões do Fórum, que foi até uma reunião que foi feita lá no Josué de Castro. A primeira discussão do Fórum que eu me lembro, que era extremamente polêmica, que era se o Fórum ia ser um Fórum Feminista ou um Fórum de Mulheres de Pernambuco. Isso foi em 88. Acho que antevéspera das eleições presidenciais. Teve uma polêmica boa. O argumento era o preconceito com o feminismo, então vamos colocar Fórum de Mulheres, até porque amplia mais, as mulheres que não se identificam com o feminismo, elas também podem vir a se aglutinar, aí pode haver uma predominância das idéias feministas, mesmo o Fórum não se chamando Fórum Feminista. A discussão foi por aí, na verdade era quase que uma plenária de fundação do Fórum. Já vinham sendo feitas algumas reuniões, já haviam algumas articulações, mas essa reunião foi um pouco uma reunião fundadora. Prevaleceu Fórum de Mulheres, mas não necessariamente como conteúdo da proposição inicial, então era: vamos evitar nos chamar feministas porque isso pode espantar algumas pessoas. Acabou prevalecendo essa idéia porque, de fato, havia muitas mulheres que não se identificam com o feminismo, com a idéia de feminismo vamos dizer assim, mas que se identificam, vamos dizer assim, com a política feminista, sem necessariamente reconhecer que isso era o feminismo, isso de um lado. De outro, não era um nome que iria definir a ideologia, vamos dizer assim, a concepção política do Fórum, e aí se decidiu chamar assim: Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum. Mas sempre as proposições do Fórum, sempre as mobilizações, até mesmo a cor lilás em todas as atividades nossa, tudo isso trás uma marca muito forte do feminismo...” (Petúnia).

Referindo-se a grupos que transformam suas ações em compromissos políticos, a nomeação cumpre funções organizacionais, demarca limites e cria simbolicamente unidade em torno de interesses materiais e/ou simbólicos, a nomeação é, pois, uma representação, uma identificação para tornar visível o grupo. Indagada sobre a resistência à nomeação feminista, Petúnia esclarece:

“...Na verdade, a resistência em chamar o Fórum de feminista não era de mulheres de organizações populares, era de mulheres que prestavam assessoria aos grupos populares, que era basicamente o pessoal [de uma ONG], com o argumento de que os grupos que elas prestavam assessoria, que elas acompanhavam, não iriam ver com bons olhos, era o julgamento delas, não era uma reivindicação que vinha dos grupos do movimento popular. Então é como se elas prejulgassem isso ou, pelo menos, é como se já houvesse alguma resolução nos grupos de base delas e elas apresentavam isso pro movimento, é como se o feminismo fosse algo um pouco distante, muito ideologizado e elas ainda não participassem dessa ideologia com força, mais por um desconhecimento e não por uma resistência ao feminismo ... acho que elas sempre falaram de movimentos e de mobilizações das mulheres, mas, na verdade, eu acho que existia uma ausência do discurso feminista ou de uma idéia de se identificar com o feminismo ...”(Petúnia).

Na disputa pela nomeação do coletivo, a resistência com a designação feminista levou a que se denominasse por Fórum de Mulheres de Pernambuco. No documento Proposta de Funcionamento (vê anexo I), o Fórum objetivava “(...) *ser um espaço político para articulação de grupos femininos e mulheres que estejam interessadas na discussão e melhoria da condição da mulher.*” (Fórum de Mulheres de Pernambuco: proposta de funcionamento, s/d, s/ numeração de página). Bastante generalista, esse documento apresenta como ações “*geração e socialização de informações; Identificação de necessidades no movimento de mulheres; denúncias; encaminhamento de lutas comuns e de apoio a luta específicas; militância e formação política da mulher e o estímulo ao crescimento.*” (idem).

Desde então, o FMPE tornou-se um lugar plural em que as nomeações das participantes vão informar percepções diferentes, tornando-se alvo de disputas, compondo a cada momento posicionamentos diferenciados e unidades consensuais provisórias. A esse respeito é interessante observar que, segundo o relatório da reunião

do Fórum de Mulheres de Pernambuco do dia 17 de julho de 1988 (vê anexo I), reafirma-se a necessidade de articulação entre os diversos grupos de mulheres para trocar informações e desenvolver ações conjuntas, mas garantindo o compromisso com uma estrutura horizontal de organização, desde que a coordenação²³ eleita pelo Fórum não tenha função de direção do movimento, e as decisões coletivas reflitam as posições expressas, mesmo que divergentes, não existindo “*hegemonias ou maiorias*”, preservando a autonomia das participantes.

²³ Quanto à forma de organizar suas atividades, inicialmente as reuniões eram coordenadas por três pessoas escolhidas no dia da reunião. Essas mulheres tinham a função de coordenar a reunião, fazer o relatório e convocar as participantes para a próxima reunião, era uma coordenação provisória. Posteriormente decidiu-se por uma coordenação composta de doze pessoas, devendo ser renovados dois terços de seus membros de seis em seis meses (vê anexo I Fórum de Mulheres de Pernambuco: proposta de funcionamento). Na época da pesquisa a Coordenação do Fórum mantinha as funções de organização e articulação, sendo composta por três pessoas com mandatos de um ano.

CAPÍTULO III: IDENTIDADES FEMINISTAS

Como foi mencionado, o campo se constitui na luta pela especificação da *crença*, do *tornar necessário* a sua existência, nos termos de Bourdieu, de *fazer ver e crer*, de *transformar a visão de mundo*. Assim, na luta pela constituição do campo, o feminismo produziu uma elaboração original, referenciada na opressão e desigualdade social da mulher. Nesse capítulo serão investigadas as relações que incidem nas operações de identificação do campo feminista, no caso, o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Na questão de como se define a identidade social, os processos classificatórios permitem apontar o “*jogo de linguagem*”, “*as coisas materiais e/ou simbólicas que nele se jogam*”.

O SENTIDO DO FEMINISMO

Apresentaremos a seguir as afirmações que as entrevistadas privilegiaram na definição do feminismo.

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida:

“...Eu não sei muito do feminismo na verdade, mas se o feminismo é lutar pelos direitos da mulher, defender a dignidade da mulher, defender o respeito da mulher, defender um lugar na sociedade, eu acho que eu sou feminista...”

Partido político

Petúnia:

“... Bom, primeiro eu acho que é o reconhecimento de uma relação de desigualdade, isso como algo que sintetiza: o reconhecimento da existência de uma relação de poder diferenciada, desigual. Isso daí se expressando em todos os campos sociais, não

apenas na família, mas em todos os campos sociais e uma idéia de que não só o reconhecimento de uma relação desigual, mas a necessidade de uma prática de mudança disso. Porque não é apenas saber, mas é fazer algo pra modificar isso. Acho que feminismo pra mim é isso...”

ONGs feministas

Jasmim:

“...a coisa feminista tem a ver com a militância. A militância dentro das questões que dizem respeito às questões de desigualdades da mulher...”

Gardênia:

“...já houve um tempo em que o movimento feminista era mais autônomo, dono de si próprio, dono de suas verdades. O feminismo é uma coisa rebelde...As transformações da sociedade e do mundo, isso é uma bandeira utópica, isso é utopia você construir isso, mudar o enfoque da relação homem - mulher, da relação de gênero, é uma utopia que você tá construindo...o movimento feminista tinha poucas ONGs e depois foi se estruturando muitas ONGs e eu acho que quem perdeu com isso foi o movimento feminista...Eu acho que o movimento foi comprado, foi amordaçado pelas financiadoras. Quando a gente não tinha um ‘puto’, a gente fazia mais coisa, a gente questionava mais, a gente crescia...”

Hortênciã:

O feminismo tem o “...compromisso com o combate à violência contra a mulher, com a questão da autonomia da mulher, com a questão das injustiças contra a mulher...”

Rosa:

Além da ênfase no aspecto político e na militância que afirma em diversas passagens, acrescenta que “...O feminismo também tem essa grande tarefa [de produzir símbolos], porque nós não somos produtoras de símbolos que organizam a vida social: as normas, as leis, os valores. Sejam legais ou cotidianos, ainda não estão baseados nas nossas proposições. Nós temos que dizer qual é o nosso princípio ético pra isso, o que é que a gente valoriza como princípio de vida, como princípio de relação. É importante o questionamento, porque até as mulheres conseguem no campo da gerência, etc., algumas experiências já se transportam para a esfera pública, mas, e no campo simbólico? Também. Porque tem que pensar o símbolo também, como uma coisa que tá aí a vida inteira, quer dizer, o simbólico também é um lugar de construção. Essas idéias que algumas correntes, inclusive, tem do mito. O mito é uma manifestação de um determinado tempo de pensamento para um grupo. Quer dizer, o que é que a gente constrói até no campo mitológico, como lendas, como histórias, no campo da cultura?...”

Feminista independente

Dália:

“...Feminismo não é uma identidade, é uma opção política... Porque quando você diz movimentos sociais, você quer dizer que não é um movimento político, porque político são os partidos. Então eu digo que o feminismo não pode estar igual ao Movimento dos Sem Terra, que é um movimento social reivindicatório, que quando cessa a reivindicação, acabou, ele não tem nenhuma perspectiva de transformação dessa sociedade do ponto de vista cultural. O feminismo, ele não tem um modelo de sociedade, mas ele tem uma perspectiva de transformação cultural e política do poder. Então se você quer mudar o poder, isso é um movimento político, por isso que ele não é só um movimento social. Então não me compare o feminismo ao Movimento dos Sem Teto, Sem Terra, dos Gays porque não é, muito embora as mulheres não sejam iguais no mundo todo, é comum um lugar de desvantagem delas em relação aos homens, em todo o mundo, então isso lhe dá um ponto comum, enquanto não tem nenhuma unidade, porque cada uma age de um jeito. Disso eu vejo já uma transformação política e não social de como se organiza pra tomar o poder. Porque essas mulheres todinhas vão tomar o poder. Eu não tô sendo otimista, eu vejo a cada passo que elas vão transformar o poder de forma que assalta o poder, porque transformaram o poder. Então não é um movimento social, e é, mas é mais que um movimento social, o feminismo é um movimento de opinião, é um movimento de transformação cultural, é um movimento de transformação do poder, não é um movimento de assalto e tomada de poder. As mulheres vão para o poder através da transformação desse poder e a transformação desse poder se faz a partir das tentativas de mudanças dos poderes no espaço público e privado...”

ONGs não feministas ou de base mista

Violeta:

“...eu sou feminista porque eu penso a mulher como um elemento específico, tem sua questão especial. Tem uma opressão, uma opressão de gênero, uma opressão histórica de gênero em todas as áreas. Isso aconteceu no mercado de trabalho, na própria saúde, no seu próprio ser mulher, na exploração sexual, então quando você vê essa mulher, essa humanidade, com essa coisa dessa identidade toda, que é peculiar, e querer dar a ela esses direitos que ao longo do tempo foi usurpada, eu acho que isso é ser feminista. Reconhecendo essa luta, reconhecer esse desejo de ser mulher, com toda sua especificidade, é ser feminista... eu lá no Fórum sou uma mulher negra, uma feminista negra, que ia ter essa formação, ia me reabastecer, mas a minha especificidade era transparente...”

Orquídea:

“...Existe, também, um certo cuidado, que até as pessoas mais esclarecidas, às vezes são feministas no discurso, mas são machistas na prática. Eu não sou feminista de carteirinha, de tá e ir com a bandeira, mas sou feminista porque enquanto eu posso, eu tô valorizando a mulher, o trabalho da mulher, mostrando que ela é capaz, mostrando que ela tem condições de competir. Agora, também não sou exageradamente, a ponto de dizer que a mulher suplanta o homem. Essa guerra de sexo já passou, Já foi, tá fora de moda...Eu digo que sou feminista porque no dia a dia, no cotidiano, eu me posiciono a favor da mulher. Eu sou mulher e lutei muito pra

chegar até onde eu estou, de sair da minha casa, de ser uma pessoa que curti muito a casa e de está presente em outras coisas e mostrei que era capaz...”

Articuladora do FMPE

Angélica:

“...mas também, é muito relativo, porque às vezes as pessoas têm um feminismo no discurso e não têm um feminismo na prática, porque feminismo também é prática ...”.

Clube de mães - Associação de moradores

Magnólia:

“...ouvi falar, mas não me liguei muito no assunto. Como é esse negócio?...”

Acácia:

“...Eu sabia que o meu conceito de vida tinha bases no feminismo, mesmo antes de ouvir falar no feminismo, mas passei acho que bem uns 2 ou 3 anos assim, naquela de quero ver, quero sentir como é. E depois a gente entra numa de lutar, de batalhar, daquela defesa dos nossos direitos, reconhecimento dos nossos direitos, da nossa revolta quando a gente vê que outras companheiras não tão se beneficiando com aqueles direitos, até porque, talvez, desconhecem. É como se começasse a aprender o B - A - B.Á. Aí nem todo mundo tá com disposição de começar o B - A - B.Á em todos os momentos da vida, só que isso é importante. Hoje eu já vou fazer 63 anos de idade, eu compreendo isso e até fico preocupada porque minhas filhas vivem com o feminismo, mas eu não consegui ainda passar essa mensagem para elas, mas elas se dizem feministas, mas elas não conseguem reconhecer ainda que elas são feministas à maneira delas, mas não tem essa coisa de ir, de procurar, de ver, de conhecer. Porque é um conhecimento muito grande, muito profundo...”

Verbena:

“...eu acho que o movimento feminista pra gente, aqui, teve um valor muito grande, deu muito mais esclarecimentos pra gente, ajudou muito, assim, no trabalho com a mulher e o esclarecimento sobre o direito da mulher, sobre saúde, aí foi muito bom pra gente. Eu dou valor ao movimento, gosto das pessoas, das idéias... pra mim todo trabalho que a gente faz [no Clube de Mães] é um trabalho feminista. No dia a dia a gente é feminista, agora só que a gente não distingue isso. Não há essa definição nas cabeças das pessoas. Elas [mulheres do clube de mães] não têm consciência disso, é um problema de consciência delas...”

Cooperativa

Miguê:

“...eu ainda não parei prá analisar a importância do feminismo ainda não, porque eu até rejeito o termo feminismo. Porque eu acho que a questão não é ser feminista a questão é ser mulher. Eu acho diferente, porque eu acho que a feminista se diferencia. Porque ela pode até se achar ou tem que ser mais articulada, mais informada, mais mulher do que as outras. Eu discordo muito desse termo “feminista”. Eu acho que ela pode ser tudo isso e se valorizar mais como mulher. Na minha opinião pessoal, eu acho que o feminismo é uma discriminação a mais...”

Sindicato

Papoula:

“...pra te falar a verdade, eu achava que [o feminismo] era muito radical quanto aos problemas dos homens, então eu não entendia e não aceitava muitas coisas. Depois eu comecei a participar mesmo, eu não posso começar a discutir o feminismo como ele nasceu, como ele veio, não entro nessa discussão, é uma coisa que eu ainda tô vendo de um jeito, mas que não dá pra passar pra eu discutir com outras pessoas. O que eu acho do feminismo é que fez as mulheres tomarem outra posição, por exemplo, a gente daqui do sindicato das domésticas toda vida a gente foi mulher, mas a gente tava muito ligada a esses direitos trabalhistas e a gente não via o problema da mulher, de ver o corpo da gente, de ver a menstruação, até pra valorizar esse trabalho do privado. A gente nem sabia o que era “privado”! A gente só queria direitos, tem que ter direitos. Mas até pra discutir porque é que ele é desvalorizado, isso a gente aprendeu com o movimento, não foi com o sindicato que levou isso...”

Desde as falas das entrevistadas, a desigualdade vivenciada pelas mulheres se insere como “*ponto nodal*” (Barrett,1999), tal qual um reconhecimento para a constituição do campo político. Examinando os depoimentos das entrevistadas, de modo geral elas enfatizam a condição de desigualdade nas relações de poder em que está inserida a mulher e a necessidade de mudança a partir do empenho numa ação transformadora, enfatizando o compromisso de mudança. Para algumas, a exaltação de direitos vem acompanhada de crítica social, referendada também nos elementos simbólicos. Nessa crítica torna-se importante produção, circulação e apropriação de símbolos e discursos, mostrando o arbitrário dos elementos de dominação e desigualdade que permeiam os campos da vida social e se cruzam com outros eixos similarmente significativos de estratificação e poder, com atenção aos significados e

símbolos que impregnam as práticas sociais. É nessa direção que enfatizam o princípio ético de valorização e respeitabilidade inclusive nas relações interpessoais, para a renovação dos padrões sócio-culturais do cotidiano, penetrando na micro-estrutura da sociedade, alargando a esfera do político.

Entretanto, algumas entrevistadas fizeram afirmações que merecem uma atenção especial, porque dispõem diferentemente o engendramento dos sujeitos femininos.

No grupo de ONGs feministas, Gardênia tece críticas às novas formas como o movimento se apresenta, atestando uma crise para o movimento feminista. Gardênia chama atenção para o novo contexto do feminismo enquanto movimento. Suas críticas recaem nos aspectos da “*rebeldia*” e da “*autonomia*”. A certa altura da entrevista, ela explica o seu entendimento sobre *rebeldia*:

“...me diga, em qual o movimento forte o movimento de mulheres foi para rua? Nós participamos das Diretas, nós fizemos de tudo, nós, o movimento de mulheres questionávamos. E hoje? Eu acho que alguma coisinha teve na primeira campanha do Lula, que tinha a articulação de mulheres, então era um negócio forte, foi legal...”(Gardênia).

Essa saudosa (!) rebeldia que ela expõe tem como fonte uma concepção de movimento social baseado no seu papel de “movimento de massa”, originário do que fora atribuído ao movimento operário. O grande “boom” dos movimentos sociais nos anos de 1970 e início de 80, como foi discutido no segundo capítulo, foi consequência da perda de força política da classe operária e da conjuntura particular do Brasil naquele período. Segundo Mutzenberg (1997), foi nesse período de grande visibilidade dos movimentos sociais, que se constatou a construção de novas identidades coletivas, resultantes de novas formas de coesão numa nova configuração, sendo esse o período que o movimento feminista deu início à sua visibilidade. Assim, a crise de “*rebeldia*” que fala a entrevistada, refere-se à visibilidade e não se reduz ao feminismo, mas generaliza-se para os movimento sociais como um todo, incluindo os partidos políticos

de esquerda. Veremos a seguir as razões que a entrevistada aponta como causa da “crise” de “*rebeldia*” dos movimentos sociais.

A autonomia foi apontada como “perdida” pela entrevistada, sendo contextualizada pela criação de formas de organização de grupos e redes submersas no movimento. Gardênia acusa que “...o movimento feminista tinha poucas ONGs e depois foi se estruturando muitas ONGs e eu acho que quem perdeu com isso foi o movimento feminista...”. A ampliação do número de ONGs colocou para o movimento um novo contexto de militância, de acordo com suas palavras:

“...ONG não é feminismo, é uma empresa. Pode ter feminista, mas é uma empresa, não tem, portanto, movimento. Eu tenho que apresentar resultado para o financiador, tenho que ter hora de trabalho, que pagar décimo terceiro salário, etc., então eu fico igual a uma maluca, brigando por compromisso. Eu faço esse discurso mas eu sinto que ele é velho...A gente tenta preservar um pouco essa questão do compromisso com o feminismo, mas eu sei que isso é uma atitude romântica. Já disseram isso na minha cara, que eu tenho que me atualizar, esse negócio de militância não se fala, na Europa não se fala. Então, aquela riqueza que era o movimento feminista na América Latina, que nós íamos com todo o gás, foi desbaratado...”.(Gardênia).

Na década de 1970 e início de 80, no Brasil, o contexto político colocava os movimentos sociais como um contrapoder popular, uma força popular, para fazer frente ao Estado autoritário. Na segunda metade dos anos 80, com a concretização da democracia, os movimentos passaram a ser interlocutores privilegiados com o Estado. Na avaliação de Gohn (2000), houve uma redefinição dos termos do conflito social entre diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política e, nos anos 90, os movimentos criaram uma nova forma de relação, contribuindo com as políticas públicas, construindo a política pública não-estatal, participando na implementação, gestão e avaliação dessas políticas²⁴. Para Gohn:

“(...) a ação reivindicativa tradicional, presente nos movimentos sociais dos anos 80, transformou-se em ações solidárias alternativas, em que parte das

²⁴ No entender de Evers (1984), isso necessariamente não retira o caráter contestador dos movimentos, pois eles mantêm a luta contra a face autoritária do Estado.

necessidades devem ser enfrentadas coletivamente e não apenas demandadas. Os demandatários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este fato muda radicalmente o paradigma da ação coletiva (...) O poder público se transforma em agente repassador de recursos. A operação é intermediada por ONGs. Na prática, as ONGs têm tido o papel principal no processo, pois são elas que estruturam os projetos e cuidam da organização e divisão das tarefas...”(Gohn, 2000:36).

As preocupações da entrevistada passam pelas dimensões do agir coletivo, contemplando as dimensões estratégicas da ação político-institucional, tanto em seu lado integrativo quanto em seu lado conflitivo de luta política. O que Gardênia coloca em foco parece, é o novo contexto de lutas e disputas. Ela participa de uma Organização Não-Governamental feminista e participou da criação da Rede Latino-Americana Contra a Violência de Gênero. Segundo ela:

“...Essas redes foram criadas no Encontro de São Bernardo, na Argentina, em 1989. Eu sei porque eu estava na fundação da Rede de Violência. Por exemplo, na violência, o que nós discutimos era exatamente a questão da solidariedade, troca de experiência que a gente queria em relação às mulheres e esse trabalho não vingou, por que? Primeiro porque a Rede acabou caindo por causa do financiamento, ela continua existindo, mas aquele pique da criação deixou de existir ... Foi muito difícil tocar a Rede, por que? Porque quando essa Rede se criou, era uma Rede de Violência, nunca ninguém tinha feito nada de violência e se quis, no Brasil, submeter a Rede Brasileira aos interesses e ao poder das megas ONGs, king ONGs, e nós dissemos não. Porque tem um grupinho que está sempre nos encontros internacionais, ta em Beijing, ta com os financiadores, são as mesmas de sempre. E a gente disse não. E criamos a Rede, trabalhamos sem financiamento, viajamos fazendo encontro nos cinco pontos de Brasil...”(Gardênia).

As mudanças porque passaram os movimentos sociais no final do milênio colocaram novos elementos para os analistas, um desses refere-se à constituição de redes de movimentos²⁵. A entrevistada apontou algumas preocupações que são alvos das análises sociais, por exemplo, nas relações inter-organizacionais, a observância com

²⁵ Scherer-warren (1997), baseando-se em alguns autores, observa que as redes são vistas como “(...) resultantes de vínculos e militâncias múltiplas enraizadas em comunidades locais, cuja capacidade organizativa tanto dependerá das possibilidades de mobilizar recursos, aproveitar oportunidades políticas, exercer influências, como de construir identidades culturais (...) [e acrescenta que] (...) as redes constituem um nível intermediário crucial para entender os processos mobilizatórios (...)” (Scherer-warren, 1997:3).

a não-centralidade organizacional e não-hierarquização do poder, o pluralismo de idéias e o estabelecimento de relações horizontais entre os parceiros participantes. Mas, como revelado por Gardênia, as redes, ao mesmo tempo em que são elementos de integração social, podem ter o potencial de exclusão, resultante de coações técnicas, econômicas, políticas e sociais, ou de tentativas de sobrepor às organizações locais e aos dirigentes técnicos, orientações globais (Scherer-warren, 1997).

O surgimento de ONGs acrescentou um novo contexto para o movimento feminista, fragmentando o coletivo, desnudando as possibilidades variadas de participação e representação. Essas questões tornam-se importantes tendo em vista que esses segmentos constituem-se num nível intermediário para os processos mobilizatórios (Melucci, 1989). Assim, num contexto de maior multiplicidade de identidades envolvidas, a especialização em áreas temáticas, a exemplo das “*ONGs articulacionistas*”, contribuem para que o campo político dos movimentos sociais torne-se mais concorrencial, não só entre os segmentos, mas internamente a cada segmento, a exemplo das redes, compondo-se e se contrapondo.

Assim, a “crise” a que se refere a entrevistada pode está dirigida a esse novo contexto complexo e contraditório em que está enredado os grupos e organizações dos movimentos sociais .

Numa linha diferente de análise se coloca Dália, feminista independente²⁶. De acordo com o seu depoimento ela distingue o feminismo de outros movimentos sociais que “...*quando cessa a reivindicação, acabou...*”. Contrastando com outros movimentos sociais – utilizando o exemplo que ela dá dos Sem Terra - à medida que

²⁶ Dália tem sua trajetória política marcada pelo exílio, na época da ditadura militar. Foi no exílio que ela se aproximou do feminismo e, quando retornou ao país, acompanhou o processo de dissolução do Ação Mulher. Foi também uma das fundadoras do Fórum de Mulheres de Pernambuco. Na época da entrevista tinha participação esporádica nesse coletivo. A sua atuação feminista está atualmente mais voltada para a pesquisa e publicação de artigos.

atinge seu objetivo se desfaz a identidade dos/das atores envolvidos. Dália enfatiza o aspecto cultural que vislumbra redefinir a posição da mulher na sociedade, e ao fazê-lo, busca transformar a sociedade. A diferença reside no fato de que outros movimentos sociais têm por base a afirmação da identidade dos/das atores; enquanto o feminismo é um movimento de negação da identidade, ou, pelo menos, a negação de como essa identidade é (des)valorizada.

Com essa distinção, a entrevistada entende que o feminismo é “... *mais que um movimento social... é um movimento de opinião*”, referindo-se à sua capacidade de produzir novos significados, novas formas de vida e ação social, enfatizando seu aspecto discursivo.

É provável que seja esse aspecto que a faça afirmar que enquanto “*movimento de opinião*”, o feminismo “...*não tem um modelo de sociedade, mas ele tem uma perspectiva de transformação cultural e política ... enquanto não tem nenhuma unidade, porque cada uma age de um jeito...*”. Pondo em questão a validade dos padrões existentes vividos, tais como normas e legitimidade, ampliando espaço público, os grupos constroem novas concepções de mundo a partir da crítica do vivido, onde interesses e valores são redimensionados e re-situados.

No segmento das ONGs não-feministas observamos motivações semelhantes, onde o reconhecimento de desigualdade e opressão vivenciados pela mulher levaram-nas a se identificar com a causa feminista entretanto, Magnólia enfatiza a militância, enquanto Violeta especifica uma identidade, ser “*feminista negra*”. Passemos aos seus depoimentos.

Orquídea afirmou “... *eu não sou feminista de carteirinha, de ta e ir com a bandeira, mas sou feminista porque enquanto eu posso, eu to valorizando a mulher*

...”, denominando-se “*feminista na prática*”. Ela tem pouco envolvimento com as ações do Fórum. A sua fala enfatiza o compromisso pessoal, tal qual uma ética, no sentido de uma apreciação de conduta suscetível de qualificação de juízo de valor referente às ações individuais, muito embora não negue solidariedade ao movimento. Angélica, Articuladora do FMPE, com presença assídua no Fórum e com trajetória em ONGs feministas, conjuga a participação militante com esse tipo de ações individuais.

Assim, os termos *militância*, *compromisso*, *luta*, evocam o empenho em ações coletivas para a mudança nas relações de desigualdades em que vivem as mulheres, mas a esses termos acrescenta-se o compromisso pessoal, sinalizando o alargamento da esfera da atuação política para as relações interpessoais da vida cotidiana.

Violeta, por sua vez, afirmou a especificidade de ser “*feminista negra*”. Narrando um pouco a sua trajetória, ela nos expõe a sua experiência na articulação entre duas formas de opressão – a de raça²⁷ e a de gênero.

“...Bom, a militância no movimento negro começou em 79, era Movimento Negro Unificado e uma das linhas de ação do movimento negro era a questão da mulher negra, era um eixo mesmo, era uma bandeira de luta a questão da mulher negra, todo um passado histórico de opressão. Então, o Movimento Negro - que era formado por muitos homens -, mas, lá dentro mesmo, eram as mulheres que carregavam o movimento e essa bandeira partiu imediatamente. Então, dentro do próprio Movimento Negro, aqui em Pernambuco, aqui no Recife, o assunto era indicado, mas não era aprofundado. As próprias mulheres não faziam isso como um eixo dentro da militância e foi quando em 87 houve o Encontro Feminista [IX Encontro Nacional Feminista], aqui, em Garanhuns. Uma companheira foi - eu não fui nessa época pra esse encontro - quando voltou, voltou com uma porção de material que as mulheres negras, reunidas no encontro em Garanhuns, convocou a negrada pra discutir. Foi um racha dentro do Encontro. Porque existia algumas mulheres negras já dizendo-se feminista e que ficavam brigando com as feministas que esse espaço não era aprofundado dentro do feminismo. A questão da mulher negra não tinha especificidade dentro do movimento feminista, a questão era o feminismo, aquela coisa abrangente, mas não tinha essas especificidades: a mulher trabalhadora rural, a empregada doméstica, a mulher negra, as mulheres não negras, as intelectuais.”

²⁷ Na sociologia o termo raça é remetido a fatores genótipos ou biológicos e às distinções culturais. Segundo Rex, “(...) é um termo taxonômico de limitada utilidade. É irrelevante para a explicação de diferenças políticas entre seres humanos.” (Rex, Dicionário de sociologia, 1996:639). Entretanto, reconhece o autor que o uso popular do termo **raça** “(...) surge em situações de conflito e é usado para justificar o domínio exercido por um determinado grupo.” (idem, 638).

Porque tem as suas especificidades e isso não existia no movimento feminista ... No encontro aqui disse que quando as mulheres se reuniram na piscina do hotel, o tumulto começou e foi visto como um racha dentro do Encontro, as mulheres negras queriam se reunir isoladamente. Não entendiam que isso era uma discussão que era das mulheres negras. Naquele momento era específico. Elas estavam no encontro e queriam ter seu momento próprio, que nunca existia. Isso que aconteceu foi o mal-estar. Quando [a companheira do Movimento Negro Unificado] chegou do Encontro de Garanhuns, nos chamou e começou a pensar. Foi quando no MNU começou-se a pensar a nossa especificidade dentro do próprio movimento negro. Que não durou muito ... Então em Garanhuns foi esse momento de começar a pensar, era a necessidade de se pensar negra. Quando aqui em Recife [a companheira do MNU] voltou, também não sabia mais como ia começar. Houve 2, 3 reuniões das mulheres negras do MNU e esvaziou novamente, aí eu senti falta, porque era uma coisa que eu já queria, mas faltava elaborar isso, até porque não tinha uma literatura e depois não tinha a discussão que era o que fomenta a gente a abrir a veia, entender, e eu não tinha muito esse entendimento, foi quando eu me aproximei do movimento feminista. Eu acho que hoje é um assunto altamente difícil no movimento negro, as mulheres negras não têm a facilidade de discutir sua questão, sua especificidade. Eu não entendo, isso não é verbalizado. É uma questão para dissertação, para uma tese. Aqui é uma dificuldade que a gente não consegue discutir sequer, porque a gente não discute a questão da mulher com profundidade. Quando eu procurei o movimento de mulheres fui tida como “vendida” [para o feminismo]. As companheiras que estavam atreladas ao movimento [negro] não admitiam, lá não existia discussão, mas também não me deram oportunidade de ir lá pra me informar. Porque é uma formação, é uma reciclagem que a gente tem que fazer e essa reciclagem que eu precisava fazer, não encontrando num lugar [a exemplo do MNU], indo procurar noutra e não foi vista com simpatia pelas companheiras e fui me dedicando muito, muito, ao movimento de mulheres e era onde lá existia a discussão do feminismo, no Fórum de Mulheres. E eu fui uma das poucas mulheres negras que participavam do Fórum, até hoje. Aí foi esse o processo e a minha formação de feminista foi no movimento de mulheres não-negras. Não deixava de ter as informações que vinham de fora, as mulheres negras do Rio, São Paulo, que é um povo mais organizado, pensante realmente, compara as ações, as diferenças. E com isso eu me alimentava, era como um retorno pra minha formação de feminista.... “(Violeta)

A entrevistada conta com riqueza de detalhes as motivações e o processo de seu envolvimento no feminismo. O movimento feminista e o movimento negro tiveram (re)início no mesmo período, na década de 1970, entretanto, é a partir dos anos 80 que a interface entre raça e gênero começa a tomar forma, sendo reconhecido como questões que instituem relações de estratificação e poder²⁸. Nesse período, o feminismo trazia para o seu campo político questões relativas à vida privada, à

²⁸ No Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, realizado em Lima, Peru, em 1983, surgem as primeiras tematizações sobre racismo e gênero (Alvarez et al., 1990)

sexualidade, liberdade de orientação sexual, além de acesso profissional, creche, igualdade salarial e políticas públicas de gênero. O movimento negro, por sua vez, reivindicava melhores condições de vida, denunciando o racismo, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o desemprego e a violência policial. Tanto no feminismo como no movimento negro as mulheres negras apareciam como implícitas, não sendo consideradas em suas especificidades no interior desses movimentos.

Ribeiro (1995) relata a tessitura das duas temáticas no contexto brasileiro. O IX Encontro Nacional Feminista, realizado em 1987, em Garanhuns (PE), de fato marcou o enfrentamento entre as mulheres “feministas negras” e as “feministas em geral” no Brasil e, mais especificamente em Recife. Nesse Encontro²⁹, como narrou a entrevistada, as mulheres negras afirmaram o seu lugar de enunciação, buscando compor o que viria a ser o entrelace de gênero e raça a partir sugestões sobre sua visibilidade, projetando as especificidades e trabalhos a serem desenvolvidos. A partir de então, os debates travados levaram a que se reconhecessem as diversidades também internas ao gênero feminino.

A articulação das mulheres negras promoveu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), em 1988, Valença, Rio de Janeiro. Esse Encontro se deu em meio a muitas críticas provenientes de feministas e do movimento negro, ao que as integrantes da organização do Encontro responderam:

“Gostaria de deixar claro que não é nossa intenção provocar um ‘racha’ nos movimentos sociais, como alguns elementos acusam. Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou pela mulher branca. O sentido da expressão ‘criar nossos próprios referenciais’ é que queremos estar lado a lado com as(os) companheira(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias

²⁹ Nesse período as feministas lésbicas e as mulheres indígenas também começam a demarcar as suas especificidades de gênero no contexto do feminismo.

idéias e necessidades, enfim queremos uma posição de igualdade nessa luta.” (Boletim Informativo, 1988, apud Ribeiro, 1995. Grifos do texto).

A questão da igualdade apontada nesse depoimento refere-se à inclusão política de suas especificidades no movimento negro e no feminismo. Esse Encontro colocou questões emergentes, tais como: a estrutura do movimento, a construção de plataforma única, a relação com os demais movimentos, a legalização do aborto, sexualidade, prazer, entre outros (Ribeiro, 1995). Nos Encontros Nacionais de Mulheres Negras³⁰ que se sucederam, Ribeiro (idem) chama a atenção para multiplicidade das vivências dessas mulheres que levaram-nas a constatar que não se constituíam num grupo unitário, nem na concepção política, nem na concepção metodológica de trabalho, alertando para a necessidade de ações coletivas que transcendessem os Encontros Nacionais, pois estes “(...) *são espaçados no tempo, torna-se necessário desenvolver formas mais eficazes e criativas de organização para a implantação de ações conjuntas.*” (idem, pp. 454)³¹.

Enquanto isso, no Movimento Negro Unificado se “apontava” “*todo um passado histórico de opressão da mulher negra*”, segundo Violeta, mas não havia contexto de seu reconhecimento. Ela apontou sinais de desprestígio em relação à mulher, exercido, inclusive, com a convivência das mulheres, por exemplo, a velha questão da divisão do trabalho: à mulher lhe cabia a realização de tarefas para a realização das ações,

³⁰ Nesse artigo Ribeiro (1995) faz referência a dois Encontros Nacionais de Mulheres negras (1988 e 1991) e a dois Seminários Nacionais das Mulheres Negras (1993 e 994).

³¹ Segundo Ribeiro (1995) o acúmulo de discussão das mulheres negras tem apontado como bandeiras de lutas: a garantia de educação anti-racista e anti-sexista, programas de combate à violência sexista e racial, a legalização do aborto e a implantação de ações no serviço público de saúde, com a introdução do quesito cor nos formulários de saúde, a atenção específica à mulher negra no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, e medidas de tratamento de prevenção ao tratamento de doenças de incidência na população negra (anemia falciforme, hipertensão e miomatoses). Ressalte-se que nessas bandeiras de luta existe a tentativa de interceptar valores que estão expressos no movimento feminista e no movimento negro.

entretanto, na hora de participar do espaço público, de representar publicamente o movimento, eram realizações masculinas.

Seu descontentamento chegou ao ponto mais crítico quando estreitou vínculos com o Fórum de Mulheres de Pernambuco e foi alcunhada de “*vendida*” por homens e mulheres do MNU. Sem o apoio das mulheres e sob rejeição total, ela afastou-se do MNU: “... *Como às vezes eu era uma das que peiticava, pela compreensão que já me era dado, aí eu incomodava um pouco, e, pouco a pouco, foram me expulsando. Foi pouco a pouco, até que não deu mais. Pouco a pouco isso aconteceu. Meu trabalho era criticado, não me apoiavam...*”.

A sua estréia no Fórum de Mulheres de Pernambuco foi marcada já pela sua especificidade – feminista-negra – sem grandes resistências, como narra a entrevistada:

“...Já tava bem transparente a minha posição no movimento: eu era lá uma mulher-negra. Eu ia ter essa formação, ia me reabastecer, mas a minha especificidade era transparente. E uma coisa muito boa que eu encontrei no Fórum de Mulheres foi esse respeito, e isso que as companheiras [do MNU] acham que não existia, eu não tenho essa queixa...”.

De acordo com ela não houve nenhuma resistência à sua pessoa, tão pouco à sua especificidade política, não ficando exclusivamente a seu encargo a atenção às questões relativas a raça e gênero. Como exemplo ela cita as denúncias de esterilização feminina provocada de forma indiscriminada, onde as mulheres negras e pobres foram as mais atingidas, transformando-se em alvo de denúncia e mobilização local e nacional pelo feminismo³².

A transversalidade entre raça e outras categorias sociais no Fórum de Mulheres de Pernambuco, entretanto, tem seus limites, ela se queixa, por exemplo, da

³² A respeito das transgressões aos direitos reprodutivos no Brasil, realçando a incidência de esterilização em mulheres negras, vê o artigo de Roland (1995).

dificuldade de ações conjuntas entre raça, gênero com outras identidades sociais que se inserem no FMPE, eis o que ela nos expõe:

“... nós temos exemplos vários aqui em Recife. Tem uma figura fantástica, mas eu não vou citar o nome, trabalhadora rural fantástica, lutadora. Fora do movimento de mulheres, ela conversando comigo, ela é uma negra arretada mas, lá dentro, não aparece a questão ... Sindicato das Empregadas Domésticas, tão lá no Fórum de Mulheres, tem uma presença atuante, mas não desculpo [a ausência da] questão racial ... a questão de ser mulher negra elas não discutem ... e eu tenho certeza que teriam conteúdo, até pela experiência de vida delas, até não, acho que principalmente pela experiência de vida delas, mas não se colocam...”

No que ela explica:

“...Eu acho que seria superficial uma avaliação... mas eu acho que tem toda uma carga. É tão pesado isso! Ser negro é tão difícil, é tão negativo dizer ‘eu sou negra’! Tem uma carga de 500 anos que é melhor você não dizer que é negra. É uma negação em cima da negação, porque quando ela se assume negra eu acho que vem tudo aquilo, toda uma opressão que ela viveu, que revive todo um passado de opressão. Já é ruim ser mulher, pra muitas pessoas é uma dificuldade arretada ser mulher e ainda ser mulher negra então, pelo menos se fosse só uma coisa. Basta ser mulher que já é difícil pra administrar isso...”

Segundo comentou, existe de fato a assimilação das bandeiras de luta das feministas negras, a dificuldade que ela nos expõe diz respeito à experimentação de novos modelos culturais – raça e gênero – em intersecção com outras categorias sociais identificadas por ela com forte perfil de afro-descendência – trabalhadora rural e empregada doméstica. É evidente que, do ponto de vista político, essa fusão aumentaria o capital político dos sujeitos e da temática tendo em vista que apenas ela, Violeta, era identificada como feminista-negra no FMPE.

Parece que no empreendimento político de grupos que já consolidaram sua especificidade identitária, torna-se problemático a incorporação de outras identidades “negativadas”. De fato, lutar em diversos fronts coloca limites para a coesão identitária e desarruma o que já está reconhecido, desarranjando os lugares de enunciação, exigindo, por conseguinte, novos contextos de fala e, portanto, de relações de poder, para dentro e para fora do campo identitário. Daí a necessidade, na tendência da

especificação identitária, do coletivo maior, o movimento, com sua capacidade de aglutinar a paisagem variada das identidades sociais³³. É importante também acrescentar que, no caso específico do movimento de afro-descendentes, Pernambuco não tem a mesma trajetória que outras regiões do Brasil, por exemplo, a Bahia, onde a visibilidade do movimento é maior inclusive nos meios de comunicação de massa e na indústria cultural, acumulando maior capital político no compito geral das identidades políticas em disputa.

Nesse grupo o ponto em comum referiu-se à identificação com as questões relativas à desigualdade feminina, podendo essa identificação se dirigir ao sujeito mulher em geral, ou vir acompanhado de especificidades como a situação da mulher afro-descendente.

No grupo de entrevistadas de clube de mães e associação de moradores duas entrevistadas afirmaram se identificar com o feminismo – Acácia e Verbena – entretanto Magnólia estranhou o termo, indagando “...*como é esse negócio?*” . A seguir exporemos o seu contexto para compreendermos a sua pergunta.

Magnólia era bastante atuante nas ações que os moradores e as moradoras de seu bairro desenvolviam em relação às demandas por melhorias de infra-estrutura urbana. Participava também do clube de mães que estava sob a influência direta de uma congregação religiosa de freiras. Nas atividades que o clube de mães desenvolvia na época da pesquisa, ressaltou-se o encontro de orações, reflexões sobre a vida cotidiana, trabalhos manuais “*para complementação da renda familiar*”, no dizer da entrevistada, e apoio a um abrigo de idosos e idosas. A participação de sua entidade no FMPE era bastante irregular e espaça. Segundo ela, nos encontros do clube de mães, o grupo

³³ Existem atualmente algumas Organizações Não-Governamentais que vem ampliando suas temáticas, mas ainda são poucas em relação à maioria dos grupos políticos que participam do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

mantinha uma rotina que ela considerava marcante em relação às outras atividades com que o coletivo se envolvia. Nas suas palavras foi assim que o grupo começou e se manteve:

“...Um exemplo, a gente vive o dia-a-dia dentro de casa com o marido, filho, essas coisas, aí a gente se aperreia. Aí, quando a gente chegava lá, aí uma começava a contar problema de uma pra outra, aí, no meu caso, eu via que o meu problema era menor do que o da outra, então eu já ia ajudar a outra; a outra já percebia que a outra já tinha um problema maior do que o dela dentro de casa. Então ali conversava e saía super aliviada [a Irmã dizia] assim: ‘minha gente, olhe, a gente nunca deve se deixar levar pela violência.’ Ensinava a gente a não brigar com o marido, a não bater nos filhos, a não ter discussão com o vizinho, essas coisas. Ela sempre passou isso direito prá gente, mas a gente quando chegava lá, eu mesma, graças a Deus, não tenho confusão dentro de casa mas, às vezes, eu chegava com dor de cabeça, tinha andado tanto, aí chegava com dor de cabeça, aí a outra já fazia assim: ‘eu tô com dor de cabeça, queria que fosse por andar, mas eu tô com dor de cabeça porque meu marido hoje chegou em casa arrebrandando tudo, não sei o quê.’ Aí era quando eu parava para pensar que meu problema era menor do que o dela. Aí isso eu já ia ajudar ela, com conversa, orientando, que não era desse jeito, que se o homem chegasse bêbado em casa a gente tinha que conversar com ele e não brigar, porque não adianta brigar com bêbado, deixasse prá brigar no outro dia. Se tivesse que falar alguma coisa falasse no outro dia, mas não brigasse, porque isso aí só ia fazer com que ele saísse de dentro de casa, e sempre a gente conversava esses assuntos assim e dava certo. O pessoal sempre corria: ‘Ah! Irmã, eu tô com problema’, aí Irmã: ‘no meio da rua não, vá prá reunião.’ Aí pronto, era assim que a gente conseguia [organizar o grupo]...”

Nesses momentos a participação era exclusivamente de mulheres, possibilitando um certo clima de confiança entre elas para expressar seus problemas. O momento de reflexão, de estarem só as mulheres, proporcionava a partilha das dificuldades vividas no dia-a-dia. O exemplo que nos traz a entrevistada acerca dos temas suscitados nesses momentos é marcadamente referente às condições de violência em que vivem muitas mulheres, ou seja, violência de gênero. Entretanto, as relações de opressão dessas mulheres não produziam o mesmo efeito que as situações de desigualdades sinalizadas pela falta de condições infra-estruturais do bairro, apontadas como um problema social de primeira importância. Como esclarece Magnólia:

“...Tinha dia que oito horas da manhã, quando a gente pensava que estava bem longe da Irmã, ela já estava dentro de casa, procurando saber como foi a noite, como foi o

dia, se tava precisando de alguma coisa, como é que está, se a gente viu alguma novidade na rua ... vamos supor, tá começando uma construção lá no terminal, aí eu passava lá, eu via aquela construção, então eu tinha que parar e perguntar o que era aquilo e, quando eu chegasse aqui, a Irmã já estava na minha casa para procurar saber o que era aquilo ali. É assim que a gente tá sempre procurando saber o que acontece na comunidade, o que não acontece...” (Magnólia).

A esse respeito Viezzer é bastante elucidativa: *“A própria denominação – Clube de Mães – revela o deslocamento para trás da identidade das participantes, que não se definem ali como mulheres, mas enquanto seres identificados por sua função reprodutora, implicada no papel social de mães.” (Viezzer,1989:68).*

Também contribui para isso a falta de autonomia do grupo. As freiras que organizavam e participavam das atividades do clube, eram vinculadas à orientação mais conservadora da Igreja Católica. Como observamos em outro momento, a inserção da Igreja Católica nos clubes de mães, apesar de estimular a participação política das mulheres, exerce constrangimentos, inibindo temas e discussões relacionados à família e à sexualidade.

Magnólia observou que a nos momentos de mobilização, a participação feminina é superior à masculina, indagada sobre a causa dessa maior participação das mulheres, explicou:

“... é porque eu acho que os homens passam o dia todo fora de casa, não sabe a necessidade que a mulher passa, a maioria das vezes o homem só chega em casa para dormir, aí não sabe que a mulher passou o dia todo com a fossa cheia, com problemas, é água correndo no meio da rua, é um cano da COMPESA que estoura e o homem não está nem aí, nem ligando. Chegou em casa, tomou banho, jantou, dormiu, pronto. No outro dia sai novamente, e eles não estão nem preocupados com isso aí, são as mulheres que sofrem as conseqüências, que vão atrás...”

As práticas, as vivências, são contextualizadas a partir da articulação entre classe e moradora (Telles, 1987), mas também estão imbricadas em, e permeadas por, situações de gênero. Nesse contexto, a participação das mulheres é marcada pela emergência como cidadãs, na qual elas exercitam seus direitos e formulam seus

próprios discursos. Segundo castro, “(...) *nesses movimentos, a mulher pautar-se-ia pela responsabilidade com a reprodução da força de trabalho e com a reprodução da espécie no cotidiano, assumindo em muitos casos a realização do serviço ou obra sem a presença do Estado*” (Castro, 1991:62).

Mas os clubes de mães não têm uma realidade homogênea, algumas mulheres que começaram nos clubes de mães ligados as CEBs, saíram deles e tornaram-se grupos autônomos, a exemplo de Verbena que afirmou: “... *o movimento feminista pra gente, aqui, teve um valor muito grande, deu muitos esclarecimentos pra gente ...*”. Esse clube de mães tornou-se autônomo e realizou diversas atividades em articulação com o FMPE e organizações feministas.

Tanto Verbena quanto Acácia tiveram trajetórias semelhantes entre si e diferentes de Magnólia. Ambas participaram do Grupo Constelação³⁴ e, por esse intermédio, estreitaram seus vínculos com o feminismo. Na época do Constelação Verbena atuava em um clube de mães e Acácia tinha realizado atividades na associação de moradores e no clube de mães do seu bairro. No momento da pesquisa Acácia estava se rearticulando com os grupos do bairro, pois havia se afastado temporariamente por dificuldades de ordem pessoal, nada a ver com questões políticas, segundo ela informou. Passemos às suas impressões sobre o feminismo.

Verbena

“...Eu dou valor ao movimento, gosto das pessoas e das idéias... Todas as lutas que teve, era o movimento feminista que estava encaminhando. Quem tem conhecimento, a gente sabe que tudo o que a gente chegou até hoje foi porque o movimento feminista tava na frente...”

Acácia

³⁴ Segundo o Plano de Trabalho da Constelação (período novembro/93 a março/94), esse grupo de trabalho se constituiu no SOS Corpo, Gênero e Cidadania “(...) *em fins de 89, para responder as demandas de diferentes grupos de mulheres do meio popular na busca sobre financiamento.*” Além disso o Constelação foi também um espaço de formação sobre feminismo.

“...Eu sabia que o meu conceito de vida tinha bases no feminismo, mesmo antes de ouvir falar no feminismo, mas passei acho que bem dois ou três anos assim, naquela de quero ver, quero sentir como é que é. E depois a gente entra numa de lutar, de batalhar, daquela defesa dos nossos direitos ... É como se começasse a aprender o B-A-BA. Ai nem todo mundo ta com disposição de começar o B-A-BA em todos os momentos da vida ... Porque é um conhecimento muito grande, muito profundo...”

Nessas falas observa-se o reconhecimento histórico da trajetória de lutas das organizações de mulheres por direitos além do envolvimento e do esforço, individual ou coletivo, formal ou informal, de cerrar fileiras para romper com as relações de opressões vivenciadas.

Indagada se considerava as participantes do clube de mães feministas, Verbena respondeu:

“... pra mim todo trabalho que a gente faz [no Clube de Mães] é um trabalho feminista, no dia a dia a gente é feminista, agora só que a gente não distingue isso. Não há essa definição nas cabeças das pessoas. Elas [mulheres do clube de mães] não têm consciência disso, é um problema de consciência delas. A gente sabe que têm muitas raízes dos tabus antigos, dos pais da gente, dos avós, que fez a cabeça da mulher pra criar menino e ficar atrás de um fogão e, infelizmente, ainda hoje, até meninas novas mesmo, ainda tem essa idéia. Não chega além de conscientizar todas as mulheres...”

As contribuições da entrevistada ensejam a discussão sobre movimento feminista e movimento de mulheres. Vimos, no primeiro capítulo, que essa discussão é apontada na literatura feminista. Relembrando, o feminismo foi citado como

“(...) a ação política organizada e de caráter coletivo que visam transformar e superar a situação de opressão e inferiorização das mulheres (...) por isso luta contra a dominação patriarcal, a discriminação das mulheres, a subordinação e opressão de gênero das mulheres (...)”, e o movimento de mulheres referido *“(...) às mulheres em movimento (...) cujo objetivo central não diz respeito necessariamente à situação de opressão e desigualdade social das mulheres, dada sua condição de gênero (...)”* (grifos da autora, Arrazola, 2000 : 78).

Embora reconheça a importância do caráter consciente/intencional da ação, Verbena enfatiza: *“... elas [mulheres do clube de mães] não têm consciência disso, é um problema de consciência delas...”*. De fato, se o feminismo pretende romper com a idéia de “identidades naturais”, Verbena foi bastante perspicaz quando afirmou *“...A*

gente sabe que têm muitas raízes dos tabus antigos, dos pais da gente, dos avós, que fez a cabeça da mulher...”, recuperando o viés histórico das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Usando expressões próprias, mostrou que a “consciência” não é tão simplesmente uma decisão individual, mas o resultado de rede de relações que promove oportunidades diferenciadas. Por outro lado, a ação coletiva dessas mulheres está vinculada à sua luta e à opressão a que estão sujeitas no seu cotidiano. Nesse sentido, a pesquisa de Mendes (2000) com mulheres que atuam nos movimentos populares de bairro, mostra que os reflexos da participação na esfera pública interfere no nível pessoal dessas mulheres, realizando mudanças de sua condição na família, apoderando-se de micropoderes na esfera privada.

Duas outras entrevistadas também colocaram em questão o aspecto da intencionalidade na ação coletiva para definição da identidade feminista e mostraram ambigüidades na conformação do campo feminista.

Petúnia (partido político) afirmou:

“... eu acho que a questão, por exemplo, das mulheres do movimento popular, é que elas não identificam, necessariamente, uma desigualdade, elas sentem isso, mas elas não elaboram isso. Acho que elas identificam situação de discriminação, de desigualdade no cotidiano delas, mas elas não...não há espaço, não há, vamos dizer assim, um terreno propício pra elas sistematizarem essas discriminações. Elas falam: ‘mulher discriminada, mulher isso...’ Um discurso um pouco vitimizante, e a necessidade de mudar isso? É um feminismo, mas é um feminismo menos elaborado, menos consciente, mas não que elas não sejam feministas, acho que elas são ... Por exemplo, elas sabem que são alvo de discriminação, mas elas não conseguem tirar essa discriminação de algo cotidiano e de associar esse seu cotidiano individual com o cotidiano de outras tantas mulheres, ou seja, de perceber que não é algo apenas seu, que é algo mais geral e não só que ele é mais geral, mas como que ele se articula na sociedade e como a gente pode fazer pra que essa coisa se transforme. Eu acho que pode ter um pouco de classismo nisso, um discurso etnocêntrico do ponto de vista de classe ... Elas reclamam, elas fazem discurso contra os homens, elas dizem que são discriminadas, mas parece que é assim na hora do posto de saúde, que é na hora de algum aspecto muito concreto da vida delas, mas daí pra articulação disso com todo o pacote que vem é mais difícil do que em mulheres que vêm se organizando em instituições, que tem acesso a nível de instrução, de informação muito maior. As mulheres que lêem livros e as mulheres que vão à universidade, as mulheres que começam a participar de ONGs, porque há informação diferenciada ao nível de

debate e outros, agora não que as feministas de classe média sejam, necessariamente, mais feministas que as pobres, não é isso de jeito nenhum. Na verdade é que existe mais de um feminismo ...”

E Jasmim (ONG feminista) assegurou:

“... Elas lutam por coisas pra todos: homens e mulheres; essa coisa, pegando pela categoria delas. Eu acho que no momento tem uma parte que elas estão dentro de lutas gerais. No momento em que elas estão dentro de uma luta comum em relação a direitos da mulher, eu acho que nessa parte elas tão lutando pelo direito das mulheres sim, elas podem ser consideradas feministas, são feministas. Quando a gente fala para as mulheres do movimento popular essa coisa do feminismo, é uma coisa assim muito difícil pra diferenciar. E fica difícil pra você dizer: é feminista e não é feminista. É uma ideologia a coisa do feminismo. Eu, por exemplo, luto no geral pela melhoria de todos, de homens e mulheres, pela coisa social. Agora, essencialmente eu trabalho com as questões relacionadas aos direitos da mulher. Eu trabalho muito pra que esses direitos sejam assegurados.”

Na discussão de Petúnia e jasmim a ambigüidade existe quando tentam fechar o campo político a partir da fixação de um sentido último. O reconhecimento da opressão constitui-se num haver, no sentido usado por Bourdieu, indicando o lado ativo do conhecimento prático que predispõe os sujeitos. Esse haver é explicitado por jasmim como ideologia, como forma de compreensão do mundo e, portanto, de ação sobre o mundo a partir do reconhecimento de uma opressão específica. Nesse jogo de reconhecimento elas não deslegitimam as ações desses grupos, mas procuram focar a especificidade do campo a partir da consciência de opressão das mulheres e no acesso a informações (teorias?) para a interrupção da subordinação. Verbena e Acácia também reconheceram a importância desse capital intelectual, quando afirmaram: “... *Porque é um conhecimento muito grande, muito profundo...*” (Acácia) e “...*Pra ser feminista mesmo, tem que ter o nível superior...*” (Verbena). Contudo, a experiência feminina da opressão se cruza com formas variadas de estratificação e poder, dispondo e predispondo diferentemente as mulheres, promovendo especificidades no engendramento dos sujeitos femininos.

Se toda identidade implica o estabelecimento de uma hierarquia até a sua resolução na afirmação de uma diferença que funcione como algum “outro”, como seu exterior, mesmo que provisoriamente, não é caso em foco. As mulheres dos bairros, dos clubes de mães, não constituem a priori essa face antagonista para o feminismo.

Assim, em relação às mulheres que atuam nos bairros, o contexto passa a ser o elemento demarcador da identificação feminista onde os elementos estão em processo permanente de constituição e redefinição. Mouffe discute bem essa zona cinzenta que dificulta o contraste nítido: “(...) *De fato, a identidade se constitui a partir de uma multiplicidade de interações e isto não ocorre dentro de um espaço cujos contornos poderiam ser delimitados.*” (Mouffe, 1999:272).

Mas como o campo se constitui por agentes com peso relativo, as organizações de clube de mães têm peso diferenciado no feminismo. As organizações populares de mulheres não têm realidade homogênea, abrindo um leque que se expressa numa distribuição variável, mas imbricadas e permeadas por relações de gênero. Entretanto, por conta dessa multiformidade, o seu capital político no campo feminista, também varia conforme o contexto das agendas políticas e a configuração das demandas, indicando maior ou menor aproximação com o feminismo.

No segmento Cooperativa, Miguê asseverou não ser feminista, considerando a denominação “*uma descrição a mais*”, enfatizando que “*a questão é ser mulher*”. Que significado pode ter essa afirmação?

O fato de discordar da identificação feminista, não significa que ela se oponha às ações das mulheres pela melhoria de sua qualidade de vida, tanto é que participa do Fórum de Mulheres de Pernambuco. A sua discordância incide na expectativa que

comumente se tem da mulher feminista. Nas suas palavras: “... *porque ela* [mulher feminista] *pode até se achar mais articulada, mais informada, mais mulher que as outras ... Eu acho que ela pode ser tudo isso e se valorizar como mulher...*”.

Embora Miguê tivesse participação assídua no FMPE, fazia pouco mais de dois anos que tinha iniciado seus vínculos com o Fórum. É interessante registrar que uma das formas de aproximação com o Fórum se deu por ocasião de sua participação no Conselho Estadual de Saúde. Na época da entrevista ela e o Fórum tinham acento no Conselho como representantes de usuários. No Conselho de Saúde estava empenhada na implantação do exame do “*teste do pezinho*” em todas as maternidades públicas. Por causa disso, segundo ela, apelidaram-na de “*conselheira do pezinho*”.

Em relação à cooperativa³⁵, fazia pouco tempo que era integrante. Na época da pesquisa estava empenhada na ampliação da participação feminina, tendo em vista que a maioria era masculina, e em estreitar as relações entre o Fórum e a instituição:

“...Eu fui integrada na [Cooperativa] no ano passado, mais ou menos no mês de maio/junho, ainda não tive oportunidade. Já falei até com a presidente para iniciar o trabalho lá, mas pela dificuldade que a gente enfrenta, ainda não tive oportunidade de discutir. Mas a gente pretende lá começar a discutir a saúde e a valorização do corpo da mulher. E tem que começar por aí, porque principalmente a mulher do interior é muito desinformada. A mulher do interior tem 10/12 filhos, diz até ‘porque Deus quer’. Elas dizem assim ‘porque Deus quer’!...”(Miguê).

Apesar de ter mais tempo de participação no Fórum do que na instituição a qual pertencia, ela não se definia como feminista: “...*eu só sou mais identificada como feminista quando tô no Fórum, mas em outros movimentos não*”. Em outras palavras, não era ela quem a identificava, mas o Fórum. Talvez no Fórum, identificar as participantes como feminista seja resultado do convívio diário, pressupondo que todas

³⁵A Cooperativa, na época da pesquisa, estava sediada no município de Arcoverde. A sua localização dificultava o intercâmbio entre a entrevistada e a instituição, tornando-se um dos seus trabalhos a conquista de um espaço físico em Recife que pudesse abrigar a sede da instituição, facilitando assim o seu trabalho.

ali compartilham de algumas idéias comuns da agenda política, ocorrendo no máximo discussões acaloradas sobre algum tema controverso.

Mesmo compartilhando de um coletivo feminista, ela tem uma posição muito própria acerca do feminismo:

“...Porque a mulher integrada ao movimento feminista ela vai ser olhada mais como feminista. Eu acho que ela vai ser olhada mais como feminista do que como mulher. Ela vai ser mais aquela que tem que brigar, que tem que valorizar a aparência exterior. Ela não vai ter que se preocupar tanto com o interior. Ela vai mais pela aparência externa, a maneira de se expressar, de se articular e de brigar. Ela não tem muito que mostrar o lado interno, o sentimento que ela tem que ter, o lado mais humano... não convém à sociedade que ela [feminista] bote o sentimento prá fora...”

Na fala de Miguê observamos os estereótipos que foram atribuídos à mulher feminista, associando o feminismo à rejeição da feminidade, o que faz Miguê colocar uma diferença em relação ao que “geralmente” se espera de uma mulher feminista, positivando valores ditos do gênero feminino no contexto da luta política, revertendo signos negativos relacionados à amorosidade e à expressão de sentimentos.

A percepção negativa do feminismo também foi vivenciada por outra entrevistada. Papoula (sindicato) nos fala das primeiras imagens que tinha do feminismo:

“...pra te falar a verdade, eu achava que [o feminismo] era muito radical quanto aos problemas dos homens, então eu não entendia e não aceitava muitas coisas... o que eu acho do feminismo é que fez as mulheres tomarem outra posição, eu acho que quando começa é assim... quando você começa assim, tão oprimida, parece que quando você sai daqui, tem que ser muito radical se não ninguém vai te ouvir, eu acho que o feminismo também foi assim. A gente tem que ser mesmo danada senão a gente não vai ter posição...” (Papoula).

Para muitas mulheres o processo de Papoula pode ser semelhante, mas não esperamos que o posicionamento de Miguê reflita um processo evolutivo onde o tempo mude a sua visão. Ao contrário, as afirmações de Miguê estão de fato baseadas em percepções que marcam uma diferença na maneira de interpretar as relações de gênero, como será visto na próxima discussão, na medida em que é a valorização dos

códigos ditos femininos, que motivam a sua participação no FMPE, daí ela afirmar a necessidade de “*ser mulher*” para atuar no Fórum de Mulheres de Pernambuco. Negando a identidade feminista, Miguê pode está colocando em litígio o limite do campo, entretanto, para tal confirmação é necessário conhecer os seus posicionamentos acerca de questões da pauta política do movimento.

Papoula, movimento sindical, também sentiu resistências iniciais ao feminismo, como foi apontado acima, mas afirmou:

“... eu acho do feminismo é que fez as mulheres tomarem outra posição, por exemplo, a gente daqui do Sindicato das Domésticas toda a vida a gente tava ligada a esses direitos trabalhistas a gente não via o problema da mulher ... a gente nem sabia o que era ‘privado’!... Mas até pr discutir porque é que ele [o trabalho doméstico] é desvalorizado, isso a gente aprendeu com o movimento, não foi o sindicato que levou isso...”

Papoula tem sua história marcada pelo movimento pastoral da Igreja Católica e pelo movimento feminista. Narrando a sua trajetória, ela nos informa:

“A gente começou ainda fazendo grupos nas calçadas, isso a partir de 63, 64. Antes de 63 já estava fazendo trabalho com as domésticas, só que era pelo Movimento de Igreja. Ai, depois desses grupos, a gente fundou uma associação de doméstica, porque a gente não podia fundar sindicato, porque a empregada doméstica, em todo Brasil, ela não era reconhecida como categoria, embora ela fosse a maior de organização de mulheres que trabalhava, que de urbana é a maior - só tem maior de que a doméstica, só a rural -, mas a gente não era reconhecida como categoria. Então, na constituição de 88 a gente foi reconhecida como categoria e, no mesmo ano, em novembro a gente fundou o Sindicato...”

Ela iniciou sua militância política na Juventude Operária Católica, na década de 1960, dando atenção especial à organização das empregadas domésticas. De fato o apoio da Igreja Católica foi fundamental para que se conseguissem desenvolver o trabalho político junto às empregadas domésticas. Na descrição de Carvalho:

“(...) A Arquidiocese dava dinheiro para alguns encontros, que, portanto, tinham uma linha da Igreja. Muito embora, uma vez por mês, aos sábados, fizéssemos uma reunião com o objetivo de organizar a nossa associação. Nessas reuniões doávamos um pouquinho de dinheiro, como se fôssemos sócias. Era uma coisa simbólica, mas já estávamos dando uma outra direção. Porém, no começo mesmo, o forte foi muito a religião.” (Carvalho, 2000:81).

De acordo essa autora, o trabalho para aglutinar as empregadas domésticas era muito difícil, além de geralmente morarem na casa dos/as patrões, ainda tinha a dificuldade de horário, pois elas se reuniam nas “horas vagas”, geralmente à noite. Mas a persistência dessas mulheres foi gratificada quando elas conseguiram organizar um grupo e realizar reuniões sistemáticas. Essas reuniões se processavam com leituras do Evangelho e reflexões sobre as condições de vida das domésticas. O número de participantes variava muito. O primeiro Congresso de Empregadas Domésticas³⁶ foi realizado em 1968, em São Paulo e contou com duas representantes de Pernambuco. Nesses Congressos “(...) *participavam as empregadas domésticas e os assessores – que eram sempre freiras ou advogados ou padres –, mas não participavam outros trabalhadores.*” (idem p. 85). Em 27 de julho de 1979, foi fundada a Associação de Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife. Em novembro de 1988, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos. A nova Constituição Brasileira foi fundamental para essa categoria que conseguiu inúmeros avanços, constituindo-se como categoria profissional regulamentada por lei.

Indagada se o Sindicato era filiado a alguma central sindical, Papoula respondeu:

“Não. A gente é mais pela CUT, participa de alguma coisa, mas não tem uma filiação assim... Eu acho que tem uma resistência, eu acho que a gente talvez não tenha foçado a barra, mas eu percebo também que a CUT não se interessa muito pelo sindicato da gente não, não sei. Tinha o presidente, que a gente fez um jornal e a menina fez uma entrevista com ele e ele declarou ‘eu acho que é uma questão de gênero mesmo’. Ele não disse porque era de mulher, mas sem querer, inconsciente, isso tá dentro do processo. É um sindicato de empregadas domésticas. Eu tô nem dizendo que a culpa não é toda da CUT, a culpa pode ser da gente também. A gente passou mais pelos movimentos... A gente começou a ter mais relação com os movimento popular, mais com o movimento de mulher que com o movimento sindical, porque a gente não via muita resposta ... O problema é nosso porque a gente é muito específica ... Por que é que a gente se relaciona mais com o movimento de mulher? Porque ele toca na gente, é uma coisa que tá mais junta, os problema fala a mesma linguagem e que por isso

³⁶ Carvalho (2000) faz referência a sete Congressos da categoria: 1968 (São Paulo), 1974 (Rio de Janeiro), 1978 (Belo Horizonte), 1981 (Porto Alegre), 1985 (Olinda), 1989 (Campinas) e 1993 (Rio de Janeiro).

que a gente tá mais engajada agora... Por exemplo, a gente tem muita cobertura da CFEMEA³⁷. Todos os projetos lá da gente, de mulher, de doméstica, a CFEMEA entra logo em comunicação com a gente, a gente tem uma cobertura total, mas da CUT não. Eu já perguntei pra outras domésticas, quando vocês vão pros seminário, pros congressos da CUT, o que é que fala da doméstica? Qual foi a luta que a CUT encampou da doméstica? Então, a gente não tá nesses congressos... Eu já fui a uns, mas eu vou pra que a gente leve proposta, que seja incluída dentro dessas tese, mas tá lá só pra tá, não dá...”

A sua atuação na política sindical tem um recorte especial. A sua base sindical é composta fundamentalmente por mulheres que desenvolve atividade considerada “tipicamente feminina” e, portanto desvalorizada. Além disso, ela esclarece: “...a CUT pega todos os trabalhador, mas tem muito trabalhador que são nossos patrões...”. Esse contexto favoreceu sua aproximação com o feminismo. Na época da Associação Papoula já desenvolvia atividades com ONGs feministas: participou do grupo Constelação, obteve assessoria sindical e, com a ajuda do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher juntamente com o CFEMEA, participou da mobilização nacional na proposição de leis da nova Constituição, aprovando a regulamentação de sua categoria profissional. Assim, o feminismo foi o ambiente acolhedor para as suas atividades no movimento sindical, ao mesmo tempo em que trouxe para o campo feminista a opressão de gênero contextualizada pela luta de classes. Na época da pesquisa, Papoula era o único segmento sindical que tinha frequência assídua no Fórum de Mulheres de Pernambuco, enquanto a representação da Comissão de Mulheres da CUT participava eventualmente.

Concluindo, foi visto que a nomeação feminista tem fortes vínculos com a política de identidade, produzindo clivagens, que se manifestam de forma variada e combinada. Segundo Bobbio (1986) o termo política é derivado do adjetivo *polis* (*politikós*)

³⁷ O CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria – dentre suas atividades desenvolve ações de acompanhamento às leis de interesse da mulher que transitam no Congresso Nacional.

“(...) que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [... e] foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado (...)” (Bobbio et. all, 1986:954).

Parece claro que na identificação feminista, a política não se restringe a essa forma tradicional, justamente por colocar novos antagonismos que eram referidos apenas às formas de regulação e vigilância que faziam parte do domínio privado. “O pessoal é político” produziu novos espaços de ação, referidos também nas relações interpessoais. Em vista disso, o feminismo assume uma feição que promove novas esferas de ação, envolvendo as agentes sociais de forma diferenciada, de acordo com as pretensões e a maneira com que desejam comprometer-se.

Assim, mesmo que a crença na desigualdade demarque a identificação feminista, o seu sentido ultrapassa e muito, pois trajetória e redes de relações em que estão inseridas as mulheres, contribuem na percepção e na definição da identidade feminista, podendo ser coator ou facilitador, permeando oportunidades e obstáculos, reforçando a idéia de que a autonomia do campo não é uma situação sempre previamente garantida, mas o resultado de lutas que se cruzam com outros eixos igualmente importante da vida social, expondo a natureza diversa da representação feminista.

Por conseguinte, o feminismo não se esgota em lutas militantes, mas também em discursos que subvertem o lugar da mulher, marcada por múltiplos significados, motivações e expectativas.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco constituído por sindicatos, partido político, ONGs, organizações femininas de bairro, indivíduos, etc., impossibilita definir o feminismo em termos de organizações formais. Mas isso não constitui a sua fraqueza, ao contrário, a origem de sua força está nessas redes de relações que promovem alianças variáveis na dinâmica dos conflitos sociais e lutas pelo poder.

CAPÍTULO IV: RELAÇÕES DE GÊNERO

Gênero é um termo polissêmico e se presta a diversos usos. Sem pretender repertoriar as raízes históricas da categoria analítica gênero, ela tem uma de suas nascentes nos estudos sobre a mulher (Scott, 1991) que ultrapassando, inquiriu sobre as balizas epistemológicas tradicionais do Sujeito Universal, da Verdade e da Razão, evidenciando os sistemas de poderes que legitimam certas interpretações em detrimento de outras (Dias, 1992), introduzindo-se nos debates políticos sobre a desigualdade social das mulheres e nos movimentos deflagrados para promoção de seus direitos. No entanto, não existe consenso acerca da evolução desses estudos na produção acadêmica, variando conforme os esquemas analíticos (Badia,1995; Fonseca,1996; Gomáriz,1992; Machado,1992).

Embora os campos sejam distintos, inúmeros estudos acadêmicos sobre gênero se inspiraram no movimento feminista, que denunciava as várias formas de discriminação e violência contra o sexo feminino. Assim, o aspecto político esteve presente em diversas obras, embora, como observa Mendes (2000), é polêmica a relação entre movimento feminista e estudos de gênero, pois algumas teóricas apontam um afastamento entre teoria e movimento nos anos de 1970, e um rompimento definitivo na década de oitenta. Em que pese essa observação, sem dúvida inúmeros estudos colocaram no centro de suas atenções uma variedade de interpretações sobre a posição da mulher nas diferentes culturas, elencando questões relacionadas à assimetria sexual, subordinação ou opressão, variando conforme as perspectivas teóricas (Heilborn, 1992). Nesta trilha a crítica feminista inquiriu sobre as balizas epistemológicas tradicionais como Sujeito Universal, a Verdade e a Razão,

evidenciando sistemas de poder que legitimam certas interpretações em detrimento de outras (Dias, 1992).

Estreitando sua relação com a sociologia do conhecimento, a crítica feminista inseriu-se no debate sobre a crise dos paradigmas, pondo em foco os limites à objetividade científica, rejeitando o princípio segundo o qual teorias e práticas são isentas de valor, recuperando o caráter contextual em que é produzido o conhecimento. O pensamento feminista enfatiza a estrutura social em que está inserido o pesquisador ou a pesquisadora, variando de acordo com as situações sociais, sendo o conhecimento interessado, parcial e dentro de contextos de relações de poder (Ritzer, 1993), contribuindo na perspectiva de que a ciência compartilha de uma epistemologia interpretativa³⁸. Segundo Gergen (1993), a ciência cria um vocábulo e um modelo teórico explicativo onde o fato investigado está submetido a um modelo lingüístico a priori. Assim, a experimentação e a observação são realizações a posteriori, isto é, são construções que só se têm acesso direto quando o cientista elabora de antemão as categorias conceituais e de manipulação. Por conseguinte, questões supra-empíricas informam e influenciam a prática científica. De acordo com essa autora, uma prática comum do pensamento científico foi deslocar as mulheres de seus contextos, atribuindo “disposições naturais”, desconsiderando as conseqüências enquanto grupo social oprimido³⁹.

Substituindo a linearidade evolutiva de um processo histórico racional e universal, muito dos estudos acadêmicos feministas colocaram em suas abordagens a relação entre o microssocial e o macrossocial introduzindo a abordagem do cotidiano

³⁸ Sobre a epistemologia interpretativa das ciências sociais ver Alexander 1987.

³⁹ Nesse sentido, Gergen defende que “(...) a pesquisa deveria ser conduzida, na medida do possível, de tal forma que não viole a situação social do objeto.” (Gergen, 1993:114).

(Sohiet, 1997), desnaturalizando a sexualidade e o elemento biológico, enfatizando os aspectos simbólicos (Nye, 1995) e evidenciando, nos espaços sociais, a relação entre micropoderes e os macropoderes. Nesse empreendimento a pesquisa é multidisciplinar, articulando-se com diversos sistemas teóricos.

Observei que o uso do termo gênero é costumeiro no Fórum, ele ora aparece sozinho ora acompanhado de outros vocábulos, por exemplo, questões de gênero, relações de gênero, trabalhar na perspectiva de gênero, gênero masculino, gênero feminino, desigualdades de gênero, conflitos de gênero, representações de gênero, sexo-gênero – só para citar alguns.

Muitas participantes do Fórum tomaram conhecimento do tema a partir de publicações e debates no movimento, em articulação com ONGs, institutos de ensino e pesquisa, dentre outros, contribuindo para aproximar teoria e prática, muitas vezes subsidiando, como uma via de mão dupla, as produções dos diversos setores envolvidos. Nesse contexto Dália (feminista independente) observou que “... *gênero tem uma influência benéfica na hora em que você tem uma categoria que vai ser mais aceita como estudo*”. Mas gênero tornou-se um termo coloquial no FMPE, sendo reconhecido como produção teórica, mas também transbordando desse universo quando reapropriado pelo movimento, podendo o mesmo elaborar compreensões que estão para além do discurso científico. A frequência do uso do termo por setores do movimento fez violeta (ONG não feminista) observar que “... *gênero é muito repetido e, pra quem não entende, fica uma coisa muito pernóstica*”, tornando-se um termo de difícil manipulação discursiva. Já Petúnia (partido político) se ressentiu de mais debates sobre o tema no Fórum de Mulheres de Pernambuco.

O fenômeno que se verifica entre o que é produzido pela ciência e sua apropriação pelos agentes sociais é indicado por Giddens (1991) como **reflexividade**.

As ciências sociais têm uma posição de “*pivô*” em relação às ciências físicas e naturais. Segundo esse autor a produção das ciências sociais constitui “*inputs*” que fornecem aos leigos meios pelos quais possam compreender seus contextos, a consequência é que “*O discurso da sociologia e os conceitos, teorias e descobertas das outras ciências sociais continuamente ‘circulam dentro e fora’ daquilo de que trata.*” (grifo do autor, Giddens, 1991: 49). Assim o autor alerta para a imprevisibilidade dos impactos dos inputs no contexto da atividade social, tendo em vista que a apropriação do conhecimento é diferencialmente disponível segundo relações de poder; que as perspectivas derivadas de inputs não têm uma relação direta e fixa com as mudanças nas orientações dos valores; e que os seus impactos são imprevisíveis na vida social. Nas suas palavras “*Não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser reconhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para seu caráter instável ou mutável.*” (idem p. 51)

Com isso se reconhece que movimentos sociais e produção acadêmica possuem especificidades que os diferenciam, não sendo possível uma coincidência total entre os dois campos. Nessa interface Fonseca esclarece que:

“(…) militância e pesquisa não seguem, nem devem seguir pautas idênticas. O fato de, no meio acadêmico, a denúncia perder prioridade enquanto abordagem analítica não significa que o problema da desigualdade tenha sido resolvido, nem desvalida os esforços de militantes feministas que continuam a zelar por políticas de justiça social. A reflexão acadêmica se beneficia de um distanciamento perante seu objeto; a militância – que, por definição propõe pensamento engajado – não pode se dar a esse luxo. Isso não significa que pesquisadores necessariamente estejam melhor colocados para entender a situação, nem que devam ter a última palavra nos debates sobre novas políticas de ação.” (Fonseca, 1996:16).

A introdução desse tema na entrevista vislumbra aprofundar as estruturas de poder que proporcionam discurso(s) sobre a implantação de arranjos das relações de gênero. Na discussão que se segue, não se pretende avaliar, formulando uma crítica do bom ou mau uso do conceito de gênero, mas tomar como objeto de reflexão a apropriação pelas entrevistadas, do seu uso no contexto específico do campo político, bem como os possíveis desdobramentos para o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Ao serem indagadas sobre o seu entendimento sobre gênero, uma entrevistada explicou nunca ter ouvido falar, outras se mostraram inibidas e inseguras. Tentei deixá-las à vontade, mas ainda assim elas se esquivaram de responder. Em vista disso, serão apresentadas as expressões de recusa e também uma tentativa parcial de explicação. Mas, no decorrer da entrevista, essas mesmas informantes apresentaram sobre os contextos que informavam arranjos hierárquicos das relações gênero. Assim, num esforço analítico para compreender as interpretações das entrevistadas, os posicionamentos dessas informantes serão apresentados e discutidos também em conjunto com as outras.

A discussão terá início pelas entrevistadas que se esquivaram de apontar suas reflexões sobre gênero, bem como as possíveis razões para tal.

Clube de mães – associação de moradores

Magnólia:

“Não, eu nunca ouvi isso não, não sei o que é. O que é?”

Verbena:

“Ah! Agora você me pegou, eu já ouvi muito falar, mas eu não sei te dizer bem certinho agora não [ausa para pensar] Não, não dá pra eu falar não”

Sindicato

Papoula

“...Eu vejo falar, mas não entro nessa discussão não, não dá pra eu analisar não. Tem coisa que eu entendo, mas não dá pra eu analisar isso com outra pessoa não...”

Cooperativa

Miguê

“...é, eu já ouvi as meninas lá do Fórum falar, mas eu não sei agora te dizer não. Não, dá pra eu falar não...”

Essas entrevistadas apresentam algumas características comuns: desenvolviam atividades políticas em movimentos sociais de base mista, isto é, envolvendo os dois sexos e não participavam de outras esferas de articulações políticas feministas, além do Fórum de Mulheres de Pernambuco, ou de outros campos, por exemplo, universidades e centros de pesquisa. Das quatro entrevistadas, somente Magnólia e seu grupo nunca estabeleceram vínculos duradouros com grupos do FMPE, sua participação nesse coletivo era esporádica. Quanto às outras entrevistadas, elas haviam freqüentado ou freqüentavam assiduamente o FMPE e haviam desenvolvido algumas atividades em parceria com organizações feministas.

Entretanto, as que tinham vínculos mais consistentes com o feminismo ou com o FMPE – a exceção de Magnólia - o termo não lhes era estranho. A primeira hipótese explicativa é que gênero é mais socializado nos movimentos de mulheres que tem uma influência feminista mais marcante, tornando-se termo usual nesses contextos. A segunda refere-se à complexidade do conceito e ao perfil das pessoas que geralmente o

utilizam. O uso do termo geralmente se constitui numa articulação discursiva que está para além do imediatamente vivido, inibindo dessa forma as entrevistadas. No Fórum ele é mais usado por pessoas com maiores inserções em outras esferas ou campos de articulação política feminista, exigindo das militantes uma maior familiaridade com o conceito, como veremos a seguir. Penso que esses fatores conjugados contribuíram, inibindo-as, levando-as não emitirem o seu ponto de vista, ao contrário da discussão sobre o feminismo, que elas expressaram a sua opinião com desenvoltura. Mas, como será visto a seguir, elas identificaram contextos específicos dessas relações nas suas vivências cotidianas.

Adentrando nas contribuições do conjunto das entrevistadas, chama-se atenção para dois aspectos básicos que elas articularam, estes se referem: 1) ao conteúdo cultural nas distinções corporais; e 2) às relações de poder que são erigidas a partir dessas distinções. Será analisado cada um desses aspectos em separado para, em seguida, ser feito uma leitura comparativa.

GÊNERO: DO CORPO NATURAL PARA O CORPO CULTURAL

Sem dúvida é no binômio **natureza/cultura** que se enraizaram muito dos percursos feminista. As lutas promovidas pelas mulheres vêm insistindo na rejeição do determinismo biológico que plasmaram as diferenças sexuais, conformando associações para o masculino e para o feminino. Quebrar essas evidências esteve no debate e nas lutas políticas feministas. Dando voz às entrevistadas, elas afirmaram:

Sindicato

Papoula

“... eu vejo muito o problema de gênero a partir do emprego doméstico. Por que é que o emprego doméstico não é valorizado? Não é por que é feito por mulher? E por que é que o homem não quer fazer esse trabalho, que é dentro de casa? Porque ele é feito por mulher. Quem é que disse que esse trabalho tinha que ser de mulher? Quer dizer que tem duas pessoas no mundo que nasceram, uma porque tem o sexo diferente então ela tá condenada a fazer aquele trabalho de casa? Por que o homem também não pode fazer? Quer dizer, esse trabalho só mulher tem que fazer, e por que só a mulher tem que fazer ele não tem valor? Então aí eu acho que tem muito problema de gênero. Eu vejo muito gênero a partir da realidade da gente, porque homem tem vergonha de fazer. O que é que é vergonha fazer um trabalho que é pra ele mesmo? Pra ele, pra mulher dele, pro filho dele? Porque isso é de mulher. Então o que é de mulher não tem valor?... Pra mim tá muito o problema do gênero, porque o que foi sempre do público é valorizado, o que é do privado não é valorizado.... Eu acho que nosso trabalho é uma luta muito grande e eu vejo o gênero muito dentro disso, a partir do nosso emprego...”

Cooperativa

Miguê

“... Eu acho que a mulher se relaciona, se entrega mais facilmente do que o homem. Ela se deixa levar mais pelo lado afetivo, se deixa tanto levar pelo sentimento de companheirismo, de mãe, como de irmã, como de pessoa que sempre ajuda a outra. Acho que o homem tem esse sentimento dessa parte mais adormecido, menos trabalhado...”

Clube de mães – associação de moradores

Magnólia

“... E aqui dentro, se fizer uma pesquisa, de casa em casa, você encontrar casa de você chegar assim e a mãe tá dormindo com os filhos durante o dia, porque não tem o que comer, aí quando é de noite dá água pros meninos. Os bichinhos tudo com fome, vai na torneira tomar um copo de água e vai dormir de novo. Isso é um absurdo! É um absurdo acontecer isso! ... Como aqui mesmo tem mãe que precisa sair de casa de manhã, só chega 10, 11 horas da noite porque não tem marido e tem que arrumar alguma coisa pros filhos e, quando pensa que não, os filhos tão se viciando no meio da rua, e a mãe não pode fazer nada, bota a mão na cabeça e ‘meu Deus, o que está acontecendo? Onde foi que eu errei?’ A mãe não errou ...”

Verbena

“...Uma das questões é a violência, principalmente porque a gente trabalha com o pessoal do meio popular. Lá no meu grupo mesmo acontece, a gente vê a mulher com o olho roxo, aí ela diz que foi uma pancada no guarda-roupa, que caiu. Mesmo com a

gente, elas não dizem, a gente tá vendo que foi uma violência aquilo, mas elas não dizem, sempre escondem. Não sei se é medo do marido bater, mas sempre escondem ... uma de nossas lutas nessa questão do gênero, vai ser a coisa da violência...”

Acácia

“... Eu sei que gênero é uma coisa assim, que nós somos iguais enquanto homens e mulheres, como pessoas humanas, como pessoas que são diferentes, porque um homem não tem menstruação e a mulher tem, um homem não usa isso, mas a mulher usa. Essas coisas foram bem esmiuçadas mesmo numa oficina que nós participamos, que foi até com uma holandesa, não vou me lembrar o nome não, então foi uma coisa bem esmiuçada, bem clara e que ficou muito claro pra mim e que tá claro na minha cabeça, mas eu não sei definir com palavras, mas eu sei que é sobre as igualdades...”

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

“...Isso é uma questão de mentalidade, é um pensamento pessoal que se torna coletivo. Ele existe na pessoa e coletivamente ele existe...”

Feminista independente

Dália

“...Pra mim é a projeção cultural sobre o sexo biológico dos indivíduos. É toda a projeção dos valores culturais sobre o sexo biológico dos indivíduos. Então, na hora em que você nasce, você só traz o seu corpo, um corpo, seja ele com pênis ou xoxota, indefeso no mesmo nível, dependente de todos os cuidados e os valores da sociedade em que você nasceu. É sobre esse corpo que você identifica, por isso que o sistema sexo-gênero não é desligado. Não existe o gênero desligado, você projeta nesse corpo toda a tua cultura, sem você ter nenhuma defesa. Você não trouxe mais nada além do corpo, você não trouxe pensamento, você não trouxe história, você não trouxe conhecimento...”

Articuladora do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Angélica

“...Pra mim gênero tem a ver também com as questões dos papéis sociais determinados socialmente, do masculino e do feminino ...”

ONG feminista

Jasmim

“...Quando você trabalha a questão de gênero, você trabalha com essa construção do homem, sem você julgar que ele seja melhor ou pior que a mulher e você trabalha as questões da mulher, sem classificar se são melhores ou piores que os homens. Você tem condições de trabalhar masculino e feminino, o homem e a mulher e os papéis masculino e feminino. A pessoa trabalha o feminino em relação ao que foi construído socialmente pelo gênero... Então esse construir de papéis, que é homem e mulher, papéis masculinos e papéis femininos e aí são esses papéis justamente, não são todos, claro, é onde geram essa deturpação de papéis, que geram as desigualdades ...”

Gardênia

“... Eu acredito que plagiando Simone de Beauvoir, se não se nasce homem e faz-se homem, torna-se homem, eu posso mudar esse tornar-se...”

Hortênci

“...Olha, gênero, pra mim, é justamente o estudo, eu não sei se a gente poderia chamar assim de estudo, mas é aquilo que a gente localiza, aquilo que a gente tem como ponto inicial da colocação das diferenças entre as pessoas. Então as questões de gênero elas ficam muito evidenciadas nessas diferenças, nessas construções sociais que são feitas, onde as diferenças são construídas..”

Rosa

“... gênero como relação de conflito entre homens e mulheres, mas não um conflito só particularizado, quer dizer, a questão de gênero, também como uma questão que estrutura uma forma de organização social, não só na relação homem e mulher, enquanto sexo, mas enquanto estrutura também. Tem que pensar gênero na questão das relações de desigualdade entre homens e mulheres e pensar gênero também numa perspectiva da organização social, a partir da construção de gênero, de como se organizam as relações sociais, também numa maneira mais geral, como elas se imbricam com questões de classe, com questões de raça, pra definir questões ligadas à produção, à reprodução, à esfera pública, à esfera privada ... eu acho que gênero é uma categoria...”

ONG não feminista ou de base mista

Violeta

“...Eu acho que o conceito de gênero nessa construção social, o movimento feminista há tempo que tinha identificado essa construção social, mas a palavra gênero chegou e tomou moda... são gêneros: masculino e feminino... Os gêneros são Introjetados e vividos, com certeza, e levados à prática no dia-a-dia...”

Orquídea

“... Na minha concepção você vai partindo do princípio que gênero é masculino e feminino e quando eu vejo isso, como gênero masculino e feminino, eu acho que não pode ser dissociado homem e mulher, eles foram criados pra estarem aqui, pra terem uma missão, pra construir isso aqui que está sendo construído...”

Partido político

Petúnia

“...Eu acho que tanto no Fórum como no movimento mais geral, existe algo assim que é muito simplificado, que é a relação de gênero com uma relação cultural, como uma relação de poder, mas parou, acho que não tem debate...”

Articuladora do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Angélica

“...tem essencialmente a ver com o poder que a gente falava ainda há pouco, então é isso o que eu acho, que a questão de gênero ela não se limita a esse universo do masculino e do feminino, ela transcende também... Agora não tá só ligada às questões dos papéis socialmente determinados, mas ela transcende por conta dessa história do poder...”

Na fala das entrevistadas observa-se um discurso convergente, com variações mais enfáticas do que semântica. Assim, gênero é percebido como distinções que se dão a partir da *“projeção cultural sobre o sexo biológico”* (Dália – feminista independente), e que são *“introjetadas e vividas e levadas à prática no dia-a-dia”* (Violeta – ONG não feminista), tal qual uma *“mentalidade, um pensamento que se torna coletivo”* (Margarida - MMTR), construindo os *“papéis sociais”* (Angélica – articuladora do FMPE) e *“organizando relações sociais e de poder”* (Rosa – ONG feminista). O gênero constitui um dos processos sob o qual se erige a identidade do sujeito nos processos de socialização. A auto-percepção da anatomia, o nível biológico, sofre investimentos afetivos, valorativos e cognitivos, representados já nos termos homem e mulher, masculino e feminino.

Nesse sentido, Gardênia (ONG feminista), usa o termo “*tornar-se*”. Esse verbo tem o sentido de ação, de algo que não está dado, significando uma mudança do corpo natural para o corpo cultural. Não nascer, mas tornar-se, implica percorrer um caminho do sexo para o gênero: uma existência corpórea concreta significada.

Nessa mesma linha, as entrevistadas utilizaram homem e mulher, feminino e masculino significando relações de gênero, sugerindo o caráter relacional que o termo comporta, em outras palavras, que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que o que é atribuído ao masculino tem sua contraface no feminino. Nesse debate homem e mulher se expressam em atitudes e comportamentos, na maneira como um se insere face ao outro nas interações vivenciadas.

Algumas entrevistadas - Jasmim (ONG feminista) e Angélica (articuladora do FMPE) - enfatizaram especialmente os “papéis sociais”. A sociologia acumulou uma produção sobre esse tema gerando diversas maneiras de enfoca-lo. Turner (1996) define que, em linhas gerais, o papel “(...) *é considerado o ponto de interface entre a pessoa individual e a estrutura social mais ampla (...)*” (Turner, 1996:552). Os papéis determinam normas e expectativas de comportamentos, ligados a cada posição do indivíduo nas situações sociais, constituindo “*quadros de referência*” na auto-avaliação e na habilidade para o desempenho de suas práticas. A ênfase na idéia de papel apontada pelas entrevistadas pode referir-se à existência de estruturas normativas implicadas na constituição dos gêneros, definindo para o masculino e para o feminino “*cenários de interação*”, organizando estruturas sociais desfavoráveis ou desiguais para o feminino. Na base dessa distinção estabeleceu-se que as mulheres têm maior responsabilidade que os homens no cuidado com os filhos e as ocupações domésticas, enquanto para esses, coube-lhes as tarefas extradomésticas, compreendendo desde o

âmbito econômico e político até o religioso e o cultural. Nessas distinções privilegiou-se a segregação em função do sexo, derivando os termos “*divisão sexual do trabalho*” (Amorós, 1995).

Uma das entrevistadas (Dália – feminista independente) explicita a importância do par sexo/gênero resgatando a instauração simbólica nas diferenças atribuídas ao sexo (Rubin, 1993). Afirmando o caráter arbitrário do gênero, mas mantendo uma relação de imanência com o sexo.

Nas contribuições das entrevistadas, gênero é um instrumento poderoso para quebrar com as evidências que associam para o masculino, o controle, a dominação, a valorização, e, para o feminino, a submissão, a opressão, a desvalorização, como mostram algumas entrevistadas a partir de suas vivências.

Relembrando, Papoula (sindicato) afirmou: “...*eu vejo muito o problema de gênero a partir do emprego doméstico. Por que é que o emprego doméstico não é valorizado?...porque ele é feito por mulher...*”.

Segundo ela, a desvalorização do emprego doméstico está intimamente relacionada a um tipo de ocupação desempenhado predominantemente por mulher. No contexto dos grupos familiares ainda permanece divisão de tarefas que são atribuídas à mulher. O rebaixamento do valor profissional do emprego doméstico está associado, em boa medida, ao prolongamento das atividades que as mulheres desenvolvem no âmbito doméstico, daí a dificuldade da valorização desse tipo de profissional, como descreve Papoula:

“Eu acho mais essa desvalorização do trabalho, porque por mais que a gente pesquise a menina diz ‘eu dou valor ao meu trabalho, mas os outros não dão valor’. Então pros

outros não dá valor, então é muito difícil você dá valor. As pessoas dizendo que tu não vale nada, pra tu se achar, precisa que você tenha uma dignidade muito forte...o difícil da doméstica é descobrir que ela tem que levar isso, ela que tem que forçar isso na sociedade pra que a sociedade reconheça esse trabalho.”(Papoula).

O contexto de identificação dos signos negativos corrobora a imagem depreciativa de quem executa esse tipo de atividade profissional, sendo comum a veiculação de nomeações preconceituosas como “criada”, “nega”, “piniqueira”, “chauffeur de fogão”, dentre outras.

No segmento clube de mães, Verbena chamou atenção para o contexto da violência de gênero⁴⁰ que é acometida muitas mulheres. Segundo a entrevistada, “... *uma de nossas lutas vai ser a coisa da violência...*”. Em suas informações, essa questão aparece como elemento que se configurará na programação de seu grupo como ação de trabalho imediato com as mulheres. No entender de Grossi:

“A incorporação da questão de gênero no problema da violência contra a mulher é fundamental, pois é por meio de situações cotidianas e repetitivas que o papel feminino vai sendo definido. Ao destinar para a mulher um papel submisso e passivo, a sociedade cria espaço para a dominação masculina, onde o processo de mutilação feminino é lento, gradual e considerado legítimo. A violência física nada mais é do que uma das formas mais exacerbadas de poder masculino.” (Grossi, 1996:134-135).

Mexer com a violência de gênero abre inúmeras possibilidades, revolvendo a vida cotidiana das mulheres, desde o seu aspecto simbólico, passando pelos papéis socialmente estabelecidos, pelas práticas cotidianas até às instituições sociais.

No mesmo segmento, Magnólia chamou atenção para as preocupações que pesam sobre a mulher a responsabilidade com a família. As condições em que vivem as mulheres de seu grupo social é de carência dos mais variados tipos.

⁴⁰ De acordo com a Declaração das Nações Unidas, a violência contra a mulher é definida como “(...) qualquer violência de gênero que resulta em danos psicológicos, físicos e sexuais, incluindo ameaças, coerção ou de privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada”. (United Nations, 1993, Apud Grossi, 1996).

O depoimento da entrevistada ilustra bem a situação de miséria em que vivem as mulheres de sua localidade. Na sua fala – “... e, quando pensa que não, os filhos tão se viciando nomeio da rua, e mãe não pode fazer nada, bota a mão na cabeça e ‘meu Deus, o que está acontecendo? Onde foi que eu errei? A mãe não errou...” - constata-se a preocupação com o futuro das crianças e jovens, onde muito cedo enveredam pelo tráfico e consumo de drogas alucinógenas.

As tensões da vida cotidiana se acentuam para as mulheres chefes de família⁴¹ pobres que carregam o fardo da existência miserável sua e de sua prole. O contexto de risco de segurança e bem-estar da mulher e sua família, denotado no papel de mãe foram os principais problemas, que ganharam visibilidade nas situações de gênero apontadas pela entrevistada.

Enquanto Magnólia apontou o peso das responsabilidades do cuidar do outro atribuído à mulher, Miguê – cooperativa – ao contrário, vê nos atributos correlatos da socialização feminina - o “...lado afetivo ... sentimento de companheirismo, de mãe, como de irmã, como pessoa que sempre ajuda a outra...” - vantagens que devem ser se opor à lógica individualista, pragmatista, agressiva e controladora, caracterizada pela socialização masculina.

Apontando para variações na vivência das relações de gênero, Rosa (ONG feminista) chama atenção para “...como elas [relações de gênero] se imbricam com questões de classe, com questões de raça, pra definir questões ligadas à produção, à reprodução, à esfera pública, à esfera privada...”. Sinalizando um pensamento engajado, sua afirmação direciona-se para o compromisso com outras formas de

⁴¹ Utilizo aqui os termos “mulheres chefes de família” para as famílias onde a mulher tem o papel mais decisivo na manutenção dos membros da casa e os companheiros colaboram irregularmente no sustento ou não colaboram.

opressões historicamente construídas, que organizam desigualdades de poder na esfera pública e privada⁴². Entretanto, a entrevistada retém como “primado” do gênero a “*relação de conflitos entre homens e mulheres*”.

Comparando o que falaram as entrevistadas, observa-se que algumas fizeram referências às situações de gênero a partir de suas vivências, como era de se esperar. Enfocando aspectos distintos, elas apontaram para situações de conflitos vivenciadas no cotidiano, mas contempladas nas considerações feitas por outras entrevistadas, quando asseguraram que as hierarquias são produzidas nos vários contextos de interações, desvalorizando e oprimindo a mulher. Já Miguê asseverou que a experiência feminina é a salvaguarda de valores atribuídos ao mundo masculino, generalizando para as mulheres capacidades de proteção e cuidado para com os outros. Em que pese essa sutil distinção, ela retém a idéia geral de que o sexo é sempre importante na constituição identitária dos gêneros. Faço minha as palavras de Machado (1992): elas oscilam entre a “dor da diferença” e o “orgulho da diferença”.

Concluindo, de modo geral as entrevistadas apontaram que o sexo é constitutivo das relações sociais e que as homologias sócio-culturais projetadas sobre os sexos acionam distinções. Para a maioria das entrevistadas é relevante a conjugação entre sexo e gênero. Elas participam de um coletivo que é exclusivamente de mulheres e os fatos biológicos são relevantes na explicação das conformações sociais. Assim, gênero transfigura-se em categoria política, promovendo um fundamento básico que, por sobre a diversidade vivenciada pelas mulheres, proporciona um argumento identitário,

⁴² Importante observar que no capítulo sobre a identidade feminista, os três aspectos apontados pela entrevistada eram visíveis, no entanto, questão referente à afro-descendência não é explicitado nessa seção.

reforçando um olhar mais convergente dos contextos em que estão inseridas, tornando o sexo o lugar provedor do gênero.

GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER

Vimos no início da discussão que as entrevistadas atestaram que nas relações de gênero existem relações de poder. Assim, gênero, como abordado pelas entrevistadas, não diz apenas sobre as bases de distinções que o mundo sócio-cultural constrói o corpo, mas também que é uma forma de significar relações de poder. Sobre isso as informantes declararam:

Partido político

Petúnia:

“... Eu acho que no Fórum o paradigma do patriarcado é forte, mas a influência do desconstrucionismo, contaminou esse patriarcado, e eu acho que a gente tem um resultado de desengessar, mas ainda ficar com um rançozinho da teoria do patriarcado, que ainda é um discurso vitimizante, ainda é uma referência muito forte na família. Eu acho que a síntese política do Fórum hoje é essa, é a minha avaliação...”

Organização Não-Governamental feminista

Rosa:

“... no conflito de gênero você tem que pensar qual o núcleo de poder dominante, que aí a gente tem que retomar, do ponto de vista teórico, a questão do patriarcado, se ainda é, como é que ele se expressa. O que ficou mais discutido foi o patriarcado no sentido mais primitivo do debate, mas não se tem uma análise mais profunda de como é hoje o sistema de poder masculino. Outro dia mesmo eu fui fazer um artigo e trabalhei com a definição de uma dinarmaguesa, que ela diz: ‘eu quero trabalhar de uma maneira mais simplificada, eu defino patriarcado como qualquer sociedade que seja dirigida tanto do ponto de vista político, como religioso, como empresarial, etc. por homens’. Nessa definição dela nós vivemos em plena vigência do patriarcado na sociedade ocidental, tanto na Europa moderna, como aqui...”

Jasmim:

“...O poder patriarcal é essa coisa que vem a partir de quem fala mais alto, quem grita mais, quem manda mais, quem compra com dinheiro, quem de repente tem mais força física, quem pode. Toda essa coisa que foi construída que nem sempre é aquele poder que vai pela lógica, que vai pela coisa do respeito ao outro. É uma coisa que, assim que quem tem mais força no sentido mais amplo, consegue; quem tem mais força, quem tem mais dinheiro consegue comprar por aqui, consegue fazer por ali. Então é toda essa relação de como a sociedade se mantém e, sem dúvida, as mulheres ainda não estabeleceram, não criaram uma nova forma, talvez por medo da vida política mesmo, em relação à nova fórmula de como estar nesse poder...”

Hortência

“...a discussão que a gente tem aqui [ONG] é sempre dizendo que discutir gênero significa discutir relações desiguais das pessoas. Buscar um discussão de gênero num sentido de crescimento, significa quebrar essa hierarquia desvantajosa para o gênero, no caso o feminino, quebrar essa hierarquia patriarcal...”

Gardênia:

“... o galo bica os frangos. O frango é bicado pelo galo, mas bica as galinhas e vão bicando até chegar nos pitinhos. Esse galo é o homem branco, rico e hétero. Quem não for homem, branco, rico e hétero, leva bicada. O poder patriarcal é isso aí.”

Feminista independente

Dália:

“...Eu acho o patriarcado fundamental pra análise do masculino e do feminino. Não posso analisar o masculino e o feminino sem pegar o patriarcado como um referencial analítico, porque se você vai dá um giro na história só do ocidente, você vai vê que a formação do poder passa todo o tempo por essa idéia do patriarca, como é que eu vou me livrar dele? Como é que eu posso analisar sem vê ele? Você pega Roma, os grandes patriarcas, você chega na modernidade pega os marxistas e Freud, quando eles se baseiam pra criar um humanismo, tanto para as massas, como pro indivíduo, sem negar um momento sequer a autoridade masculina do pai, ou seja, desse masculino que representa a lei, a ordem, a liderança, o avanço, tudo. Então como é que eu posso pegar e dizer que o patriarcado não me interessa, ou seja, desprezar? Eu acho o patriarcado fundamental e discuto muito quando dizem que isso ainda não está bem definido. O que eu acho que tem que vê é que em todas as sociedades que a gente conhece os homens são o centro, tudo gira em torno deles, tudo, mas nem todas são assim. Em outras eles são apenas referência ... Eu acho que a nossa sociedade, a brasileira, tudo gira em torno deles, do masculino...Pra mim é impossível se falar, se estudar a condição masculina e a condição feminina sem falar no patriarcado, eu não consigo. Pode ser que eu avance e chegue num ponto que eu despreze essa

categoria...”

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

“... apresentando uma questão de poder de gênero, por exemplo, na produção onde nós estamos, a gente não tem o direito de comercializar, aí acha que a gente tá polemizando, aí a gente sempre diz: ‘não fomos nós que fizemos a divisão, ela existe e nós queremos que ela seja resolvida, nós queremos ser tratadas com justiça, com dignidade, com respeito’. É muito, muito difícil, porque os homens, os sindicalistas, os mais brilhantes, eles são sempre muito machistas, né? Têm a cabeça muito fechada e eles sempre querem determinar qual é a nossa posição. Aí é quando a gente extrapola e diz: ‘não a gente não quer assim’. Aí a gente tá criando conflito... E também nos momentos de decisão de eleição, de chapa, quando a gente tá reivindicando um lugar, aí sempre isso é muito difícil, porque os homens é que acham que eles é que têm que dirigir. Eles tentam de tudo! Por exemplo, eles tentam quando se reivindica uma posição de poder pra mulher, um grupo, normalmente é um grupo que reivindica, aí eles levantam que elas têm filhos, né? Que elas têm casa, têm marido. E uma coisa que apuram também é a questão da moral. O mais triste é isso! A gente teve um caso de uma mulher que namorava um dos dirigentes e eles aceitavam que ele fosse o diretor, o presidente, mas ela não podia entrar na chapa porque namorava com ele e os dois eram casados [cada um/a com seus/suas respectivos/as parceiros/as]. Então eles atacam a questão moral, a questão dos filhos, a questão da casa, aí diz: ‘mas essa mulher com esse tanto de filho, como é que ela vai participar das coisas?’ E às vezes a mulher dá muito mais o recado e participa muito mais do que os homens. Mas eles levantam essas questões. É triste!...”

Sindicato

Papoula

“...Por que é que os homens tão dizendo que as mulheres tão pra frente e os homens tão ficando pra trás? Eles só tão dizendo agora porque, parece, que eles tão perdendo lá o tanto de poder que eles tinham. Por que no começo eles nunca viram que a gente tava perdendo? Então, tem que o oprimido sempre se sobressair pro opressor, ver que ele não pode mais oprimir. E eu acho que isso tá se dando no movimento feminista, no movimento de mulheres. Eu acho que quando se tem essa posição, a gente não quer oprimir os homens, a gente quer ter uma igualdade, mesmo que tendo a diferença de sexo, que ele seja homem e eu seja mulher, mas não é porque eu sou mulher que ele tem que me oprimir e que eu não tenha que ter direito nessa sociedade porque eu sou mulher. Que eu vou trabalhar, o homem vai trabalhar, eu vou fazer a mesma coisa e ele vai ganhar mais do que eu, se eu tenho a mesma capacidade? E também eu acho que a mulher não tem que dar uma de homem pra ela ser respeitada, eu acho que a gente tem que continuar esse poder de mulher, a nossa maneira de mulher e ser respeitada. Porque às vezes a gente tem que se impor mesmo diante do homem, porque

se ele não quer, engrossar mesmo, às vezes tomar até posição de ser quase até grossa com ele pra poder ser respeitada. Quantas vezes na imprensa diz que tem diretora que começa a ter posição de homem, bater na mesa, falar com força... às vezes eu acho que ela chegou a fazer isso pra poder ser ouvida. Por exemplo, eu tô nesse poder, ninguém quer me respeitar como mulher, eu acho que algumas que fez isso foi por causa de uma situação, que agora eu acho que ela não vai mais precisar fazer isso. Porque se não chegou, já tá caminhando pra isso, de respeitar a mulher pela capacidade dela e não dizer que pelo fato dela ser mulher, ser inferior. Se tudo ainda não tá assim, porque a gente ainda tá lutando pra isso e aí vai ter que os homens reconhecer e se juntar pra mudar. Por que, como é que pode, uma sociedade de homem e mulher e tá uma luta diferente: homem e mulher? Agora, o lado de cá teve que se impor. É a mesma coisa da luta de classe. Se os trabalhadores não grita que tá sendo oprimido, não luta por salário, por direito, pelas coisas, é difícil...”.

Cooperativa

Miguê

“... Nessa história de gênero quer vê uma coisa? O poder do salário, do ganho. Eu acho justo que a mulher brigue pra ela ter um poder aquisitivo igual ou até maior do que o do homem mesmo. Porque quando ele tem um poder aquisitivo um pouquinho mais, ele se acha muito mais superior. Porque além dele se achar dono do corpo dela, se julgar o dono do corpo dela, ele se julga também o dono dos pensamentos, de toda propriedade dela. Tem uns que se acham humilhado quando a mulher ganha um pouco mais do que ele, porque a mulher tem que ter o salário mais baixo que o dele, tem que ter a condição mais baixa que a dele. Ela tem mais é que brigar. Porque se ele acha que vivendo ou convivendo com a mulher ele já é o dono dela! Se diz até na linguagem popular, que a mulher sempre precisa de um homem pra tomar conta dela, que como se ela não se superasse e não desse conta dela própria. O homem se baseando nisso, nessa área, ele se acha o todo poderoso. Eu acho que é errado....”.

Clube de mães – associação de moradores

Acácia

“...Eu acho que eles [mulheres e homens] são iguais, quer dizer, têm os mesmos direitos. Um homem tem o mesmo direito de ter direito que a mulher tem e vice-versa, e eu acho que a questão do poder no feminismo deve ser de muita transparência, de muito conceito de liberdade. Não de liberdade absoluta, total, nunca se pode ter esse tipo de liberdade em todas as coisas. Uma política feminista de companheirismo também, de desejo de vê a companheira crescer, de respeito aos direitos da companheira, mesmo se aquele direito tiver te ferindo, mas é direito dela. Meu Deus! é tanta coisa que, se você pensar muito, você vai achar a coisa mais difícil do mundo ser feminista. Porque essa liberdade ela tem que existir... Se é mais alguma coisa, eu não aprendi ainda. Mas na minha cabeça eu acho que diz muito, pra dizer em poucas palavras. Por exemplo, pegando a questão do poder que você tá me perguntando, por

exemplo, não pode existir dentro do feminismo. Você pode ter a política partidária mas, dentro do feminismo, você não pode deixar que essa questão atropela nada... Você não pode exigir, por exemplo, que todas sejam feministas. Feminismo, inclusive, ainda é uma palavra feia pra muita gente... Eu acho que poder existe. Eu acho que não só dentro do Fórum, mas em grupos, em todo lugar existe a questão do poder. E eu acho que ele é importante, eu acho que ele deve acontecer, só que as pessoas que estão com esse poder ou que estão querendo esse poder, elas têm que saber como conquistar esse poder, não é dizendo eu quero. Tem posições ali [Fórum de Mulheres de Pernambuco], formas de resolver aquelas coisas que eu achei terrível, são detalhes, eu acho que detalhes. Mas a forma como foi conduzida agora o dia 25 de novembro, o dia internacional contra a violência [contra a mulher], que era pra ter aquele debate ... eu não reconheci o Fórum naquele momento, pra aquele espaço, eu não reconheci o Fórum. Então chegou gente assim: 'olha, vai ser assim, assim e assim'. A gente vai pra reunião pra que? Pra chegar uma pessoa e dizer: 'olhe, tá resolvido, é assim, assim e assim'? O que é que há? Eu não concordo com isso. Eu calei porque eu tô voltando agora, quero vê as coisas acontecerem, quero vê como vão continuar. Se foi por conta de alguma coisa de pressa, mas eu não gostei mesmo, e não deu tão certo por conta disso. Estão centralizando muito as coisas em determinadas pessoas, eu acho até que por conta do poder dessas pessoas, aí é que eu volto atrás: cadê o meio popular, onde ele está pra neutralizar? Quer dizer, também pode acontecer o inverso, porque o meio popular, ele não tá informado, nem ele tem facilidade de conceber, rapidamente, as questões. Porque o meio popular é uma coisa simples. É simples de lidar, simples de caminhar, simples de acontecer, porque as pessoas são simples. E ali, não, ali [no FMPE] está elitizado. Não pode ser assim. Tá só ONG! E, meu Deus, cadê as mulheres? Eu não sou de nenhuma ONG, mas eu acho que é importante reunir ONG. Eu não tô tirando a importância... ”

Verbena

“... Eu acho que os homens têm que perder um pouquinho do poder de ser tão machista. Eu acho que a gente tem que moldar um pouquinho, porque se a gente não dobre, a gente não vai se igualar a eles não. E outra coisa é o poder político. Eu acho que mais mulheres devem participar da vida política do país, assumir Congresso, até presidente da república. As vezes eu digo isso: esse Brasil só se endireita quando eu vê uma mulher lá em cima, no lugar de Fernando Henrique. Eu acho que as mulheres são mais conscientes, são menos egoístas ...”

Magnólia

“...Tá aí o governo cheio de dinheiro, o prefeito cheio de dinheiro e ninguém faz nada, cada um que pegue seu bolinho, embolsa bote no banco, deposita, vai para o exterior, vai não sei pra onde, não tem ninguém interessado em resolver nada da comunidade. O que a gente vê é criança completar 14 anos, já tá fumando maconha, já tá cheirando cola. Ninguém se interessa. Quer depois, que eles já estão viciados, tirar eles do vício. Não pode, não é assim. É antes dele se viciar, a gente dá o que ele comer, a gente dá atenção pra aquela criança, fazer com que eles entendam que a

gente somos iguais a eles. Não existe essa de rico ou pobre, todo mundo é igual. Quem está errado é os órgãos públicos que não está dando emprego, tá fechando as firmas, não dá emprego pra essas mães. Mulher que tem muito filho não pode arrumar um emprego. Só arruma um emprego se tiver um curso, se tiver não sei quantos anos de experiência, se tiver uma experiência na carteira [de trabalho], se tiver oitava série ou segundo grau. O que mais eles pedem é o 1º e 2º grau. Nem todo mundo tem isso não, não é todo mundo que teve a capacidade de estudar não. E por que a pessoa não teve a capacidade de estudar tem que morrer de fome? Tem que onde deixar os filhos? A maioria dessas que não estudaram, que não tem estudo, tem muitos filhos, e são essas que morrem de fome. Porque quem tem uma vida trabalhada, que tem um emprego, não quer ter 4/5 filhos, tem 2, só quer ter 2 filhos ... O pai geralmente é mais esquentado, foge de casa para não vê os filhos morrer de fome e a mulher cobrando dele o tempo todo: 'você tem que trazer prá dentro de casa'. Eles, prá não roubar, nem matar, vão embora, deixam os filhos ali com muita dor, mas vão embora e não aparecem nunca mais. Por que vai aparecer com que? Sem ter nada para dar aos filhos para comer? Então eles fogem de casa, fingem que não tem filho e pronto ... É isso que a gente vê dentro da comunidade, é isso. Alguém tem que tomar consciência do que está acontecendo e ajudar essa população, ajudar esse povo até para tirar esses marginais do meio da rua, porque é por aí que se cria um marginal, é pela fome, é pela miséria que a mãe passa dentro de casa. Eu já vi o filho dizer: 'mãe arruma um pacote de macarrão prá gente comer'. Uma mãe com 10 filhos, saiu de manhã para vender pipoca no meio da rua, mas tava devendo, vendeu, trabalhou o dia todinho, pegou aquele dinheiro e pagou o que devia, quando chegar de noite, o filho: 'mãe arruma um pacote de macarrão prá gente comer', [e a mãe responder] 'eu vou arrumar aonde, filho da puta?'..."

Organização não-Governamental não feminista

Orquídea

"... As mulheres sempre lutaram muito pra se fazerem ouvidas... Nunca foi dada ao homem a supremacia de tudo sobre a mulher. Talvez ela seja, na família, considerada até como de segunda categoria, em alguns momentos, em alguns lugares. Mas ela é coadjutora. Quando eu digo coadjutora, é muito mais do que uma ajudante, do que auxiliar... Quando essa questão de gênero não for tão diferenciada, privilegiando uns e não privilegiando outros, privilegiando os ricos e não privilegiando os pobres, privilegiando os homens e não privilegiando as mulheres. Toda essa discriminação é terrível! Talvez seja um pouco de utopia a gente pensar nisso..."

Violeta

"...é tudo aquilo que serve, numa análise bem própria, que serve para a opressão. São ações que levam a oprimir, a descartar, é, a oprimir, é o nome mais contundente.

Poder é opressão Eu acho que assim, esse poder que eu coloquei é que é o enviesado. Já numa reelaboração, o poder que nós queremos qual é? É o que nos é de direito, e o poder que eu coloquei, da opressão, é o poder cotidiano, é as relações de poder que a gente encontra no dia-a-dia, que não é esse o poder que eu acho que a gente quer, essa opressão que machuca, que me descarta, que me despreza, que não vê você como gente, mas coisa. Eu acho que precisa de uma nova elaboração de conceito de poder. Que eu não tô conseguindo reelaborar. É, mas qual o poder que nós queremos? É muito comum, nós mulheres negras, é da igualdade na diferença. Oportunidades de trabalho; de acesso, de ir e vir, que às vezes nos é limitado; oportunidade de mercado de trabalho; oportunidade na educação. São essas oportunidades que eu acho que nós temos que reivindicar também. São relações de poder que não acontece e que nós, enfim, queremos. É outra forma de poder, na diferença a igualdade, e que no movimento feminista tem acontecido isso, queremos o poder, em quê? No mercado de trabalho também, e numa divisão de equidade que não é igualdade, mas de balanças que pesam na mesma medida... mas no Fórum há relações de poder também. Por exemplo, uma companheira que tem uma elaboração de linguagem mais eficiente, mais articulada, se coloca distinta pra outra. Uma companheira que tem uma graduação, poder econômico, pode nem ser consciente, pode nem ser. Eu não digo que seja assim a coisa mesmo de exercer, não coloco nesses termos, mas existe. Uma instituição que é bem equipada tem relação de poder em relação com as que não são bem equipadas. As coisas como são colocadas: 'Ah, nosso grupo pode fazer isso'. Já ouvir dizer: 'nosso grupo é o único que pode fazer isso'. Que é verdadeiro e isso pesa na hora do fazer, mas do modo que é colocado, é assim a soberania do poder e, ao mesmo tempo, os grupos menores, as mulheres menos instruídas, as mulheres com discursos mais desarticulados, às vezes nem toma muita participação, talvez não fiquem à vontade, inconscientemente... têm muito poucas agora... Nunca discutimos isso em profundidade... Tinha grupos do chamado movimento popular que, às vezes, tinha relação com determinada ONG, que era como se fosse um voto já garantido, não deixa de ter uma coisinha assim de influência, talvez fosse o poder, em outras palavras... mas isso eram poucas vezes que se deixava visível, e poucas vezes vi queixa de grupos, digamos, como tivesse sido discriminado por ser movimento popular. O Movimento Mulheres Sem Casa, são mulheres muito pobres, que algumas vezes deu a entender que era discriminado, mas eu acho que era mais incitação da sua condição de pobreza. Elas disseram assim: 'Ah, a gente não foi convidada pra reunião, é porque a gente é pobre'. Mas aí eu não sei se isso era porque não tava na reunião anterior, por exemplo, e aí não foi incluído, mas em alguns momentos aconteceu...”

Articuladora do FMPE

Angélica

“...Uma vez eu conversando isso, eu acho que no movimento de mulheres, nós temos ainda, apesar de feministas, uma prática que é uma prática muito do privado, no momento em que a gente acirra uma discussão, ela deixa de ser uma discussão política pra ser uma discussão pessoal. Eu ficava admirada, por exemplo, [Fulano] que é um cara do [partido político], tinha assim um quebra pau dentro da plenária do partido ou da CUT - na Central Única dos Trabalhadores - era aquela discussão e, quando terminava: ‘vamos ali tomar umas cachaças’. Porque não é uma discussão pessoal, é uma discussão política, é uma posição política que está se defendendo ali. Mas nós ainda, nós mulheres, mesmo feministas, ainda temos muita dificuldade de lidar com essas coisas... Isso acontece demais no movimento de mulheres. As pessoas que não se bicam por questões que eram políticas e passaram a ser pessoais. Pra nós essa discussão ainda é muito difícil de lidar. Ainda existe um pudor. Basta dizer assim, vai ter eleição para a coordenação do Fórum, vamos fazer uma discussão. Avalia. Agora vamos eleger a nova coordenação. Alguém diz assim: ‘eu posso indicar?’ Não, antes de indicar vamos saber se tem alguém que quer ser... Aí tem ainda isso, é um certo pudor, uma vergonha! Assim, ao mesmo tempo parece é como se aquela coordenadora fosse decidir o destino do mundo, aí precisa ter um pudor.... Eu acho que até hoje, dentro do movimento de mulheres, isso é mais, não digo que é tranqüilo, mas já se reconhece que tem problemas. Por exemplo, quando foi pra essa discussão de coordenação do Fórum, foi um dia inteiro de discussão. Como é que uma pessoa ousava propor que o Fórum tivesse uma coordenação? Quando na verdade, vamos legitimar o poder aqui dentro. Eu digo vamos, vamos mesmo, porque já tem, se já tem, vamos vê como é que a gente legitima, pra não ficar as poderosas oportunistas. Então vamos dá o poder mesmo. E hoje isso começa a ser discutido e em várias situações... O poder pode ser bom. O que é que eu posso fazer com esse poder? Que antes, nem pensar! O poder era uma coisa do masculino e nós não queríamos poder, queríamos destruir o poder. Não, a gente tem mais é que chegar ao poder...”

Algumas entrevistadas explicitaram que levar em conta a opressão das mulheres é referir-se a um tipo específico de relações de poder, o patriarcado⁴³; outras apontaram o contexto machista, ainda houve aquelas que sinalizaram para a existência de relações de poder entre as mulheres e, na mesclagem de umas e outras, foi levantada a ausência de atuação mais efetiva do estado na esfera doméstica.

Utilizando-se da noção de patriarcado, as informantes de ONGs feministas afirmaram que *“...no conflito de gênero você tem que pensar qual é o núcleo de poder dominante... a questão do patriarcado...”* (Rosa); ou, *“...o poder patriarcal é essa*

⁴³ Situando a evolução dos estudos sobre o patriarcado, Scott informa que *“No fim do século passado e no início do atual o patriarcado surgiu como um elo fundamental na construção das idéias evolucionistas; no meio deste século ele surge como parte fundante das idéias de consolidação das nações coloniais; e no fim do século ele se associa fortemente às idéias feministas.”* (Scott,2002: 256; no prelo).

coisa de quem fala mais alto, quem manda mais...” (Jasmim); ou ainda, “...*buscar uma discussão de gênero num sentido de crescimento, significa quebrar essa hierarquia patriarcal*” (Hortência), e, utilizando a historinha do galinheiro, Gardênia inferiu o patriarcado como um sistema geral de dominação, caracterizado pelo “*homem branco, rico e hétero*”, exercido sobre as mulheres cujos efeitos, por derivações, atravessa o corpo social inteiro. Também com as lentes do patriarcado, Dália, feminista independente, defendeu “...*o patriarcado como fundamental pra análise do masculino e do feminino...*”, e Petúnia, partido político, identificou que “...*no Fórum o paradigma do patriarcado é forte, mas a influência do desconstrucionismo, contaminou esse patriarcado...*”.

O feminismo buscou superar o enfoque da subordinação das mulheres como um dado natural da evolução humana. Na década de setenta o patriarcado é usado como categoria chave de análise, denunciando uma situação sistemática de dominação masculina em que os homens aparecem como agentes ativos da opressão sofrida pelas mulheres.

O patriarcado é admitido como uma “política sexual” de dominação presente nos atos mais privados e pessoais. No entender de Puleo “*Considerar que el patriarcado es una política significa que no hay un fundamento ontológico que lo legitime y explique. No hay esencias masculinas y femininas eternas que estén en la base de la división sexual del trabajo (...) o en las conductas que se consideran correctas para cada sexo.*” (Puleo, 1995:26). O patriarcado será concebido como uma política de dominação presente nos atos das esferas privadas e pessoais e, para romper com a separação entre esfera pública e privada, o feminismo desenhou o slogan “o pessoal é político”. Esse debate contaminou diversas áreas do conhecimento, cada uma problematizando dentro de seus referenciais epistemológicos.

Aguiar (1997) apresenta algumas características da organização social baseada no patriarcado, que tem como elementos básicos: a autoridade e a obediência ao senhor e a impossibilidade da autoridade paterna ser questionada por intermédio da justiça; a dependência econômica e social dos membros do grupo doméstico em relação à autoridade familiar; dar uma mulher ao filho e casar a filha; o poder de reconhecer ou repudiar as crianças que teve com elas e o direito que o pátia potestas tinha de impor castigos corporais, na Roma antiga. Segundo essa autora, o debate avançou e atualmente inclui: “(...) *propriedade econômica; propriedade e comando sobre o corpo e a sexualidade; relação entre autoridade patriarcal e a racionalidade religiosa na gestão sobre a sexualidade e a reprodução; relação entre dominação patriarcal e poder político na esfera nacional e local; políticas de alianças em bases patrimoniais e seus limites.*”(Idem, 189).

O avanço significativo do feminismo foi jogar para a esfera pública aquilo que era admitido como domínio do mundo privado. Discutindo a diferença entre esfera pública e esfera privada Arendt (1983), afirma que “(...) *tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível*” (Arendt, 1983:59). É na esfera pública que se constitui e se garante a realidade do mundo e de nós mesmo. A esfera privada por sua vez é o espaço da privação, pois está

“(...) privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros.” (idem p-68).

Transformando-se em bandeira de luta, a luta contra o patriarcado diz sobre as dificuldades que ocorrem quando as mulheres se deparam com o outro com o qual

mantém diferenças derivadas de sua condição de subordinação no mundo privado. Tornando público o que até então não se dava a conhecer, o feminismo colocou em evidência que para as mulheres tornarem-se sujeitos de direitos, a esfera política tinha que se ampliar, fazendo-se reconhecer relações de poder que se apresentavam como típicas dos homens para com as mulheres.

Mas, dentre essas entrevistadas, uma chamou atenção para os riscos de “vitimização” do discurso da opressão das mulheres baseado no patriarcado coloca. Segundo Petúnia (partido político), “*é um discurso vitimizante, ainda é uma referência muito forte na família*”. De acordo com ela:

“O feminismo ele surgiu fazendo a crítica à teoria do patriarcado, que a teoria do patriarcado é algo que se gesta na família, a partir da família é que sai pra os outros campos da sociedade. Hoje acho que não dá mais pra se pensar dessa forma, porque as relações de gênero elas tão muito mais horizontais e não dá mais pra fazer debate sobre a origem, o lugar de origem de opressão das mulheres, porque ela já se alastrou, portanto tá tão difundida em todo canto, que não dá ... Embora o que existe na verdade é o seguinte, existe uma ideologia que tá sustentada numa relação familiar, é uma ideologia que é reportada para uma relação de família, mas que não é a família. Existe uma diferença muito grande nisso pra mim, e eu acho que a gente ainda não consegue fazer essa diferença entre o que é uma ideologia que se sustenta em torno da família ou uma relação que tá pra além da família. Eu acho que seria um salto muito qualitativo quando a gente conseguir fazer essa diferença. A gente tá entendendo que é uma relação de desigualdade que tá sendo construída em torno disso, mas não é isso ...”.

A entrevistada vive um dilema, de um lado um conceito que reconhece a existência de estruturas de poder historicamente situadas de sujeição feminina e, de outro, o processo de dano e vitimização das mulheres que esse debate produziu, restringindo os parâmetros de análise de inserção das mulheres aos espaços públicos (trabalho remunerado, política, etc.) às formas tradicionais de sua existência na família.

De fato, não existe um consenso na literatura feminista a esse respeito. Valcárcel, por exemplo, atenta para o fato de que “*uma teoria política do patriarcado é uma*

teoria política de um sistema de domínio, de categorias, e sua análise ainda é imprecisa, dispersa.” (Valcárcel, 1999:237). Barbieri (1992) defende para a sociedade moderna, o uso do termo machismo ao invés de patriarcado, entendendo como uma “(...) forma de organización social masculina, pero donde las mujeres existen como sujetos de algunos derechos y en la que tienen algunos espacios de autonomía (...)” (Barbieri, 1992:127). Machado (1992), por sua vez, observa que as análises baseadas fundamentalmente na dominação masculina obscurecem outras associações simbólicas dos sistemas de gênero, obstando “(...) a percepção de diferentes poderes localizados no feminino e não no masculino.” (Machado, 1992:35). Scott (1999), por sua vez, não descarta as análises in totum baseadas no patriarcado, ela discorda das abordagens que privilegiam as análises centradas nos processos endógenos ao sistema de gênero, afirmando a primazia desse em relação à organização social mais geral. Segundo ela,

“Necesitamos teorías que possam analisar o funcionamento do patriarcado em todas as suas manifestações – ideológicas, institucionais, organizativas, subjetivas – explicando não somente a continuidade, mas também as mudanças no tempo. Necesitamos teorías que nos permitam pensar em termos de pluralidade e diversidade, em lugar de unidades e universais.” (Scott, 1999:203).

Apesar das ressalvas de Petúnia, ela não descarta completamente a perspectiva de análise baseada no patriarcado, segundo ela:

“Primeiro porque acho que tem um risco de essencialismo muito forte que eu já te falei, que é essa coisa que: as mulheres têm uma relação com a natureza diferente porque elas gestam, elas isso, elas aquilo outro. Isso trás de volta um fardo tão pesado, ideologicamente, pra nós; primeiro por isso. Segundo, porque eu acho que é todo um debate do desconstrucionismo que é feito na academia, debate da pós-modernidade que... é algo interessante pra desmontar esse discurso homogêneo do feminismo que se tinha até a década de 80, mas, de outro lado, ele tem um potencial muito forte de fragmentação e eu acho que a gente tem que sempre lidar com essas duas coisas, do que unifica e do que diferencia, mas sempre tem que ter unificação, mas também sempre tem que ter diferenciação. Tem que ter as duas coisas, tem que tá juntas o tempo todo. A gente não pode cair no discurso contra o Iluminismo, do fim da verdade, do fim da razão. Existe racionalidade, existem aspectos universais, nem tudo

é tão relativo assim como os pós-modernos afirmam, e muitas feministas entram no pós-modernismo, até porque um dos pilares do discurso pós-moderno ele se estrutura em torno das relações de gênero, ele é um instrumento pra exemplificar muito bem isso. Eu acho que é interessante, acho que aqui em Pernambuco, apesar de o movimento ter se diversificado um pouco, ainda há essa identificação, ainda há essa coisa que unifica, que cria uma solidariedade, que cria pontos de unidade. Eu acho que identidade se constrói assim, na oposição e na semelhança, não só na oposição, como os pós-modernos acabam afirmando a meu ver... Acho que politicamente a teoria do patriarcado é muito mais radical do que a teoria do feminismo da diferença, com certeza...”.

Em defesa das análises que evidenciam o patriarcado, Petúnia opõe duas abordagens, a primeira referente ao “feminismo da diferença” e a segunda ao “pós-modernismo”. Em relação ao “feminismo da diferença” ela ressalta o risco de “essencialismo” que essa abordagem proporciona.

O “feminismo da diferença” surgiu como uma reação às depreciações das qualidades apontadas como caracteristicamente femininas pelo poder patriarcal. Em foco estava o conceito de “caráter sexual” construído no século XIX utilizado em geral para designar qualidades sexuais psicológicas que corresponderiam às fisiológicas, definindo a natureza ou o ser do homem e da mulher às metáforas da diferença sexual (Cavana, 1995).

O “feminismo da diferença” surge como uma afirmação positiva das qualidades atribuídas ao sexo feminino, sustentando que as mulheres mantêm por meio de sua sexualidade, do ciclo, da gravidez e das mudanças hormonais uma relação indissolúvel do seu corpo com o universo, onde a moral do cuidado – desenvolvida no intercurso da maternidade - é uma referência positiva⁴⁴. Em geral o projeto político do “feminismo da diferença” se opõe às leis da igualdade entre os sexos, afirmando que a igualdade tem como preço a perda da identidade feminina, levando algumas defensoras desta

⁴⁴ Na atualidade o “feminismo da diferença” tem influenciado o “ecofeminismo”. Este, em linhas gerais, defende a produção de subsistência, dirigida às necessidades imediatas e não à mediação do mercado, opondo-se ao princípio da emancipação baseado no domínio sobre a natureza (Cavana, 1995).

tendência a propor o separatismo entre os sexos nos partidos políticos, parlamento e escolas.

Segundo Cavana o “feminismo da diferença ”é *heterogêneo e ambíguo*”. É heterogêneo porque “(...) *incluye por una parte todos os fenômenos anatômicos y fisiológicos y por outra los sócio-mentales. Ambíguo, porque la diferencia es a la vez una manifestación de falsa consciência, y de máscara de uma consciência real reprimida*”. (ênfase da autora, Cavana, 1995:85).

O outro argumento apresentado pela entrevistada remete às discussões desenvolvidas pela crítica pós-moderna. Para a entrevistada as forças conflitantes, de acordo com suas palavras, são unidade X fragmentação. A preocupação de fundo reside na “morte do sujeito” e na busca da verdade como distinta da Verdade, defendida por alguns pós-modernistas. Está em jogo a idéia de Sujeito Universal e os contextos de legitimação. Decerto, para quem participa de um movimento político de libertação, são questões relevantes.

A respeito dessa controvérsia, Lovibond (1990) problematiza posicionamentos de alguns autores pós-modernos frente à demanda feminista. Segundo ela, está em jogo o fim incondicional da legitimação e do racionalismo Ilustrado, apoiados num “*espírito paroquial autoconsciente*”. No contexto do feminismo a autora entende que “(...) *se o feminismo pretende ser mais que um movimento reformista, cedo ou tarde ver-se-á obrigado a colocar em questão os limites da paróquia*. “ (Lovibond, 1990:113).

A entrevistada se encontra hesitante entre, de um lado, abraçar indiscriminadamente a fragmentação pós-moderna do sujeito, desqualificando a

experiência das mulheres na construção de uma consciência sobre si mesmas, arriscando-se a esvaziar espaços de agenciamento de políticas afirmativas; e, de outro, afirmar uma unidade e identidade estáveis, incorrendo numa perspectiva essencialista, outorgando um significado homogêneo ao campo total da experiência social para as mulheres.

Optando ao final pela explicação baseada no patriarcado, a entrevistada se coloca uníssona às demais, referendando um discurso identitário para o Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Outras informantes não utilizaram o termo patriarcado, mas apontaram o masculino como agente da opressão feminina.

No segmento sindicato, Papoula enfatizou “... *por que é que os homens tão dizendo que as mulheres tão pra frente e os homens tão ficando pra trás? Eles só tão dizendo agora porque, parece, que eles tão perdendo lá o tanto de poder que eles tinham...*”. Miguê, cooperativa, afirmou “...*porque além dele se achar o dono do corpo dela...ele se julga também o dono dos pensamentos, de toda propriedade dela...*”. Já Margarida, MMTR, descreveu contextos de exclusão para a mulher trabalhadora rural, tanto na ausência de autonomia para a comercialização dos produtos produzidos, quanto na participação política no sindicato, quando os homens afirmam “...*mas essa mulher com esse tanto de filho, como é que vai participar das coisas?*”.

No segmento clube de mães cada uma, a seu modo, também apontou um lugar de desvantagem para a mulher, entretanto a discussão oscilou entre poder e direitos. Verbena afirmou que “...*os homens têm que perder um pouquinho do poder de ser tão machistas...*”, generalizando uma concentração de poder para todo grupo masculino. Já Magnólia assegurou desvantagens para as mulheres pobres, acusando a ausência do

estado na esfera doméstica, arremessando críticas ao poder público - “...*taí o governo cheio de dinheiro, o prefeito cheio de dinheiro e ninguém faz nada...*” – tendo em vista o fardo que sobrecarrega as mulheres a manutenção sua e de sua prole. Importante observar que o aspecto econômico é apontado como fator desagregador da família, justificando o abandono do companheiro. Nas suas palavras: “...*o pai geralmente é mais esquentado, foge de casa para não vê os filhos morrer de fome e a mulher cobrando dele o tempo todo: ‘você tem que trazer pra dentro de casa’. Eles, pra não roubar, nem matar, vão embora, deixam os filhos ali com muita dor...Vão aparecer com que? ...Então eles fogem de casa...*”. Enquanto Acácia, ao dirigir-se para as relações entre homens e mulheres, assegurou a legitimidade de direitos para homens e mulheres conotando um sentido de equivalência: “...*Eu acho que eles [homens e mulheres] são iguais, quer dizer, têm os mesmos direitos. Um homem tem o mesmo direito de ter direito que a mulher tem e vice-versa...*”. Mas, quando se referiu ao campo do poder colocou em foco as relações internas ao Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Segundo essa entrevistada, o “...*poder no feminismo deve ser de muita transparência, de muito conceito de liberdade...*”, ao mesmo tempo que afirmou “...*Eu acho que poder existe. Eu acho que não só dentro do Fórum, mas em grupos existe a questão do poder. E Eu acho que ele é importante, eu acho que deve acontecer, só que eu acho que as pessoas que estão com esse poder ou que estão querendo esse poder, elas têm que saber como conquistar esse poder, não é dizendo eu quero...*”. Em suas críticas a entrevistada aponta para dois setores, os partidos políticos e as ONGs.

Em relação aos partidos políticos a entrevistada utilizou o argumento da “representação orgânica” (Bobbio 1986), resguardando para o Fórum de Mulheres interesses específicos, chamando atenção que “... *pode ter a política partidária, mas*

dentro do feminismo você não pode deixar que essa questão atropela nada...”, isto é, não disputa com os interesses das mulheres participantes do FMPE. Quando a participação não diz respeito especificamente às mulheres em carne e osso, mas às mulheres como cidadãs, essa polêmica entre partido político e movimento torna-se recorrente, pois nas bases das representações estão formas de conceber problemas que pertencem a uma ou outra visão política, a um ou outro movimento político.

Todas as participantes do Fórum têm em princípio o mesmo poder de decisão. As reuniões do Fórum se assemelham a uma assembléia, onde todas presentes têm o direito legítimo de expressar suas opiniões. Entretanto, na versão da entrevistada, a adoção desse modelo não é suficiente na distribuição do poder, tendo em vista a participação hegemônica das ONGs. Em suas palavras “...*cadê o movimento popular para neutralizar?...E ali, ali [no FMPE] está elitizado. Não pode ser assim. Ta só ONG! E, meu Deus, cadê as mulheres?...*”. Apontando para relações de poder dentro FMPE, Violeta também tece algumas críticas como será visto a seguir.

No segmento ONGs não feministas apareceram formas distintas de discutir as relações de poder, enquanto Orquídea enfocou o poder masculino, afirmando “...*nunca foi dada ao homem a supremacia de tudo sobre a mulher...*”; Violeta combinou duas perspectivas. A primeira referindo-se à sua afrodescendência afirmou: “...*é tudo aquilo que serve, numa análise bem própria, que serve para a opressão...é, mas qual é o poder que nós queremos? É muito comum, nós mulheres negras, é da igualdade na diferença..*”, sugerindo que a luta das mulheres pela igualdade de direitos significa levar em consideração que nas próprias mulheres existem diferenças exigindo por conseguinte, a inclusão de especificidades de formas de opressão que atingem umas, mas que não atinge outras. Em seguida chamou atenção para relações de poder entre as próprias mulheres no FMPE, nos seus termos, “...*Por exemplo, uma companheira que*

tem uma elaboração de linguagem mais eficiente...uma instituição que é bem equipada tem poder em relação as que não têm...As mulheres menos instruídas, as mulheres com discursos mais desarticulados, às vezes nem toma muita participação, talvez não fiquem à vontade...". Suas observações dirigem-se para capacidade intelectual diferenciada entre as mulheres que se torna estratégica, onde as “*mais instruídas*” têm vantagens sobre as menos “*instruídas*”. E, na concorrência entre ONGs, ganha visibilidade aquelas mais “*bem equipadas*”, cujo material humano, tecnológico e articulista, influencia as decisões do FMPE.

Angélica, articuladora do Fórum, “*...reconhece que têm problemas...*” questões relativas ao poder no FMPE. A entrevistada aponta algumas manifestações dessas dificuldades: divergências políticas que se transformam em “questões pessoais” e rejeição à repartição de tarefas, exemplificado na dificuldade de eleger uma coordenação para o Fórum. Segundo ela, essas dificuldades são oriundas da história política do feminismo local que, ao combater as formas de poder vigentes, porque construídas pelo masculino, produziu uma rejeição total a qualquer forma de poder, nas suas palavras, “*... nós não queremos poder, queríamos destruir o poder...*”.

Machado (1990) explica bem esse contexto que foi vivenciado também nos grupos feministas europeus. Utilizando-se das contribuições de Collin sobre a “*sororidade*”, Machado explica sobre a idéia difundida no feminismo de que a feminidade feminista produziria entre as mulheres uma “*harmonia espontânea*”, de “*tipo instintivo*”, rejeitando a organização social baseada na repartição e especialização de tarefas, hierarquia, afirmação individual e a elaboração de regras ou de leis de funcionamento. A *sororidade* produziu “*(...) a ilusão da harmonia e da*

homogeneidade entre as mulheres, assim como a ilusão da identidade absoluta entre ‘privado e político’ (...)” (grifo da autora, Machado, 1990:04).

Comparando o que foi discutido nos dois segmentos desse capítulo, constatou-se na primeira parte, uma tendência geral em considerar que as práticas sociais baseadas na distinção biológica nada têm de natural, são construções sociais projetadas sobre os fatos biológicos. Também foi apontado que os lugares que as mulheres ocupam nessas práticas, são menos privilegiadas. Já na segunda parte do capítulo, as discussões sobre as relações de poder não apontam para uma tendência uníssona.

Para as entrevistadas de ONGs feministas e feminista independente o patriarcado foi apontado como a organização social que sintetiza as relações de poder, identificando um adversário único. Sem utilizar o termo patriarcado, o poder masculino também foi contestado pelas entrevistadas que atuam no movimento sindical e em cooperativa.

Já no segmento ONGs não feminista as formas de poder existentes também foram alvo de contestação, entretanto, uma das entrevistadas acrescentou que a desvantagem no poder não se distribui uniformemente entre as mulheres, especificando formas de exclusão social que são específicas das afrodescendentes e, no interior do Fórum, pelas mulheres menos instruídas ou economicamente menos privilegiadas.

No segmento clube de mães, a discussão foi polarizada entre lugares de desvantagem para as mulheres em relação aos homens, acrescido das dificuldades que pesam sobre as mulheres pobres e a necessidade de se nomear as diferenças de poder entre as mulheres nas decisões políticas do FMPE, colocando em foco a diversidade

entre grupos – mulheres de movimento popular (clube de mães e associação de moradores), mulheres de partido político e mulheres de ONGs.

A dificuldade em se problematizar a diversidade no FMPE, foi apontada pela articuladora do Fórum, como um dos desafios do feminismo, justamente porque a formação de alianças contra o autoritarismo imprimiu o argumento de um lugar de desvantagem para as mulheres, que se reproduziu na rejeição a qualquer forma de poder estabelecido. Para a representante de partido político esse desafio está posto. Mas, entre uma perspectiva que reconhece a existência de poder historicamente situada de sujeição feminina, defendida no debate sobre o patriarcado, e leituras “pós-modernas”, baseadas na diversidade, pondo em risco espaços de agenciamento de políticas afirmativas, a entrevistada optou pela primeira, embora ressaltando as dificuldades concretas a que se expõe essa análise.

De maneira bastante lúcida Scott (2002, no prelo) aponta a urgência da retomada das discussões do patriarcado sob o signo da diversidade, identificando que “(...) *Se nas suas primeiras acepções dentro do movimento feminista, ele identifica um adversário único, na reelaboração e formação de alianças do movimento, ele se torna uma espécie de cristalização sintética de relações de poder que admite, e até clama para a diversidade.*” (Scott, 2002:273, no prelo).

CAPÍTULO V: AGENDA POLÍTICA DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNNAMBUCO

Nesse capítulo serão abordadas duas ações programáticas do Fórum de Mulheres de Pernambuco que na época da entrevista estavam em evidência: o aborto e uma ação afirmativa, o Conselho dos Direitos da Mulher. Com essa discussão pretende-se verificar uma das hipóteses defendida: os pesos relativos no investimento das ações políticas.

ABORTO: UM DIREITO QUE SE QUER?

No final do século XIX e primeira metade do século XX as mulheres ocidentais se mobilizaram pelo reconhecimento de sua cidadania, reivindicando direitos à educação e ao voto. Nesse período a movimentação em torno do direito à regulação da fecundidade começa a ser esboçado como um assunto de ordem pública. Nessa época a maternidade obrigatória já era elemento de debates no âmbito dos vários grupos do movimento de mulheres. Entretanto, é a partir dos anos de 1960 que maternidade obrigatória versus contracepção e aborto ressurgem com radicalidade nos movimentos de mulheres. Numa nova perspectiva, a concepção, o parto, a contracepção e o aborto são percebidos como fatos interligados, onde a impossibilidade de acesso a qualquer um desses remete a mulher a um lugar de submissão. Nessa época o Coletivo de Mulheres de Boston, E. U. A , lança o slogan traduzido nos termos “nosso corpo nos pertence”.

Segundo observam Rosado-Nunes e Jukewicz (2002), no Brasil documentos parlamentares informam proposições referentes ao aborto. As autoras apontam que de 1946 a 1995 foram apresentadas 32 proposições referentes à legislação do aborto.

No Brasil, por volta do início da década de 1970, os movimentos de mulheres, incluindo o feminismo, retoma o seu fôlego, entretanto a conjuntura política da época não facilitava que aspectos concernentes à sexualidade e reprodução obtivessem visibilidade imediata. A aliança com a Igreja Católica e com os partidos de esquerda era fundamental na luta contra o arbítrio militar e, por conta disso, essas questões tiveram que ficar estrategicamente fora do emergente discurso feminista. Somente na década de 1980, com a descompressão política, esses temas começam a se perfilar nos debates públicos feministas⁴⁵. Segundo Barsted “(...) *o ponto crucial do debate, o que estava em discussão naquela época era: devemos lutar pela total descriminalização do aborto; devemos lutar pela descriminalização regulamentada do aborto; ou devemos lutar pela ampliação dos permissivos legais do Código Penal?(...)*” (Barsted, 1997:397). Segundo a autora, não havia incoerência entre as três propostas, o que estava em questão era o aspecto estratégico de como tratar o assunto, tendo em vista que o aborto legal já havia sido decidido pelo Poder Legislativo Federal, no Código Penal em vigor desde 1940 que, no inciso II do artigo 128, explicitava que era permitida a realização do aborto em casos de gravidez resultante de estupro ou quando houvesse risco de vida para a mãe.

Além dessas questões, Ávila aponta outras controvérsias no interior do movimento feminista. Uma das questões refere-se

“(...) à controvérsia existente no Brasil sobre a origem estrangeira, ou melhor, liberal-americana, dos Direitos Reprodutivos. Nesta polêmica não está

⁴⁵ Barsted (1997) e Ávila (1993) indicam a realização de alguns seminários no Brasil para discutir, dentre outros temas contracepção e aborto. Em 1975 foi realizado no Rio de Janeiro o Seminário sobre o papel e o comportamento da mulher na sociedade brasileira, sob os auspícios da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa. No relatório desse seminário a questão do aborto não consta no documento oficial. Mas na década de 80, nos seminários promovidos (1983, R.J.; 1989, S. P.; 1989, Br.) o aborto começa a se incluir como tema de debate.

contemplada a forma assumida por estes direitos na constituição brasileira nem se considera a matriz da igualdade, marco teórico e filosófico do feminismo, na qual a idéia de direitos é fundada.”(Ávila, 1993:386).

A outra questão trata se referia à esterilização através da laqueadura, que se tornou ponto polêmico em vista da elevadíssima taxa de uso dessa prática. Segundo a autora o que estava em questão era o papel do estado como normalizador dessa prática:

“Para algumas, o estabelecimento de uma idade civil para o acesso a esta prática tem sido considerado necessário para coibir o abuso em idade precoce dentro de um quadro de carência absoluta. Já para outras, esta norma reforça a tradição de um Estado regulador da liberdade do indivíduo (...)” (idem, p. 386).

As questões lançadas pelo feminismo no Brasil têm razões que remontam à década de 1960. A introdução do planejamento familiar com perfil controlista, visando diminuir o ritmo de crescimento demográfico, tinha como argumento que o crescimento populacional acelerado agravava os problemas sociais e criava instabilidade política. Vários organismos internacionais apoiaram e financiaram políticas controlistas no Brasil. Barroso (1991) explicita influências consideráveis do governo Norte-Americano, tendo em vista que grandes parcelas dos orçamentos dos organismos internacionais e privados vinham da USAID. A autora chama atenção para dois mecanismos de contracepção mais adotados no período que durou a política controlista subvencionada com orçamento estrangeiro, foram eles, a difusão da pílula anticoncepcional, que reconhecidamente não é um método adequado para muitas mulheres, e a esterilização, principalmente em mulheres com idades precoces. Dados apresentados por Berquó (1993) para 1986, entre mulheres de 15 a 54 anos, corroboram a tendência apontada por Barroso. No Brasil os principais métodos utilizados perfizeram um total de 44,4% para a esterilização e 41,0% para pílulas. Para Pernambuco os dados informam 61,4% de uso da esterilização e 27,1% de pílula.

Essa política gerou debates na sociedade brasileira, efervescendo no período de distensão do regime militar, no final dos anos de 1970 e começo de 80. Dentre os segmentos que mais tem se envolvido com esse debate ressalte-se o feminismo e a Igreja Católica.

A reação feminista teve como centro do discurso o direito ao controle do próprio corpo, questionando a legitimidade do estado intervir na política demográfica. No primeiro momento

“(...) dirigiram suas energias para a denúncia de programas de planejamento familiar que eram vistos como formas disfarçadas de coerção para a limitação da prole. Num segundo momento, passaram também a exigir que o Estado atuasse no sentido de fornecer informações e os meios necessários à implementação das escolhas pessoais.” (Barroso, 1991:142).

A Igreja Católica, por sua vez, sempre se mostrou incondicional incentivadora à natalidade. Entretanto, reconhecendo a disseminação de práticas anticoncepcionais,

celebra convênio com o estado onde, por meio de cartilha informativa, divulga métodos contraceptivos por ela aprovados – dentre eles a abstinência periódica - combate os demais como a pílula, o DIU, o condom e o diafragma (Barroso,1991).

Importante registrar que embora as fontes oficiais da Igreja Católica tenham se posicionado terminantemente contra o aborto e as diversas formas de contracepção, não existe consenso a esse respeito na congregação católica. O exemplo disso foi o surgimento, em 1970, do lema “Catholics For a Free Choice” - CFFC -, sintetizando a luta das mulheres católicas por três direitos básicos: liberdade religiosa, pluralismo e direito de dissentir (Rosado-Nunes e Jurkewicz, 2002). Em 1973, em Nova York, o grupo se consolidou, adotando como nome-título o lema que as inspirou. A partir de então esse grupo assegurou sua identidade feminista, tendo como ênfase ações nos aspectos vinculados à ética e à moral. Em 1987, sob a influência do CFFC é criada na América Latina a organização “Católicas por el Derecho a Decidir”. No Brasil, em 1993, o grupo se organiza sob o título “Católicas pelo Direito de Decidir” – CDD. De acordo com Rosado-Nunes e Jurkewicz, a organização das mulheres católicas emerge com

“(...) um novo discurso e uma nova prática de pessoas que encontram no próprio pensamento teológico elaborado no interior do catolicismo, razões para explicitar seu direito à vivência de uma sexualidade prazenteira, sem abandonar a experiência religiosa, buscando que a maternidade seja sobretudo vivida como um processo de escolha pessoal e responsável. Com esses conceitos, a ação de CDD transmite suas mensagens aos grupos organizados nas igrejas, sindicatos, movimentos sociais e aos órgãos de decisão política do continente.” (Rosado-Nunes e Jurkewicz, 2002:54)

Na evolução dos direitos reprodutivos, alguns fatos marcam o seu primeiro estágio na cena política internacional. Na Assembléia Internacional da ONU, em 1966, adota-se o direito individual determinando “*livre e responsavelmente o número e o espaçamento de seus filhos*” (citado por Barroso, 1991:143), resolução que o Brasil é

signatário⁴⁶. Avançando nesse debate o aborto também passa a ser incluído. No parágrafo 8.25 do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ONU, 1993)) em que o Brasil é signatário, versa que todos os agentes intergovernamentais e não-governamentais são

“(...) instados a reforçar seus compromissos com a saúde da mulher, a considerar o impacto de um aborto como problema de saúde pública e a reduzir o recurso ao aborto, ampliando e melhorando os serviços de planejamento familiar (...) Em todos os casos, as mulheres devem ter acesso a serviços de qualidade para o tratamento de complicações resultantes do aborto (...)” (ONU, 1993).

Segundo Ávila (1993) os temas que envolvem os direitos reprodutivos são: contracepção, esterilização, aborto, concepção e assistência à saúde.

Efeito dos debates sobre direitos reprodutivos, no Brasil, no início de 1980, os grupos feministas autônomos e mulheres do meio popular começam a se mobilizar para a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Na avaliação de Ávila essa mobilização possuía significados distintos para cada um dos setores envolvidos.

“(...) Para as primeiras havia um forte componente ideológico no sentido de qualificar o processo de democratização política e social com um conteúdo feminista. Já para as mulheres do meio popular, a melhoria das condições de vida propiciava à construção da cidadania um sentido materialmente mais urgente de melhoria das suas próprias vidas.” (Ávila, 1993:385).

Em prol da implantação desse programa entendido como um direito necessário e inadiável, se fez a articulação desses segmentos sociais.

Quando o movimento feminista ganha força, se realiza em 1986 a Conferência Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos trazendo para o debate a questão do aborto e, em 1989, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – realiza o Encontro Nacional Saúde da Mulher, onde se produziu uma carta na qual afirma-se *“(...) que o aborto voluntário deve ser considerado um problema de saúde da mulher e retirado do Código Penal. (...)”* (Barsted, 1997:402). Apesar da mobilização e da pressão dos vários segmentos do movimento de mulheres, a Nova Carta Magna não

⁴⁶ Barroso (1991) informa que desde então os direitos reprodutivos começaram a ser discutidos como direito de cidadania. Em 1968, na Conferência Internacional dos Direitos Humanos ele passa a ser definido como direitos do casal e, em 1969, na Declaração das Nações Unidas sobre o Progresso Social e Desenvolvimento inclui a educação e informação como meios necessários ao seu exercício. Em 1974, o Plano Mundial de População estende esses direitos aos indivíduos.

avançou significativamente em relação ao aborto, mantendo o que estava previsto em lei. Em 1997 foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei Nº20/91 que dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento nos casos de aborto previsto no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde. No esforço concentrado pela aprovação da referida lei, o movimento de mulheres articulou-se em torno da “*Campanha Nacional pela Regulamentação do Aborto Legal*”, enviando 50 mil cartões postais impressos que foram entregues aos parlamentares. Essa foi a última campanha de expressão nacional até o momento dessa pesquisa, referente à legislação do aborto.

Embora o aborto seja restrito aos casos permitidos por lei, dados informam uma grande incidência de abortos realizados de forma clandestina no Brasil. Corrêa e Freitas (1997) apresentam estudos estimados pelo Alan Guttmacher Institute (AGI) comparando-os com o que informou o DATASUS. Para os anos de 1994/1995/1996 as hospitalizações decorrentes de interrupções voluntárias da gravidez no Brasil pelos registros do DATASUS foram respectivamente, 311.861, 274.698, e 246.370. Nas estimativas do AGI para esses mesmos anos, os números quase que triplicam, estimando-se 921.100, 811.700, e 728.100 para os três anos consecutivos. Nessas pesquisas Pernambuco está entre os seis estados com maior incidência de interrupções voluntárias de gravidez, onde registros do DATASUS informam para os anos de 1994/1995/1996 respectivamente 16.052, 14.835, e 14.293, enquanto o AGI estimou 47.400, 43.800, e 42.200, para os três anos.

Várias questões estão relacionadas ao aborto desde a moralidade, incluindo as convicções religiosas, até o aspecto legal e as políticas públicas. O aborto pode ser dito, em algum momento, moralmente aceitável? Se sim, como esse direito se justifica? Supondo que o aborto nunca pudesse ser dito moralmente aceitável, o governo deveria regula -lo, considerando que nem todo comportamento moralmente

inaceitável é regulado pelo estado? Se o aborto se justifica, esse direito deve ser legalmente regulamentado?

Considerando que em relação ao aborto questões relativas à moral antecedem às questões legais, como justificar moralmente o aborto? Coloca-se em jogo o estatuto moral do feto. Mas outros aspectos não podem escapar às observações. O feto só se desenvolve em corpos de mulheres individuais, assim, tem-se que considerar os direitos e responsabilidades das mulheres sobre as decisões que impliquem o seu corpo. Também se deve levar em consideração os contextos sociais, atentando para oportunidades e estruturas de ter e criar filhos como co-responsabilidade social. Com efeito, o aborto envolve uma gama bastante ampla de questões que, a depender de onde se olha, tem implicações variadas. No anexo III estão contidas os depoimentos completos das entrevistadas sobre o tema, aqui no texto serão utilizadas para análise tão somente as citações significativas.

Todas as entrevistadas concordaram com o que está previsto em lei, com isso temos um princípio mais geral que justifica moralmente a recorrência ao aborto: em casos de estupro e quando põe em risco a vida da mulher. Entretanto, dissensões ocorrem quando da possibilidade de ampliar os casos previstos em lei ou a discriminalização. As que apoiaram as últimas possibilidades foram as representantes de ONGs feministas, articuladora do FMPE, partido político, MMTR, sindicato, feminista independente e uma representante de clube de mães. Com posições restritivas se apresentaram as outras representantes de clube de mães, cooperativa e ONG não feminista. O único depoimento em que não ficou perceptível o posicionamento frente a essas possibilidades foi o de Violeta, ONG não feminista, que afirmando não ter sido aprofundado na sua instituição, preferiu não emitir opinião, mas reconheceu que as que já recorreram ao aborto se colocaram a favor.

Iniciando a discussão pelo primeiro grupo, elas estão de comum acordo que decidir ou não por levar a termo uma gestação é uma escolha que deve levar em consideração a mulher, melhor dizendo, que a mulher aja como sujeito na decisão, independente das razões ou da situação que a faça optar pela interrupção, eliminando-se diante não a concorrência de direitos entre o feto e a mulher. Algumas falas são ilustrativas:

Organização Não-Governamental Feminista

Hortência

“... eu acho que a gente tem que ter a preocupação de não ter uma gravidez que não se deseja...”

Jasmim

“... ela ter uma condição biológica e ter que se submeter a essa condição biológica? Ou então a condição de um dever que não é um direito dela, é um dever da maternidade?...”

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

“...Eu acho que é uma decisão tão da mulher, de cada uma, é cada caso tão específico...”

Sindicato

Papoula

“...se o aborto fosse legalizado, eu acho que essas culpas desapareceriam, claro!...”

Nessa discussão o argumento predominante não pôs em questão se o feto é pessoa e, portanto, o aborto possa ser sempre moralmente inaceitável. O ponto de vista moral abordado, se é que se pode chamar assim, é que a reprodução não é uma fatalidade biológica ou uma moratória, que mais cedo ou mais tarde tenha que ser paga, independente de que contexto se deu a escolha. No posicionamento dessas entrevistadas, o aborto como direito vem de poder a mulher controlar a sua sexualidade

e a sua fecundidade. Isso conduz a um outro aspecto apontado por elas, a distinção entre posicionamento pessoal e posicionamento político. Por exemplo:

Organização Não-Governamental Feminista

Jasmim

“...Se é uma luta política, eu posso dizer pra mim o seguinte: eu nunca farei um aborto, eu não concordo pessoalmente com o aborto por causa da minha religião, mas politicamente eu vou lutar pra que outras mulheres que queiram ter esse direito, elas tenham esse direito assegurado...”

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

“...eu acho que precisa realmente de uma lei que acoberte, mas é uma decisão muito pessoal...”

Sindicato

Papoula

“...porque eu também acho que tem as pessoas que são contra, que acha que quando a gente diz que tá a favor, parece que a gente é a favor de mandar dizer pra mulher : ‘faça o aborto’...”

Nesse conjunto de entrevistadas, Acácia (clube de mães) vivenciou conflitos para fazer distinção entre a posição pessoal e o posicionamento político, nas suas palavras

“... meu posicionamento é a coisa mais difícil do mundo. Veja bem, por um lado, eu, como pessoa humana, aí eu fico pensando na situação dessas mulheres que estão todo dia aí, morrendo nas mãos de pessoas sem o menor escrúpulo... Mas também, quando chega na hora da luta, eu estou lá... É pra fazer assinatura, eu vou fazer... Eu não sei se é a questão do compromisso, quer dizer, dentro de mim eu tenho um compromisso com o feminismo... Mas eu tenho um compromisso com alguém maior...[leia-se Deus, religião]...”

No centro de seus argumentos está o vínculo religioso, argumentação que também foi utilizada por aquelas que não apoiaram a descriminalização, como será visto adiante. Interessante observar que o conflito expresso por ela é entre duas identidades: a feminista e a religiosa. Para algumas entrevistadas ser feminista pressupõe apoiar a descriminalização do aborto, por exemplo, Jasmim (ONG

feminista), quando afirmou, “... *Olha, pra ser feminista tem que concordar com o aborto...*” -, enquanto Dália (feminista independente) divergiu: “... *Agora, se uma mulher que não defende o aborto é feminista? Eu acho que ela pode até ser, porque o feminismo não é um conduto de regras e de normas, não tem um modelo...*”.

Os argumentos das entrevistadas transfiguram-se em discurso político apontando para a assistência à saúde, como algumas expressaram: “... *a quantidade de mulheres que tão morrendo, que tão fazendo isso na clandestinidade...*” (Jasmim ONG feminista); “... *Já que vai fazer, que você faça de uma forma digna e que não exista essa lei que proíbe, não ter proibição, instaurar serviços pra funcionar o aborto...*” (Dália- feminista independente); “... *O que quer é que na hora que ela decida pra fazer, por uma situação ou por outra, ela faça num lugar decente, que não corra risco de vida...*” (Papoula - sindicato).

Como o aborto não é discriminalizado, foram apontadas inúmeras dificuldades para o exercício do direito previsto em lei. Hortência (ONG feminista) descreveu os setores envolvidos e como eles se portam diante do aborto. Do ponto de vista médico a ética é algo que dificulta, nas suas palavras “... *o médico diz, eu fui formado pra preservar a vida e não pra matar...*”, dificultando a iniciativa. O setor judiciário, também envolvido, foi apontado como um setor dos “*mais reacionários e conservadores que nós temos... Felizmente nós temos no judiciário muitas promotoras, e são elas que estão assumindo, que estão trabalhando com o pessoal nesse sentido...*”. O Instituto Médico-legal só se responsabiliza pelo diagnóstico, nesse sentido, a contracepção de emergência não pode ser ministrada por eles, nas palavras da entrevistada, “... *os peritos do IML não querem aplicar uma medicação da pílula do dia seguinte porque isso não é competência deles... Quem administra é o outro médico. Até ela ser vista pelo perito e chegar no outro médico e ele ministrar, ela já*

engravidou, porque o tempo já foi cumprido...”. Em resumo, como é um direito muito restrito, o processo entre o diagnóstico e as medidas cabíveis existe um caminho bastante longo e complicado que beneficia muito pouco e constrange a mulher⁴⁷.

Deduz-se que o aborto envolve não apenas as mulheres, mas diversos segmentos fazendo com que até a sua efetivação em lei exija muitos esforços, uma grande capacidade argumentativa e uma trama que envolva e convença os diversos segmentos profissionais e sociais.

A respeito das estratégias para a discriminalização do aborto, apareceram algumas dificuldades e também divergências. Segundo informou algumas entrevistadas, dentro do Fórum de Mulheres de Pernambuco não existe consenso sobre o aborto:

Organização Não-Governamental feminista

Hortência

“... Mas o fato é que você não pode dizer que o movimento de mulheres [leia-se FMPE] hoje é a favor do aborto ...”

Articuladora do FMPE

Angélica

“... Não é que não se pode dizer que o Fórum de Mulheres é a favor do aborto, é que essa discussão sempre ficou emperrada. A gente trouxe várias vezes essa discussão. Eu acho assim, hegemonicamente, a maioria, as pessoas que sempre falaram como coordenação [do FMPE], eu e outras pessoas vinculadas, sempre nos declaramos a favor ...”

Partido Político

Petúnia

“... Agora, no Fórum de Mulheres não é consenso não, é uma posição majoritária, eu diria que ela é tão majoritária que as posições divergentes não são apresentadas ...”

⁴⁷ A respeito da experiência da implantação do aborto previsto em lei vê o artigo de Araújo (1993) onde ela narra oposições que se sucederam e como, a partir de uma articulação entre setor judiciário, Conselho Regional de Medicina e Instituto Médico-legal, foi possível implantar o atendimento.

Essas dificuldades se verificam nos setores aos quais as entrevistadas têm vínculos. Por exemplo, as ONGs as quais Hortência e Violeta faziam parte não discutiram a respeito; no partido político de Petúnia existia enormes resistências em coloca-lo como plano de governo; Jasmim encontrou resistência em abordar o tema junto às parteiras tradicionais, que é seu público alvo; Papoula e Margarida não conseguiram extrair das trabalhadoras, posicionamentos favoráveis.

Embora as dificuldades sejam explicitadas, existem posições de se colocar a discussão do aborto sobre novos parâmetros que não apenas aqueles referidos por lei.

Angélica (articuladora FMPE) explica que

“... a gente já teve várias discussões sobre isso no Fórum: o que é que a gente pode fazer em Pernambuco e a nível nacional pra que a gente traga a discussão do aborto pra sociedade?...Então a gente tem mais é que rasgar o véu e dizer o que a gente quer com o aborto legal, a gente quer discriminalizar esse negócio, que as mulheres têm direito, mas isso sempre foi recuado ...”.

Na mesma linha estratégica Petúnia (Partido Político) se posicionou:

“... Eu acho que há divergência, eu acho que essa estratégia do movimento, que é a de garantir pelo menos a implantação do que ta previsto no Código Penal é algo também polêmico, porque é claro que é preciso garantir o que ta previsto em lei, mas é importante que junto com isso, que se faça um debate pra ampliar do que previsto na lei e, muitas e muitas feministas, ficam só querendo garantir o que ta previsto no Código Penal...”.

Passemos agora a análise dos argumentos levantados pelas entrevistadas que não foram a favor da discriminalização.

Os argumentos têm por base a concorrência de direitos entre a mãe e o feto ancorados em preceitos morais e influência religiosa⁴⁸. Nos casos previstos em lei, para umas os conflitos se dissiparam, para outras apenas se atenuaram:

Organização Não-Governamental feminist

⁴⁸ Muraro (1989) e Rosaldo-Nunes e Jurkewicz (2002) mostram que no mundo judeu e cristão não constam a proibição do aborto como dogma, mas sim como evolução de decisão eclesial.

Orquídea

“...Eu, pra essa questão de estupro e de perigo de vida, que é o que a lei está permitindo, eu sou favorável, mas de vez em quando eu me pego assim: será? É ou não é?...”

Sindicato

Miguê

“... Pelo menos nesses casos previstos em lei...”

Clube de mães - associação de moradores

Verbena

“...Pelos meus princípios eu não sou a favor. Agora, depende... Eu acho que no estupro é garantir a saúde da mulher, eu acho que deve ser feito. Depois, não foi uma coisa criada agora, é uma lei que já existia...”

Magnólia

“... Um aborto só deve ser feito numa necessidade mesmo... A questão do aborto já foi discutido já... A gente comentou que realmente existe adolescente, não só adolescente, mas mulher precisando de um aborto que realmente tem que ser feito...”

De acordo com os depoimentos dois fatos são considerados. Um refere-se à legalidade do aborto nos casos previstos em lei, se está garantido por lei não é crime, portanto, é aceito socialmente, até porque a gravidez foi precedida de um ato de violência. Importante registrar que Magnólia apontou constrangimentos à mulher pelos profissionais de saúde quando é socorrida nos centros públicos em consequência de abortamentos. O argumento seguinte se refere ao contexto de violência em que a concepção se deu, não sendo um ato voluntário e realizado em situação de violação. Acrescentem-se também os casos em que a mulher corre risco de vida. Assim, como a mãe também é uma pessoa, ela possui igualmente direito a vida.

Já em relação à discriminação do aborto, os argumentos baseiam-se na concorrência de direitos entre a mãe e o feto⁴⁹. Nos argumentos apresentados, a premissa é a de que o feto é uma pessoa. Como todos têm direito à vida, a mulher não pode decidir pelo nascimento ou não da pessoa, mesmo considerando que a mãe tem o poder de decidir o que vai acontecer em e para o seu corpo. Nessa ótica, o feto é ser humano desde a concepção, assim, escolher um ponto no desenvolvimento do feto e dizer que não é uma pessoa, passa a ser uma escolha arbitrária.

Segundo os depoimentos, a morte do feto é a morte de uma pessoa inocente e isso é impermissível. Para essas entrevistadas:

Cooperativa

Miguê

“... no caso, por exemplo, ela tá tomando contraceptivo, mas o contraceptivo não fez efeito e ela engravidou, ela não deve abortar não...”

Organização Não-Governamental feminista

Orquídea

“...mas existem muitos métodos corretos e seguros... e existe pílula, existem tantas artimanhas, tantos artificios e às vezes eu temo que o aborto seja indiscriminado, só pelo simples fato de você ser dona do seu corpo, não é de outra vida ...”

Clube de mães - associação de moradores

Magnólia

“... Eu não concordo com o aborto porque eu acho que um filho é uma vida. A partir do momento em que ele está dentro da mãe, ele quer viver... A partir do momento que a mulher sabe que vai ter que sair com um homem, ela deveria conversar, os dois: ‘não, vou usar camisinha’. Até para não pegar uma doença, pode evitar a gravidez e evitar uma doença mais séria, né?...”

⁴⁹ A ciência médica reconhece que antes de se constituir em feto o embrião passa por diversas fases. As pesquisas sugerem que se o substrato orgânico para que possa existir consciência é o cérebro. A célula geradora do córtex cerebral inicia seu desenvolvimento no 15º dia após a concepção e somente em torno da 8ª semana estará suficientemente desenvolvido para que se possa detectar atividade cerebral. Entretanto, o ponto polêmico é se o nascituro deve ser pessoa possuidora de direitos desde a sua concepção, dada a sua essência humana.

Tendo em vista que as entrevistadas apoiaram o aborto previsto em lei, pelas razões já discutidas, deduz-se que o direito à vida consiste não no direito de não ser morto, mas antes, no direito de não ser morto “injustamente”. A morte injusta consiste na falha dos métodos contraceptivos ou em não usa-los sob qualquer contexto.

Duas possibilidades foram apontadas para a gravidez indesejada. Miguê (sindicato) sugeriu que “... *se ela não quer criar, então ela dê a alguém, faz adoção. Não falta quem queira não...*”. Observou-se em outras passagens que a entrevistada defendeu, como característica da feminilidade a ser preservada, o cuidar do outro, entretanto, nessa discussão, esse argumento não é evocado. O importante é a garantia do nascimento. Outra possibilidade foi apontada por Magnólia, segundo ela, “... *Se você não dá jeito, cria sozinha. Tem tantos filhos por aí que é criado, que não conhece o pai, a mãe inventa que o pai morreu e tem tantos aí que são criados assim...*”. Mesmo reconhecendo, em outro momento, as dificuldades que pesam sobre a mulher pobre a responsabilidade com a manutenção dos filhos, ela preferiu assegurar para a mulher tal responsabilidade. Ainda segundo essa entrevistada, a gravidez indesejada pode ser decorrência da maneira como a mulher é tratada, tanto no acesso ao acompanhamento médico no pré-natal até o parto nos centros públicos de saúde.

Constatou-se dois conjuntos de opiniões sobre a discriminação do aborto. Um a favor, ancorado na perspectiva dos direitos reprodutivos, nos termos de Bourdieu, constituindo-se num discurso do campo feminista, liberando a mulher dos fundamentos que ao longo da história a colocaram refém da natureza, dissociando sexualidade de reprodução. E outro grupo que se manifestou contra a discriminação do aborto, cujas idéias incorporadas, refletindo preceitos morais e influência religiosa, apontaram para fundamentos que associam a reprodução como um dado natural a ser respeitado. Mas, nos dois grupos surgiram enfoques que deram um sentido de

continuidade entre um e outro grupo. Assim, no grupo feminista, Acácia argumentou os seus conflitos utilizando-se dos argumentos do grupo contrário, enquanto Miguê, que se colocou no grupo contra a discriminação, propôs a ampliação para o caso de doenças graves que atinjam o feto, nas suas palavras, “... *ou que se diagnostique que aquela criança vai só cumprir um tempo, mas depois de ser cumprido o seu tempo, ela vai ser inútil, ela vai trazer só sofrimento à mãe...*”.

FEMINISMO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Na época da pesquisa constituía-se tema de debate no Fórum de Mulheres de Pernambuco as ações afirmativas⁵⁰, em foco os mecanismos de controle social sobre a gestão governamental, com ênfase nos Conselhos dos Direitos da Mulher. Assim, o que será alvo de abordagem refere-se à participação que se caracteriza pela intervenção de forma organizada, não episódica, de atores da sociedade civil no processo decisório da gestão pública estatal, que Teixeira (2001) denomina “*participação orientada para a decisão*”.

Na trajetória política do Brasil, a “*participação orientada para a decisão*” envolveu a criação de mecanismos de participação na gestão pública que se inicia na década de 1980 com a descompressão do regime militar e a elaboração da Nova Constituição. Segundo Gohn, “*A participação popular foi definida, naquele período, como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade (...)*” (Gohn, 2001:50). Buscava-se o

⁵⁰ Segundo Suplicy, as ações afirmativas são definidas como “*(...) estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações resultantes de práticas ou sistemas sociais (...) [e] (...) podem ser aplicadas no mundo do trabalho e nos sistemas de ensino, no campo sindical e no campo político, para assegurar o pleno exercício da cidadania, através do acesso a postos de decisão.*” (Suplicy, 96:129).

direito de eleger representantes para os cargos públicos, o direito de se manifestar e de se organizar livremente. É nesse contexto que a participação envolve a criação de canais, um deles são os conselhos. Os movimentos de mulheres e, em especial o movimento feminista, também participaram ativamente desse processo propondo, dentre outros, a criação de espaços institucionais na gestão pública. Assim, os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina foram criados em São Paulo e Minas Gerais em 1983. A partir daí, foram aparecendo outros conselhos nos níveis estaduais e municipais⁵¹. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM - foi criado em 28 de agosto de 1985, pela lei federal Nº 7.353. De acordo com a legislação, o CNDM foi criado com a finalidade de

“(...) promover, em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.”. (Atos do Poder Legislativo, 30 de agosto de 1985)⁵².

Ainda de acordo com a legislação, a presidente do CNDM é designada pelo

⁵¹ O relatório do “Debate e Desafios Atuais do Movimento de Mulheres no Brasil e suas Conseqüências para a Política de Gênero do DED” (1998) indica que até 1996 existiam 41 Conselhos Municipais e 11 Conselhos Estaduais.

⁵² Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, a lei especifica que ao CNDM compete: formular diretrizes e promover em todos os níveis da administração direta e indireta, visando à eliminação das discriminações que atingem à mulher; prestar assessoria ao poder executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem à mulher; estimular, apoiar e desenvolver estudo e debate da condição feminina, bem como propor medidas de governo objetivando eliminar todas as formas de discriminação; sugerir a elaboração de projetos de lei que visem assegurar os direitos da mulher; fiscalizar o cumprimento da legislação; promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais, estrangeiros, públicos ou particulares; receber e examinar denúncias; manter canais com o movimento de mulheres apoiando atividade dos grupos autônomo, sem interferir no conteúdo e orientações de suas atividades e desenvolver projetos e programas para eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher.

Presidente da República, dentre os membros do Conselho Deliberativo. *“O Conselho Deliberativo, por sua vez, será composto por 17 integrantes e 3 suplentes, escolhidos entre pessoas que tenham contribuído, de forma significativa, em prol dos direitos da mulher e designados pelo Presidente da República, para mandato de 4 anos, sendo presidido pelo presidente do CNDM”* (Art. 6º). Das 17 participantes, 1/3 de seus membros (num total de 7) deverá ser escolhido entre pessoas indicadas por movimentos de mulheres constantes nas listas tríplices. Os membros do Conselho Deliberativo serão nomeados pelo Presidente da República, por sua livre escolha, sendo 9 Conselheiras para o mandato de 4 anos e 8 para o mandato de 2 anos.

Houve um período em que as feministas estiveram afastadas do CNDM, de 1989 até 1995. Segundo o relatório do DED (1998) esse período envolveu o final do governo Sarney, o governo Collor e o Itamar e as razões apontadas foram de *“ordem política”* (DED, 1998:26). No governo de Fernando Henrique Cardoso o CNDM entra na agenda de debates. A proposta apresentada por grupos feministas foi a criação de uma Secretaria na Presidência da República, com condições de coordenar e integrar as ações governamentais em todas as áreas. A avaliação que setores do feminismo tinha era que *“O atual CNDM não tem nenhum poder e nem uma estrutura organizacional que o capacite a apresentar resultados. Na legislação em vigor, o CNDM tem apenas um órgão de deliberação coletiva e todo apoio técnico e administrativo lhe é dado pela Secretaria da Cidadania do Ministério da Justiça que atende mais sete conselhos.”* (Fêmea, fev. 1995:5).

Esse mesmo artigo informa que *“O CNDM foi eficiente até 1989, porque tinha estrutura de órgão da Presidência”*. E continua

“Nós, mulheres, queremos a incorporação da perspectiva de gênero nas ações governamentais. Não nos interessa um Conselho de notáveis. Não nos interessa uma vitrine. Queremos um espaço institucional com condições efetivas de

sensibilizar o alto escalão governamental, negociar e implementar políticas e ações efetivas para suprimir as desigualdades de oportunidade da mulher brasileira” (idem p.5).

Uma proposta de criação de comissão técnica, que iria apresentar ao Governo Federal uma proposta para a reestruturação do CNDM, elaborada pela Deputada Federal Marta Suplicy e pela Senadora Júnia Marise, em 1995, foi retirada, pois em abril de 1995, o Presidente da República empossa 12 conselheiras. No documento apresentado ao Ministro da Justiça Nelson Jobim, elas justificaram essa atitude *“lamentando e protestando quanto ao encaminhamento dado à questão pelo Ministro, e o esforço, em vão, despendido pelas parlamentares, no sentido de garantir uma discussão mais democrática e uma infra-estrutura mais ampla para o, atual, combalido Conselho”*. (citado pelo Fêmea, abril, 1995:6). Assim, entre dificuldades e desafios o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher se manteve em atividade.

Em Recife houve uma tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher com o Decreto Lei Nº13.591, em 1986. Entretanto não foi efetivado. Segundo uma das entrevistadas:

Organização Não-Governamental feminista

Rosa

“... Houve uma proposta da criação de um Conselho dos Direitos da Mulher do Recife, na primeira gestão do governo Jarbas e, no fim, os grupos feministas se retiraram. Pedimos uma reunião com Jarbas e os grupos feministas e com os outros setores que estavam, e nós colocamos para o Jarbas que estávamos nos retirando do processo, porque no nosso ponto de vista o processo começou a ser manipulado, aí começou uma briga de poder infeliz, porque o Conselho era pra botar tudo e qualquer pessoa: ou mulher de deputado, que nunca na vida tinha participado do movimento feminista; ou pessoas ligadas aos partidos, que tavam nos bairros. Era uma apropriação e aí nós fizemos uma reunião com Jarbas e estavam todas as pessoas presentes nessa comissão e nós dissemos que nós, feministas autônomas, estávamos nos retirando do processo, todas as feministas autônomas. As partidárias, as que se diziam feministas por causa de deputado, tavam lá brigando. O Jarbas teve uma atitude surpreendente e disse o seguinte: ‘eu acho que tudo isso é uma invenção, uma proposição das feministas, se elas estão indo embora - e que eu considero que são as legítimas do processo - o Conselho não se faz, ou faz havendo um consenso, ou eu não favoreço a ninguém’. E dissolveu naquele momento, e o Conselho não aconteceu...”

Desde então discussões acerca da criação de conselho têm sido recorrentes no FMPE. Na época da entrevista, duas das entrevistadas participavam do CNDM – Rosa (ONG feminista) e Margarida (MMTR). Em vista de ser tema polêmico, perguntamos às entrevistadas sobre a importância de existir Conselho em Recife ou Pernambuco. O anexo III , traz as opiniões detalhadas das entrevistadas.

A maioria das entrevistadas apoiou a idéia de criação do Conselho dos Direitos da Mulher nos níveis estadual ou municipal. Das que se mostraram simpáticas à proposta, algumas fizeram ressalvas condicionando o seu apoio ao seu caráter deliberativo e autônomo, atuando com parcelas de poder junto ao executivo. Outras se opuseram frontalmente, e ainda teve aquelas que não se posicionaram, alegando desconhecimento. Mesmo concordando com a existência de conselho, algumas afirmaram não ter conhecimento sobre o seu funcionamento. Para outras, é instrumento para viabilizar propostas e projetos mais abrangentes que apontem para mudanças da condição da mulher. Enquanto houve aquelas que afirmaram não ser um mecanismo de transformação da administração pública, adaptada aos tempos em que o conflito social encontra arena própria de luta.

Nas discussões que as entrevistadas fizeram sobre participação na gestão pública, tomaram como referência o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, lembrando que o Conselho foi proposição do movimento feminista. Importante atentar para o fato de que não houve qualquer referência à escolha de agenda ou conteúdos de ações para o conselho.

Para entender melhor o que apontaram as entrevistadas, é necessário relembrar o que foi apresentado sobre a legislação do CNDM no início do capítulo. De acordo com a legislação, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher formula e promove políticas para a administração pública, assessora o poder executivo nas questões que atingem a mulher, apóia e desenvolve estudo sobre a condição da mulher, sugere a elaboração de projetos de lei, fiscaliza e exige o cumprimento da legislação, promove intercâmbio e convênios com organismo nacionais e estrangeiros e desenvolve programas e projetos em diferentes áreas, no sentido de eliminar a discriminação contra a mulher. Assim, ele acumula papéis de consultor, fiscalizador e executor de políticas públicas. De outra parte, ele se constitui a partir da escolha do poder executivo, de acordo com sugestão apresentada em lista tríplice. Isso tudo produziu entendimentos diferenciados entre as entrevistadas:

Feminista Independente

Dália

“...é um órgão do estado que deve está para fiscalizar, para coordenar as ações do estado com relação às mulheres...”

Partido Político

Petúnia

“...Tudo isso passa pela indicação de pessoas pra ocupar esses cargos, mas é ocupar cargos do governo...você faz parte do governo, você é do governo...”

Articuladora FMPE

Angélica

“... o que eu acho mais complicado é que a partir do momento que você assume um cargo como esse você ta compactuando da política do governo...”

Organizações não-Governamentais feminista

Jasmim

“...Então, se ta vinculado àquele governo....passa a ser partidário...”

Gardênia

“...O Conselho não é um órgão do estado? É. A conselheira presidente não é nomeada pelo estado? É. Então ela reflete o governo que tem...Quem foi indicada pra ir, das bases? Você conhece? Porque eu não conheço...”

Hortênci

“...Eu acho um engano muito grande dizer que conselho é órgão de governo...”,

Rosa

“... O papel do Conselho é trabalhar dentro do aparelho de estado pra fazer política pública... Nos conselhos têm estado e sociedade, mas nos conselhos tem que ta representado a heterogeneidade da sociedade civil...”

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

“...Eu sou do Conselho Nacional...Eu não sou governo, eu não sou Fernando Henrique Cardoso. Eu acho que o Conselho não reflete só o governo...”

Em vários conselhos gestores, a composição é claramente definida – sociedade civil e estado – a partir de eleição em fóruns previamente estabelecidos e com

proporcionalidade regulamentada⁵³, garantindo minimamente a autonomia do órgão para as suas decisões. O processo de escolha do CNDM a partir de indicação do executivo torna difícil a sua definição – ser ou não órgão de controle social da gestão. Assim, para algumas é órgão governamental, fiscalizador e coordenador de políticas públicas, para outras não. Além disso, para aquelas com vínculos partidários, a indefinição coloca problemas de ordem política à sua participação no momento em que o seu partido não faz parte da coligação de governo. Para essas, a proposta é a criação de um órgão governamental que executa política pública e, portanto é da gestão e outro órgão que realiza o controle social sobre a gestão, escolhido seus membros entre a sociedade civil.

Para algumas entrevistadas o bom desempenho do conselho está diretamente ligado às escolhidas.

Clube de mães - associação de moradores

Acácia

“...Se está lá pessoas que não merecem e que não cumprem realmente o seu papel dentro do conselho, que a gente tenha força suficiente para dizer : ‘não, basta, chega!’...”;

Organização Não-Governamental feminista

Hortência

“...Eu acho que o que a gente precisa fazer é ter condição política de colocar lá, nomear quem a gente indica. Eu acho que é uma grande mudança, a grande sacação é esse. Não é deixar que ele indique quem ele quer, mas que a gente tenha força de pressão pra fazer com que seja indicado aquela pessoa que a gente quer que ela seja...”; no que Rosa concluiu *“...Vamos ter uma briga pra ocupar esse lugar pra nós...”*.

De acordo com Santos (2000), estudos e estimativas indicam que a sociedade civil organizada no Brasil representa apenas 15% da população do país, tornando frágil a força política dos movimentos na participação das políticas públicas. No caso do

⁵³ Tomemos como exemplo os Conselhos de saúde, de Política de Assistência Social, dos Direitos da Criança e Adolescentes, entre outros. A esse respeito vê Carvalho e Teixeira (org.) (2000).

CNDM o problema se agrava tendo em vista que as representantes não têm o poder delegado, pois não são nomeadas pelas suas instâncias. Ainda assim, Margarida (MMTR) entende que “...se a gente não está lá em cima também, nas decisões...influindo o mínimo que seja, eles vão fazer do jeito que querem, por menor que seja a nossa participação...”. Com esse argumento ela reserva uma parcela de poder para o CNDM nas decisões políticas.

Um outro aspecto relacionado à força política da representação social está associado à relação entre as lideranças e as bases dos movimentos.

Organização Não-Governamental feminista

jasmim

“...Todo movimento reivindicatório, todo movimento ideológico, político e tal têm essa coisa: ou tem controle sobre aquilo ou então abandona, vira as costas. As mulheres do Conselho têm criticado muito o movimento feminista por conta dessa coisa de não dá suporte...”

Rosa

“...Se nós não estamos conseguindo ter uma interferência no controle social, o controle social somos nós não é o órgão, é a sociedade civil organizada. Os conselhos são os mecanismos que foram criados, mas se os mecanismos não estão funcionando, há por um lado uma dificuldade criada pelos governos e, por outro lado, um enfraquecimento da sociedade civil...”

Essa dificuldade também é constatada por analistas sobre os conselhos. Santos observa que “(...) Entidades que vinham se mobilizando em torno de várias conquistas, incluindo o campo da Saúde, começam a se afastar da discussão porque delegam para o conselheiro toda a responsabilidade do debate (...)” (Santos, 2000:20). Numa linha semelhante Volpi constata que “(...) O que deveria ser uma instância participativa virou uma instância representativa com um certo isolamento da base que elegeu o representante (...)” (Volpi, 2000:28). Assim, as dificuldades apontadas pelas entrevistadas não são específicas do CNDM, mas da dinâmica da relação mais geral entre lideranças e movimentos.

Em alguns debates realizados pelo FMPE veio à tona se a criação do Conselho dos Direitos da Mulher no nível local poderia entrar em concorrência com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, esvaziando esse último, pois algumas experiências já apontaram para essa realidade. Como analisa Raichelis em relação à assistência social:

“(...) Entendíamos que os fóruns de participação ampliada, autônomos, não formais, não institucionalizados, eram um estágio para a implantação do Conselho, que tinha esse caráter legal e obrigatório. Não sei se esta generalização é possível para todos os setores, mas no âmbito da Assistência Social, à medida que os conselhos foram sendo criados, desativaram-se os fóruns (...)” (Raichelis, 2000:43).

Mas, numa avaliação diferente Rosa (ONG feminista) observou:

“...Não vamos resumir a questão do conselho se ele vai ou não enfraquecer o Fórum. Porque se o Fórum também não se arriscar a nada, qual é o sentido da existência dele?...Porque, inclusive, o Fórum não tem projeto de inserção pra outras mulheres, a não ser pra quem queira militar na instância cotidiana do movimento... “...As feministas pedem apoio para os seus projetos, é diferente, mas as feministas nunca estão em aliança pra defender o projeto do outro sujeito coletivo...”

Na sua avaliação, a criação do Conselho vai colocar um novo contexto político para o Fórum de Mulheres de Pernambuco, inclusive fazendo este amadurecer a distinção entre aliança e parceria.

De acordo com o que foi apontado pelas entrevistadas, o debate sobre a criação do Conselho dos Direitos da Mulher em nível local envolve diversas questões segundo os contextos das entrevistadas, mas uma coisa que ficou visível foi a falta de mais subsídios para contemplar melhor o debate. Segundo algumas entrevistadas:

Sindicato

Miguê

“...eu não tenho noção de conselho...”

Clube de mães - associação de moradores

Magnólia

“...Não sei o que é isso, não conheço...”

Organização Não-Governamental feminista

Jasmim

“...mas pouco se sabe, pouco se tem acesso em relação ao que os conselhos tão fazendo...”

Também é interessante observar que nesse debate os elementos apontados não se referiram diretamente ao feminismo como campo ideológico, mas ao feminismo como movimento social. Questões como caráter do conselho, composição, atribuições, relações entre representantes e movimento e mecanismos de controle social, como foi visto, perpassam os contextos dos movimentos sociais de maneira geral.

COMPARANDO PERCEPÇÕES E VALORES DA AGENDA POLÍTICA

Comparando essas discussões, observa-se que percepções distintas são acionadas na valorização da pauta política.

Em relação ao aborto, o que está previsto em lei foi visto como direito inalienável da mulher. Entretanto, a possibilidade de ampliação desses direitos ou a sua discriminação, se confrontou com dois discursos distintos. Um a favor, referindo-se ao discurso político feminista, contemplando a legitimidade dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos inclusivos dos Direitos Universais, acenando para a liberdade da mulher controlar a sua sexualidade e a sua fecundidade. Nesse grupo se colocaram as mulheres de ONGs feministas, partido político, articuladora do FMPE, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de sindicato e feminista independente. Com argumentos contrários, baseando-se na introjeção de preceitos religiosos, as entrevistadas provenientes de clube de mães e associação de moradores, cooperativa e de ONG não feminista se posicionaram contra a discriminação do aborto, utilizando-se de argumentos ancorados na concorrência de direitos entre a mulher e o feto.

No tema sobre a participação política nos espaços de controle social da gestão pública, não se observou a mesma divisão entre as entrevistadas. Elas tomaram como referência o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para se posicionarem sobre a possibilidade de criação desse mesmo instrumento no nível local. Em relação a esse instrumento, elas ponderaram sobre seu capital político, suas competências, formas de composição e de escolha das representantes. Embora essas questões tivessem

permeando as discussões das entrevistadas, observou-se uma certa falta de informações sobre a legislação do CNDM. Mas isso não retirou a possibilidade delas expressarem seus posicionamentos.

Assim, três representantes de ONGs feministas, feminista independente, representante do MMTR, uma representante de ONG não feminista e duas representantes de clube de mães, mostraram-se favoráveis, alegando a necessidade de participação nesses tipos de espaço, atentando para a importância da inclusão política das relações de gênero nos planos e projetos governamentais. Um outro grupo deu seu apoio condicionando-o ao caráter do Conselho, se deliberativo ou consultivo, foram elas, uma representante de ONG e de ONG não feminista e representante de cooperativa. Dentre as que não se posicionaram, expressando desconhecimento, foram a representante de sindicato e uma representante de clube de mães. Dentre as que se mostraram frontalmente contra estavam as representantes de partido político e a articuladora do FMPE, argumentando uma falta de clareza na legislação do CNDM, em relação à sua constituição, ao seu caráter e à sua competência, confundindo a sua autonomia política, apontando para as dificuldades daí decorrentes, para as engajadas em partido político. É importante lembrar que em nenhum momento as entrevistadas questionaram ou fizeram sugestões à agenda do CNDM.

Na discussão sobre a pauta política, vê-se com bastante clareza o que foi ressaltado nas considerações iniciais dessa pesquisa sobre a identidade no campo político, atentando para que a constituição do campo põe em jogo critérios que não coincidem totalmente, pois interesses e percepções deixam em aberto sentidos e valores que tornaram-se alvo das disputas no interior do campo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de mulheres, em foco o movimento feminista, adentraram no cenário político trazendo novas modalidades de elaboração das condições de vida das mulheres, mostrando recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e mal iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública, apontando para a necessidade de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Assim, “*gênese do campo*” feminista apoiou-se nos valores da justiça contra as desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

Nos discursos das entrevistadas a criação e defesa de direitos para a mulher apareceram como referências comuns, mais abrangentes da identidade feminista, não se esgotando na ênfase das lutas militantes, mas também inseridos em discursos que subvertem o lugar da mulher nos contextos sociais vivenciados. Entretanto, esses referenciais não dissolvem as singularidades das formas variadas de contextualização das desigualdades/opressões. Além das desvantagens nas relações entre homens e mulheres, a raça-etnia e a situação de classe social foram apontadas como contextos a serem considerados nas especificidades das exclusões das mulheres. Também a valorização de atributos considerados femininos, passaram pelo crivo do jogo simbólico. Ora apontados como características positivas da socialização das mulheres, sendo acusado como desvalorizado pelo feminismo; ora interpretado como um fardo que torna a mulher refém da ausência de direitos e liberdade.

Apontando para a idéia de que o sexo é sempre importante na constituição identitária, porque é onde se projetam distinções sócio-culturais e relações de poder, houve uma tendência geral em considerar que as práticas sociais baseadas nas distinções biológicas nada têm de natural, são construções sociais projetadas sobre os

fatos biológicos e que os lugares que as mulheres ocupam nessas práticas são menos privilegiadas.

Nos contextos das relações de gênero, retomou-se a idéia geral de lugares de desvantagens da mulher em relação ao homem, analisado por algumas como característica da sociedade patriarcal, ou machista, cujo agente da opressão é masculino. Mas nessa discussão chamou-se atenção para os riscos da universalização da assimetria de poder das mulheres em relação aos homens, desconsiderando poderes diferenciados entre as próprias. Avançando no debate, as entrevistadas foram confrontadas com distribuição desigual de “*quantum social*” de poder no interior do FMPE. Exemplos disso foi a defesa entre as mulheres de clubes de mães/associações de moradores pelo reconhecimento de suas atividades como práticas feministas e diferenças de capital intelectual e material que pesam nas decisões e distribuição de atividades do Fórum de Mulheres de Pernambuco.

Se as diferenças acima apontadas não se colocaram como litígio para o campo feminista, as ações programáticas trouxeram percepções e apreciações que diferenciaram os investimentos da agenda política.

Os direitos sexuais e reprodutivos com foco no aborto produziram um grande divisor de águas. Em princípio o aborto previsto em lei conseguiu aceitação unânime, entretanto, a sua discriminalização foi situada em dois grandes discursos. A defesa da discriminalização teve por base o controle da mulher sobre a sua sexualidade dissociada da reprodução. Nesse grupo envolveram-se as representantes de ONGs feministas, articuladora do FMPE, representante de partido político, do MMTR, sindicato e feminista independente. Para algumas dessas os seus posicionamentos políticos foram distintos dos seus posicionamentos pessoais: não adotando para si a prática do aborto, mas reconhecendo o direito das mulheres de decidirem. Nesse

argumento se mesclaram prerrogativas morais-religiosas com autonomia de decisão sobre o corpo.

Argumentos contrários à discriminação do aborto se ancoraram em discurso moral-religioso, baseado na concorrência de direitos entre a mãe e o feto. A maternidade foi vista como um dado natural e o feto como pessoa humana. Foi lembrado que o acesso à variedade de métodos contraceptivos e a necessidade de melhoria da qualidade de atendimento nos serviços públicos de saúde às mulheres proporcionariam condições para evitar a gravidez indesejada, eliminando-se a recorrência ao aborto. Com esse posicionamento estavam a maioria das mulheres de clube de mães/associação de moradores e uma representante de ONG não feminista.

Anteriormente as percepções das relações de gênero apoiaram-se em discursos generalizantes que apontaram para a quebra das homologias sociais sobre o sexo biológico, mas aqui se revoga o caráter arbitrário das identidades femininas, fixando para essas prerrogativas naturais, restringindo a pauta dos direitos.

Um outro elemento da pauta política referiu-se à política de ação afirmativa que trata de inserir políticas públicas para a mulher, com foco nos Conselhos dos Direitos da Mulher. Como em Recife e em Pernambuco não têm esse tipo de estratégia afirmativa, as discussões tomaram como parâmetro o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Também aqui o consenso não se realizou, mas por motivos diferentes. Três formas de argumentar conduziram a três posicionamentos distintos. Apenas duas das entrevistadas não se posicionaram por falta de conhecimento, foram elas, representante de sindicato e de clube de mães.

Para aquelas que concordaram com a criação do Conselho dos Direitos da Mulher em nível local, os argumentos se basearam na necessidade de ampliação de contexto político para o movimento feminista e a inclusão das demandas feministas

nas políticas públicas. Nesse grupo estavam as representantes de clubes de mães/associação de moradores, do MMTR, da maioria das ONGs feministas, de uma ONG não feminista e da feminista independente.

Um outro grupo condicionou seu apoio ao caráter deliberativo e autônomo do Conselho, mostrando uma atitude de profunda desconfiança na institucionalização que escape do controle direto das pessoas envolvidas e uma igualmente profunda valorização da autonomia do movimento. Esse grupo foi representado pelas mulheres de cooperativa, de ONG não feminista e ONG feminista.

O terceiro grupo de opiniões enfatizou a representação política. Segundo a representante de partido político e a articuladora do FMPE a maneira como está constituído o CNDM – representantes escolhidas pelo poder executivo – dificulta a participação de representantes que não formam a base de apoio governamental.

Mas, para esses dois últimos grupos, o ponto em comum foi a falta de clareza na lei que instituiu o CNDM, atribuindo responsabilidades de formulação, monitoramento e fiscalização de política pública sem as devidas condições de autonomia para o seu desempenho.

É interessante observar que nesse tema não se pôs em questão as realizações do CNDM, a contenda privilegiou o feminismo como movimento social no contexto de suas representações e na sua autonomia.

Defendeu-se no início desse trabalho que entender a existência do campo político é apreender “*a crença que o sustenta*”, considerando as coisas materiais e simbólicas que nele se jogam. A crença na existência de desigualdades entre homens e mulheres sustenta a gênese do campo feminista, entretanto quando elementos da agenda política foram alvos de apreciação pelas entrevistadas, outros critérios foram

acionados nas operações de identificação, desmontando e remontando identificações diversas.

É difícil, pois, pensar-se num padrão homogêneo ou num modelo que representasse e que servisse de paradigma das percepções de feminismo para o Fórum de Mulheres de Pernambuco. As identidades constituídas nos clubes de mães/associação de moradores, nas Organizações não-Governamentais, no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na referencia de raça-etnia, feminista independente, sindicato, partido político e cooperativa, embora mutuamente influenciáveis, permanecem diversas, sendo possível produzir identidade coletiva a partir de referenciais mais abrangentes.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Neuma (1997). “Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia e no pensamento sócio-político brasileiro”. In: AGUIAR, Neuma (org). **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos.
- ALBERNAZ, Lady Selma (1996). **Feminismo até certo ponto... representações do feminismo no contexto das práticas e de gênero**. Recife, Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.
- ALCÂNTARA, Alice & SARDENBERG, Cecília (s/d). **Feminismo, feministas e movimentos sociais**. Salvador, Centro de Estudos da Mulher – CEM -, (mimeo.)
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1997). “O novo movimento teórico”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, Junho, nº 4, vol. 2.
- ALVAREZ, Antonia, et all (1990). “**Feminismos na América Latina**”. Rede Mulher (org.). São Paulo.
- AMORÓS, Ana (1995). “Division sexual del trabajo”. In: AMORÓS, Célia (org.). **Dez palabras clave sobre mujer**. Navarra, Editora Verbo Divino.
- ARAÚJO, Maria José de Oliveira ((1993). “Aborto legal no Hospital do Jabaquara”. In: **Revista Estudos Feministas**. São Paulo, vol. 1, nº 2.
- ARENDT, Hannah (1983). **A condição humana**. Rio de Janeiro, Editora Forence-Universitária.
- ARRAZOLA, Laura Susana Duque (2000). “Mulheres e feminismo em Pernambuco: reflexões sobre uma trajetória”. In: SALES, Celina de Maria Veras et all (org.). **Feminismo: memória e história**. Fortaleza, Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família, Imprensa Universitária.

- ÄVILA, Maria Betânia (1993). “Modernidade e cidadania reprodutiva”. In: **Revista Estudos Feministas**. São Paulo, vol. 1, nº 2.
- _____ (1998). “O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres no processo de democratização no Brasil”. In: **Debates e desafios atuais do movimento de mulheres no Brasil e suas conseqüências para a política de gênero do DED**. Olinda, DED Brasil, (mimeo.).
- BARBIERI, Teresita de (1992). “Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica”. In: **Edicione de las mujeres**. Chile, Isis Internacional, nº 17.
- BARRETT, Michèle (1996). “Feminismo” In: OUTHWAITE, William, BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- _____ (1999) “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe In: Zizek, Slavoj (org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1ª reimpressão.
- BARROSO, Carmem. (1991) “A mulher, o planejamento e a administração municipal”. In: **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro, IBAM-UNICEF.
- BARSTED, Leila Linhares (1997). “O movimento feminista e a discriminação do aborto”. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº2.
- BEDIA, Rosa Cobo (1995) “Gênero”. In: AMORÓS, Célia. **Dez palabras clave sobre mujer**. Navarra, Editora Verbo Divino.
- BERQUÓ, Elza (1993). “Brasil, um caso exemplar – anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar”. In: **Revista Estudos Feministas**. São Paulo, vol. 1, nº 2.
- BOBBIO, Norberto, et all (1986). “Política” In: **Dicionário de Política**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2. edição.

- BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- BOURDIEU, Pierre (1983). **Sociologia**. Ortiz, Renato (org.) Coleção Grande Cientistas Sociais, N. 39, São Paulo, Ática.
- _____ (1989). **O poder simbólico**. Lisboa, DIFEL.
- _____ (1990). **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense.
- BUARQUE, Cristina Maria (1986). **Movimento de mulheres no nordeste, estudo preliminar**. Recife, (mimeo.).
- CABRAL, Gilda (1995). “CNDM: o barco não pode mais ficar à deriva”. In: **Fêmea**, Brasília/DF, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Ano 3, nº 24, Fevereiro.
- CARVALHO, Lenira (2000). “**A luta que me fez crescer**”. Recife, Ed. Bargaço.
- CASTELLS, Manuel (1980). **Cidade, democracia e socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- CASTRO, Mary Garcia (1991) “A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero” In: **Mulher e políticas públicas** Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF.
- CAVANA, María Luiza (1995). “Diferencia”. In: AMORÓS, Celia (Org). **Dez palabras clave sobre a mujer**. Navarra, Editora Verbo Divino.
- CORRÊA, Sônia (1993). **O crescimento das ONGs de mulheres no Brasil: relações de gênero e sociedade civil no Brasil, uma aproximação possível**. Recife, Primeira versão sem revisão.
- CORREIA, Sônia & FREITAS, Ângela (1999). “Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil”. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº2.

- CRUZ, Anette Goldberg Velasco e (1982). “Os movimentos de libertação da mulher na França e na Itália: primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil”. In: LUZ, Mabel T. (org.) **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- DEL RE, Alisa (1996). **Práticas políticas e binômios teóricos no feminismo contemporâneo**. 4. ed. Recife, SOS Corpo.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva (1992). “Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. RJ Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- Encontro Regional Feminista** (maio, 1985) Recife, mimeo.
- EVERS, Tilman (1984). “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”. In: **Novos Estudos** (CEBRAP), São Paulo, V. 2, N. 4.
- FÊMEA (1995). **CNDM têm novas conselheiras**. Brasília/DF, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília/DF, ano 3, Abril, nº 28.
- FONSECA, Cláudia (1996). “Uma genealogia do ‘gênero’”. In **Revista de Antropologia**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Vol. 1, Nº 2.
- Fórum de Mulheres de Pernambuco (s/d). **O que as mulheres de Pernambuco querem como políticas municipais de 1997 ao ano 2000**. Recife, 2ª Edição, Sos Corpo – Gênero e Cidadania.
- GAYLE, Rubin (1993) **O Tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo**. Recife, SOS Corpo.
- GEERTZ, Clifford (1978). **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

- GERGEN, Mary M. (1993) “Rumo a uma metateoria e metodologia feministas nas ciências sociais” In: GERGEN, Mary Mccanney (ed.) **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro, editora Rosa dos Tempos, Edunb.
- GIDDENS, Anthony (1991). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, Editora UNESP, 4ª reimpressão.
- GIL, Antônio Carlos (1999). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo, Atlas.
- GOHN, Maria da Glória (1997). **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo, Editora Loyola.
- _____ (2000). **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo, 2. ed. Ed. Cortez.
- _____ (2001). **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo, Cortez (Coleção Questões da Nossa Época).
- GOMARES, Enrique (1992). “Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas”. In: **Edición de las mujeres**. Chile, Isis Internacional, nº 17.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota (1987). **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Vozes.
- HEILBORN, Maria Luiza (1992). “Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil”. In: BRUSCHINI, Cristina & COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). **Uma questão de gênero**. RJ, Rosa dos tempo; São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- LOVIBOND, Sabina (1990). “Feminismo e pós-Modernismo”. In: **Novos Estudos**. São Paulo, CEBRAP, Julho, nº 27.

MACHADO, Lia Zanota (1990) “Feminismo, academia e interdisciplinaridade” In: Série Antropologia, Nº 104, Brasília, Universidade de Brasília.

_____ (1992). “Feminismo, academia e interdisciplinaridade”. In: COSTA, Abertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. RJ, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

MARY, M. Gergen. (1993) “Rumo a uma metateoria e metodologia feministas nas ciências sociais” In: **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro, edição Rosa dos Tempos, Edunb.

MARQUES, Suzana (2000). **Movimento de mulheres: pensando uma identidade relacional**”. Revista Symposium, Recife, ano 4.

MENDES, Castro (2000). **Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPE.

MELUCCI, Alberto. (1989) “Um objetivo para os novos movimentos sociais” In: **Lua Nova Revista de Cultura e Política**. São Paulo, Nº17, Junho.

MICELI, Sergio (1987) “Introdução: a força do Sentido” in: BOURDIEU, Pierre, **A Economia das trocas simbólicas** 2. ed. São Paulo, Editora Perspectiva.

MIGUEL, Ana de (1995). “Feminismos” in: AMORÓS, Célia. **Dez palavras clave sobre mujer**. Espanha, Editorial Verbo Divino.

MOLYNEUX, Máxime (1996). “Movimento de mulheres” in: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (org.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- MORAES, Odalisca Cavalcanti. (1998). **Trilhas sinuosas no mundo feminino: o movimento de mulheres e suas expressões de conflitos**. Recife, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFPE.
- MORAES, Maria Lígia Quartim (1985). **Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política**. São Paulo, Editora Nobel.
- MOUFFE, Chantal (1999). “Por uma política da identidade nômade” In: **Debate Feminista**. São Paulo, Ed. Melhoramento.
- MURARO, Rose Marie (1989). “El aborto y la fe religiosa en América Latina”. In: PORTUGAL, Ana María (org). **Mujeres e iglesia: sexualidad y aborto en América Latina**. Motevideo, Edición Catolicas Por el Derecho a Decidir.
- MUTZENBERG, Remo (1997). “**Aonde existe esperança, a gente ainda tem o que pensar: formação das e transformações nas Comunidades Eclesiais de Base no sertão de Pernambuco**”. Recife, Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPE.
- NYE, Andréa (1995). **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro, Editora Record: Rosa dos Tempos.
- 9º Encontro Nacional Feminista** (novembro, 1987), Recife, mimeo.
- O que as mulheres de Pernambuco querem como políticas públicas municipais de 1997 ao ano 2000**. (1997). Recife, Edição SOS Corpo, 2ª edição.
- PENNA, Maura (1992). **O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o escândalo Erundina**. São Paulo, Cortez.
- PINTO, Louis (2000). **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- SOS CORPO (nov.1993/mar.1994) **Plano de trabalho da constelação**, Recife,

- PULEO, Alicia H. (1995). "Patriarcado". IN: AMORÓS, Celia (org.). **Dez palavras chave sobre mujer**. Navarra, Editora Verbo Divino.
- RAICHELIS, Raquel (2000). "Sistematização: os conselhos de gestão no contexto internacional". In: CARVALHO, Maria do Carmo A.A. & TEIXEIRA, Ana Claudia (org.). **Seminário – os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil: avanços, limite e possibilidades**. São Paulo, Polis.
- Rede Mulher (1990) **Feminismo na América Latina**. Rio de Janeiro.
- REX, John (1996) "Raça" (pp.637-639). In: OUTWAITE, William, BOTTOMORE, Tom (org.) **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- RIBEIRO, Matilde (1995). "Mulheres negras brasileiras" In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, Vol. 03, N. 02, IFCS/UFRJ.
- RITZER, George (1995). **Teoria sociológica contemporânea**. Madrid, Editora McGraw-Hill.
- ROLAND, Edna (1995). "Direitos reprodutivos e racismo no Brasil" In: **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, Vol. 03, N. 02, IFCS/UFRJ.
- ROSADO-NUNES, Maria José, JURKEWICZ, Regina S. (2002). "Aborto: um tema em discussão na Igreja Católica, o surgimento de 'Católicas pelo Direito de Decidir'". In: **Seminário nacional de intercâmbio e formação sobre questões ético-religiosas para técnicos/as dos programas de aborto legal**. São Paulo, Edição Católicas pelo Direito de Decidir.
- RUBIN, Gayle (1993) **O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo**. Recife, ed. SOS Corpo.

- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani (1987). “Feminismos e seus frutos no Brasil”. In: SADER, Emir (org.) **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo, Editora Cortez.
- SANTOS, Nelson Rodrigues dos (2000). “Implantação e funcionamento dos conselhos de saúde no Brasil”. In: CARVALHO, Maria do Carmo A.A. & TEIXEIRA, Ana Claudia (org.). **Seminário – os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil: avanços, limite e possibilidades**. São Paulo, Polis.
- SARTI, Cynthia (1998). **Feminismo no Brasil: uma trajetória particular**. São Paulo, Cadernos de Pesquisa, N. 64.
- SCERER-WARREN, Ilse (1987). “O caráter dos novos movimentos Sociais”. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo, J. (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Editora Loyola.
- _____ (1997). “Redes e espaços virtuais: uma agenda para pesquisa de ações coletivas na era da informação”. In: **Cadernos de Pesquisa**, Julho, nº 11.
- SCOTT, Joan W. (1991) **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife, SOS Corpo.
- _____ (1999) “Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista” In: **Debate Feminista**, São Paulo, Ed. Melhoramento.
- SCOTT, Russel Parry (2002) “Patriarcalismo e idéias salvaconistas” In: **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**, Recife, no prelo.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (2000). “A produção social da identidade e da diferença” in: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Editora Vozes.

- SOARES, Vera (1994). **Movimento feminista: paradigma e desafios**. Revista Estudos Feministas, Número especial.
- SOIHET, Rachel (1997). “Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas”. In: SAMARA, Eni de Mesquita et al (org). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo, EDUC.
- Sociedade Brasil – Mulher** (1980) mimeo.
- SORJ, Bila (1992). “O Feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSSCHINI, Cristina (org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- SUPLICY, Marta. (1996). “Novos paradigmas nas esferas de poder” In: Estudos Feministas, Rio de Janeiro, Vol. 4 N°01, UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
- TEIXEIRA, Elenaldo (2001). **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo, Cortês Editora.
- TELES, Maria Amélia de Almeida (1993). **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense.
- TELLES, Vera da Silva (1987). “Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70”. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHE, Paulo J. (org.) **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Editora Loyola.
- TURNER, Jonathan H. (1996). “Papel social”. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- VALCÁRCEL, Amélia (1999) “O feminismo é uma teoria política?” In: **Debate Feminista**, São Paulo, Ed. Melhoramento

VIEZZER, Moema (1989). **O Problema não está na mulher**. São Paulo, Editora Cortez.

VOLPI, Mario (2000). “A democratização da gestão das políticas públicas para a infância e a adolescência”. In: CARVALHO, Maria do Carmo A.A. & TEIXEIRA, Ana Claudia (org.). **Seminário – os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil: avanços, limite e possibilidades**. São Paulo, Polis.

WOODWARD, Katryn (2000). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Editora Vozes.

ANEXO I

DOCUMENTOS DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO

ANEXO II - INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTADAS

Nome Entrevistada	Caracterização da entrevistada	Artic. Participativa	Frequência FMPE
Hortência	ONG feminista	- FMPE - Rede Latino Americana de Educação Popular de Mulheres - Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos - Associação de Mulheres Brasileira	Regular
Rosa	ONG feminista	- FMPE - Rede de Mujeres - CNDM - Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos - Rede de Mulheres no Rádio - Rede Latino Americana de Educação Popular de Mulheres - Associação Brasileira de ONGs - Associação de Mulheres Brasileiras	- Regular
Jasmim	ONG feminista	- FMPE - Conselho Estadual de Saúde - Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos - Rede Nacional de Parceiras Tradicionais - Rede Latino Americana de Educação Popular de Mulheres - Rede de Mulheres no Rádio - Associação Brasileira de ONGs - Associação de Mulheres Brasileiras	- Regular
Gardênia	ONG feminista	- FMPE - Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos - Associação Brasileira de ONGs	- Irregular
Orquídea	ONG não feminista	- FMPE - Rede de ONGs AIDS - Rede Nacional de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos - MPCA - Associação Brasileira de ONGs	- Irregular
Violeta	ONG não feminista	- FMPE - Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos - Rede Latino Americana de Educação	- Irregular
Dália	- Feminista Independente	- FMPE - Rede Norte-Nordeste de Pesquisa (REDO) - Rede de Estudos Nacional Feminista (Rede FEN)	- Irregular
Magnólia	- Clube de Mães/Associação de Moradores	- FMPE - PREZEIS - Movimento de Ação Comunitária (MAC)	- Irregular
Rosália	- Clube de Mães/Associação de Moradores	- FMPE - Conselho Municipal de Paulista - Movimento Popular de Saúde - Fórum de Mulheres de Paulista (criado na época da entrevista)	- Irregular
Acácia	- Clube de Mães/Associação de Moradores	- FMPE - Já havia sido conselheira do Conselho da Mulher de Olinda	- Regular
Margarida	- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	- FMPE - Federação de Trabalhadores Rurais de PE (FETAPE) - Confederação de Trabalhador Rurais do Brasil (CONTAG) - Conselheira do CNDM	- Irregular
Miguê	- Cooperativa de Portadores de Deficiência	- FMPE - Conselho Estadual de Saúde	- Regular
Papoula	- Sindicato -----	- FMPE	- Regular
Angélica	Articuladora do FMPE	- FMPE - Associada a uma ONG - Filiada a Partido Político - Rede Nacional de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos	- Regular
Petúnia	- Secretária de Mulheres de Partido Político	- FMPE	- Regular

ANEXO III
DEPOIMENTOS DAS ENTREVISTADAS SOBRE DIREITOS
REPRODUTIVOS E CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER

ABORTO

Organização Não-Governamental feminista

Rosa

“... A questão da contracepção e do aborto ainda são questões, do ponto de vista da luta política, da luta pra se conseguir direitos, tanto do ponto de vista do indivíduo, individualmente, quanto do ponto de vista de ser saúde pública como um direito coletivo...”

Hortência

“...O Fórum de Mulheres, ao meu ver, eu participo do Fórum, mas o Fórum precisa ter discussões políticas sobre determinadas coisas, uma é sobre o aborto. Não teve, não teve ainda. Esse rolo todinho, a gente fez a campanha, a gente envolveu-se com isso, quem tava envolvida é porque é favorável, outras que não estavam, também não se pronunciaram, se não estavam é porque não era favorável, ou porque não teve tempo; qual é a posição? Mas o fato é que você não pode dizer que o movimento de mulheres hoje, é a favor do aborto. Porque você vai vê lá dentro, pode até dizer, mas se você for discutir lá dentro, você vai vê que isso não é a realidade, que isso não é um consenso. São questões assim bastante delicadas. Eu sou a favor completamente do aborto como um todo... O tempo não permite mais que a gente fique presa a situações que não tem nada a ver mais com a nossa história, com a nossa condição de vida. Eu acho que a gente tem que ter a preocupação de não ter uma gravidez que a gente não deseja. Eu acho que isso sim é responsabilidade. Agora, por alguma razão essa gravidez acontecer e por alguma razão não ser possível levá-la adiante, por que não? Por que é que a gente tem que ser obrigada a carregar uma coisa, um peso, e depois sacrificar outra pessoa que vai nascer? Não é nem tanto somente por a gente, é por quem vai nascer... Acho que é uma questão muito prática. Claro, que quem vai para um negócio desse tem sofrimento. Eu não acredito que seja assim friamente do jeito que eu estou dizendo, não é. Eu acho que resolver um aborto vai de encontro a muitas coisas. Por mais independente que a gente queria ser, todas nós, independente disso, tem crença, tem uma série de condições que não é fácil você interromper uma gravidez. Vem toda uma contradição. De alguma forma vem as histórias ‘ah! estou matando, é meu filho...’. É um negócio que não é fácil! Olhe, se você vai pegar sob ponto de vista da medicina, por exemplo, os médicos, de uma maneira geral, a gente vai começar por aí, porque é onde se finaliza essa história, ou quando se provoca um aborto e é mal sucedido e precisa de um atendimento médico, ou quando você tem dinheiro, paga a alguém pra fazer um aborto com toda segurança, quem faz são eles. E se você não pode chegar até eles, você vai para um curandeiro, ou uma fazedora de aborto, que coloca tua vida em risco. Então, qualquer lado e lugar que você for, você

vai desembocar por aí. Então a ética médica ainda é uma ética assim, muito fechada, e isso cria muitos problemas. Nós começamos a discutir essa história do aborto legal aqui em Recife e foi promovido alguns debates, inclusive com gente do judiciário, com gente do Instituto Médico-Legal, com parteiras e com médicos e com esse pessoal todo. Então cada um colocou suas dificuldades de aceitar essa história. O médico diz, 'eu fui formado pra preservar a vida e não pra matar'. Toda formação que eles recebiam, eu acredito que hoje dentro da universidade essa coisa já esteja... Não que se fale abertamente dentro da universidade 'você deve fazer o aborto'. Eu não acredito que seja por aí. Mas o próprio pessoal que tá chegando nas universidades e que tem uma outra forma de viver, de pensar, eu acredito que pode haver mudanças, mas os médicos que são professores, eles ainda são muito dogmáticos em relação a isso. Então dentro do IML, aí você tem restrições de várias naturezas. Os juízes são terríveis! O judiciário é uma das coisas mais reacionárias e conservadoras que nós temos no nosso país. O judiciário é o que existe de mais conservador. Então você levar um juiz pra um campo desse, precisa ser um cara excepcional. Felizmente nós temos, hoje, no judiciário muitas promotoras, e são elas que estão assumindo, que estão trabalhando com o pessoal nesse sentido, agilizando os processos. Porque isso, num caso de um estupro, você tem que agir rapidamente. Aí você tem uma outra coisa que se chama a contracepção de emergência. Aí você tem a pílula do dia seguinte, que poderia ser administrada, porque evitaria a gravidez. Então uma intervenção imediata, nesse sentido, não seria um aborto, seria evitação do aborto. Mas, os peritos do IML, não querem aplicar uma medicação da pílula do dia seguinte, porque isso não é competência deles. Eles são peritos somente para constatar se houve ou não o estupro. Quer dizer, é uma loucura um negócio desse. Quem vai administrar é o outro médico, até ela ser vista pelo perito e chegar no outro médico e ele ministrar, ela engravidou, porque o tempo já foi cumprido. Pra você vê como o negócio é complicado. Então até você desmontar esses esquemas das pessoas, afastarem essas pessoas que são as pessoas que fazem, que chegam na ponta dessas histórias toda, a ser ágeis em relação a isso, você precisa desmontar cabeças mil. E isso não é fácil através de uma discussão. Aí você vem com a questão institucional, você vem com a questão ética, religiosa... é muito complicado esse negócio. É um nó muito grande. E, pra completar, ainda tem a igreja, aí que acha que tem direito de interferir na vida das pessoas. E qual é o retorno que a igreja dá pra melhorar as condições de vida das pessoas, concretamente? Qual é o trabalho que a igreja faz, que de fato faz, signifique que as pessoas passem a ser pessoas autônomas? Então vem falar de que é moral... Olha, eu não posso te dizer que todas elas [da ONG] concordam, mas pelo que eu percebo, sim. Porque na campanha que nós participamos que teve uns cartões, todas nós, a gente colocou aqui e disse: 'olhe, quem quiser assinar, não é nada obrigatório, quem quiser assinar tá aqui'. E todo mundo assinou. O pessoal todo que circula dentro da [ONG] assinou. Por isso é que eu acho que é aceito, não é uma coisa imposta. Mas aí foi explicado também que aquela campanha era pelo aborto legal, e se explicou que é diferente de ter uma posição mais ampla, como a que eu tenho. Eu sou a favor do aborto em qualquer situação..."

Jasmim

"...Olha, pra ser feminista tem que concordar com o aborto. Eu acho que isso daí é

uma condição. O seguinte, olha, a questão do aborto é se você for ver o seguinte: primeiro, você aí lida com a questão social seriíssima; você lida com a questão da falta de direito seriíssima; de repressão física e psicológica seriíssima, e falta de autonomia em relação ao seu corpo, em relação ao direito de escolha. Então como é que você pode ser feminista se, de repente, você priva este objeto de fixação de trabalho seu, que é a mulher, de ela poder decidir o futuro da vida dela, ela decidir sobre o seu corpo? Ela tem uma condição biológica e ela ter que se submeter a essa condição biológica? Ou então a condição de opinião externa? Ou então a condição de um dever que não é um direito dela, é um dever da maternidade? Toda essa coisa não cabe tá? Você pode dizer o seguinte: eu não concordo com o aborto. Se é uma luta política eu posso dizer pra mim o seguinte: eu nunca farei um aborto, eu não concordo pessoalmente, com o aborto por causa da minha religião mas, politicamente, eu vou lutar pra que outras mulheres que queiram ter esse direito, elas tenham esse direito assegurado. Se algum dia eu tiver que escolher fazer um aborto ou não, eu vou dizer: não, eu não quero fazer o aborto porque eu tenho, vamos dizer, uma ideologia naturalista, ou porque eu tenho uma ideologia religiosa que é muito forte na minha vida. Mas, politicamente, eu quero assegurar esse direito pra que as mulheres tenham. Como é que a mulher vai poder escolher o que ela quer pra vida dela, se ela vai se submeter a vida toda às condições biológicas, quando a cabeça dela não tem condições de aceitar isso, quando o corpo dela não tem condições de aceitar isso, quando ela não quer uma coisa, ela vai ter que ser submetida ou obrigada a aceitar uma coisa que não cabe pra vida dela, pra os direitos dela, pra cabeça dela? Fora isso a questão pública mesmo, a quantidade de mulheres que tão morrendo, que tão fazendo isso na clandestinidade, por que? Porque não tem acesso à informação, porque não tem acesso à escolha. Porque se você for por esse caminho, se é uma luta política, é impossível eu negar esses direitos ao meu objeto de revolução política, que é o direito da mulher. Você, politicamente, tem que se colocar dentro de uma luta que é direito pra todas. Você vai privar os outros porque você não concorda em relação a tua opinião pessoal? Agora, no Fórum inclusive isso aí sempre é um tabu. A questão do aborto é tão profunda, tão séria, que é uma questão de tabu. É muito séria. Isso daí é uma coisa que até dentro do próprio movimento feminista, até pras próprias mulheres que são feministas, é difícil discutir essa questão. Por quê? Porque tem isso, as pessoas confundem suas posições pessoais. Têm grupos que lutam por moradia, ou lutam por profissionalismo, por isso e por aquilo outro, mas como o grupo ideologicamente não concorda com o aborto, você tá entendendo? Então é onde a gente volta àquele ponto: o feminismo são reivindicações, lutas e tal, dentro de uma ideologia que busca direitos pra mulheres, direitos que foram reprimidos, que nunca foram exercitados, não são direitos individuais como pessoas e sim pras mulheres, como seres humanos. Então, [na ONG] todas nós politicamente concordamos, somos a favor do aborto por posições políticas. E, possivelmente, todas pessoalmente também, no momento de escolha em que a escolha é não, e se a escolha é sim maravilhoso, levar essa coisa a termo legal, gravidez. Mas, se teu coração, teu corpo, não pede tal, com certeza ela vai ter o apoio externo, porque é político. Com as parteiras tradicionais, que é o público com quem a gente trabalha é um tabu, é uma dificuldade, a gente não trabalhou isso pra poder trabalhar com elas. A religiosidade é fortíssima, a questão cultural é mais forte ainda. A naturalidade dessas mulheres gestar e parir dentro da submissão delas é imensa. A gente trabalha com planejamento familiar com elas, já há uma dificuldade imensa com elas: 'não, pra quê? Eu tive 15 filhos, criados no quintal, era fácil'. E parir é uma coisa fácil em todo

aquele contexto simplista. Também tem muito de submissão: passar a vida toda lavando, cozinhando, cuidando de filho, depois começa a cuidar de neto, depois começa a cuidar dos bisnetos...temos várias coisas que a gente consegue trabalhar com elas, vamos dizer, a condição da mulher a gente trabalha. A questão do aborto é um tabu imenso, elas não fazem aborto, parteira tradicional não faz aborto, ela pode saber 300 maneiras de fazer, mas fazer o aborto não. Quem faz aborto é parteira de cidade, que já fez enfermagem. Porque as mulheres, as parteiras que a gente trabalha são muito aparadeiras, elas esperam muito o menino nascer, elas não interferem muito lá dentro, elas não conhecem sequer o útero como é....”

Gardênia

“...Cansei de falar com feministas notáveis aqui de Pernambuco, logo que eu cheguei e o pessoal dizia: não, é uma questão muito complexa, tratar de aborto. Hoje está todo mundo falando em aborto. Deixou de ser complexo?... A instituição [ONG] é totalmente a favor do aborto, claro. Aborto não é uma questão de saúde, é uma questão de saúde pública. Hoje no Brasil tem que se legalizar, tem que se botar aborto dentro dos hospitais, pra evitar de matar mulher, são milhares de mulheres que morrem...”

Articuladora do Fórum de Mulheres de Pernambuco

Angélica

“...Agora eu acho, Suzana, que o Fórum, apesar de ter essa hegemonia feminista, mas eu tenho uma avaliação que nós ainda estamos muito devagar. Aí eu vou te dar um exemplo: teve o Lobby, em Brasília, com o CEFEMEA, com a história do PL20, do aborto legal, do aborto previsto em lei, aqui em Pernambuco, mesmo que a gente tenha feito essa campanha, quando a gente lançou um panfleto nas delegacias e nos hospitais onde se faz o aborto legal, que é o Agamenon Magalhães e o CISAM, Centro de Saúde Agamenon Magalhães, mas ainda é uma coisa muito isolada. A gente vai, solta aquele panfleto, aí dá uma pequena entrevista mas, a nível nacional, a gente tá muito devagar com relação, por exemplo, à força da igreja. Você vê que com a vinda do Papa, Ruth Cardoso, casada com Fernando Henrique, primeira dama, ela ousou comentar na vinda do Papa que essa questão não era um problema da Igreja, a questão do aborto e tal, e nós ficamos muito caladas nessa história... A gente já teve várias discussões sobre isso no Fórum: o que é que a gente pode fazer em Pernambuco e a nível nacional pra que a gente traga a discussão do aborto pra sociedade? Eu acho que as feministas nos anos 80 trouxeram essa discussão de forma raivosa e despolitizada e hoje a gente tem condições de trazer essa discussão mais cabeça fria e, ao mesmo tempo, politizada. E, assim, eu não tô nem falando discriminalização, tô falando do que tá aí pra investir em lei. Eu acho que ainda estamos muito devagar... É uma bandeira do feminismo o aborto legal... Então a gente tem mais é que rasgar o véu e dizer o que a gente quer com o aborto legal, a gente quer discriminalizar esse negócio, que as mulheres têm direito, mas isso sempre foi recuado, isso sempre foi uma coisa... não é que não se pode dizer que o Fórum de Mulheres é a favor do aborto, é que essa discussão sempre ficou emperrada. A gente trouxe várias vezes essa discussão. Eu acho que assim, hegemonicamente, a maioria, as pessoas que sempre falaram como coordenação [do FMPE], eu e outras pessoas

vinculadas, sempre nos declaramos a favor... Mas o que eu quero dizer é assim, tem algumas questões que a gente assume que o Fórum faz, mas se a gente for sentar e radicalizar ali, aí um grupo já vai: 'não sei se eu posso'. [ONGs], por exemplo, Sindicato, esses grupos já disseram claramente que não podem publicamente assumirem pelo grupo ou a categoria a legalização total do aborto. É mais nesse sentido. Enquanto o aborto previsto em lei não, como é uma coisa que tá na lei, o pessoal todo concorda..."

Feminista Independente

Dália

"...Eu posso apoiar a lei de aborto e jamais fazer...Tá aí Hebe em Caras, aquela revista safada, dizendo: 'sou pelo aborto, essa sociedade é hipócrita'. Tá Ivone Gebara: 'sou pelo aborto'. Tá aí um montão de gente: 'sou'. Não sou pelo aborto, ninguém apoia o aborto, sou pela maneira de fazer o aborto. Já que vai fazer, que é você que vai fazer o aborto, que você faça de uma forma digna e que não exista essa lei que te proíba. Querem tirar a lei que proíbe e, ao tirar a lei que proíbe, não ter mais proibição, instaurar serviços pra funcionar o aborto. Agora, se uma mulher que não defende o aborto, é feminista ou não? Eu acho que ela pode até ser porque o feminismo não é um conduto de regras e de normas, não tem um modelo, o resultado disso é uma apropriação de experiências de vida refletido. Por exemplo, [uma colega] que trabalha comigo, ela não é feminista. Ela diz: 'eu não sou feminista'. E eu digo: 'você é'. Ela defende de corpo e alma o aborto, ela é Judia, já tem outros complicadores que entram aí, que ela tem que discutir com essa cultura dela, que apesar de está dentro do Brasil, é forte pra chuchu, mas ela defende o aborto, mas ela não é feminista, isso aí não é divisor da ação política..."

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

"...O aborto é um mistério. Todas já fizeram ou fazem aborto, sabem mil chás, mil palitinhos que botam dentro do útero, mil coisas que fazem, mas sempre o aborto é um crime. É. Sempre o aborto é um crime, que a igreja condena, que o Papa condena, mas todas fazem. A gente discutiu com as trabalhadoras sobre o aborto legal, mas não participou da campanha porque elas não assumem assim publicamente o aborto, né? Não assinou a campanha porque não foi autorizado pelas trabalhadoras. É muito pela questão religiosa. Muito pela questão religiosa. Ah, elas explicam de mil modos. Que Deus não quer isso, que Deus é que manda que elas tenham a quantidade de filhos, que não pode fazer isso, que é um crime. Elas aceitam o aborto por estupro, esse tipo de aborto elas aceitam, mas o aborto liberal, o aborto total não, elas tem dificuldades de aceitar por conta da religiosidade. E esse outro aborto né? O aborto legal é um pouco distante delas, porque pra elas isso tudo é muito utópico. Não têm hospitais na região que tratem disso, é utópico pra trabalhadora. Depois, elas nunca sabem que vão ter um filho anormal. Elas nunca sabem, porque não passam por ultrassonografia, nem por nada e os filhos, se têm um defeito ou qualquer coisa assim, eles estão nascendo, porque elas não sabem. É muito diferente a vida das trabalhadoras, é muito distante dessa questão dos direitos de cidadã, é muito aquém. Esse aborto legal eu acho

completamente correto. Esse aborto mais aberto, mais liberal, eu acho complicado, porque eu acho tão pessoal essa questão do aborto, sabe? Eu acho que é uma decisão tão da mulher, de cada uma, é cada caso tão específico. Eu acho que precisa realmente uma lei que acoberte, mas a decisão é muito pessoal. Que você decida sua situação, se você pode ou se não pode. Que é que vai ser aquele aborto pra você? Como é que vai ser? Agora, acho que é legal que exista né? Agora, pra mim, o mais importante é você pensar antes, se você quer mesmo aquele filho ou se não quer. Tem tantos meios de se prevenir hoje, não é? Eu acho que o aborto é sempre uma agressão tão grande à mulher, ao seu corpo, ao seu psíquico. Normalmente ela fala com tanta mágoa do aborto. Se puder evitar é melhor...”

Sindicato

Papoula

“...O problema do aborto, o problema é a própria mulher que faz, ela faz numa situação, mas parece que aquela culpa de pecado ainda fica. Eu não sei porque, eu nunca fiz aborto, nunca tive necessidade de fazer aborto, pra eu poder dizer. Mas eu conheço muita gente, muita doméstica que fez aborto, mas diz ‘não, eu não sou a favor’. É quase que ela fez aquilo por causa de uma situação, mas ela é contra aquilo. Eu acho que o problema do aborto tá mais pra isso. Se o aborto fosse legalizado, eu acho que essas culpas desapareciam, claro! porque ela faz mesmo. Por isso que esse problema - o aborto legalizado - ele não vai impedir de ter aborto, ele seria ter esses casos da mulher com essa problemática todinha, mas as mulheres que faz aborto eu acho que não faz aborto mesmo assim de propósito, é uma situação. É a menina que engravida e que pensa que não vai engravidar. Eu acho que ainda tem muita discussão pra fazer um aborto. Eu mesma eu era muito contra aborto porque era muito mais por causa da religião, agora nunca condenei ninguém que fizesse aborto, Inclusive já ajudei doméstica, já botei doméstica na minha casa, já comprei remédio, já acudi, que tava lá tremendo de febre. Deus me livre de eu condenar nenhuma! Mas eu nunca ia dizer pra uma que fizesse aborto. Não vou dizer a nenhuma que tem que fazer aborto, Deus me livre! Ela é quem tem que decidir. Eu não condenava assim, mas sempre achando que ela tinha cometido um pecado, o problema é que eu não devia, mas achava. Hoje eu não acho isso e entro em qualquer luta e podia ser que eu nem tivesse coragem de fazer um aborto. Eu acho que precisava de eu chegar numa situação pra dizer: eu faça ou não faça? Porque tem coisas que a gente diz que não faz e faz, e diz que vai fazer e não faz. Eu acho que a situação, o momento é que vai dizer. Eu acho que por isso, no momento ela faz e depois diz que não tá a favor, porque foi aquele momento que fez ela fazer, mas ela talvez não quisesse fazer, mas o momento levou. Eu acho que tem muita confusão nisso. Teve a reflexão do movimento de mulher, das feministas, vendo o problema de saúde, levando mesmo o problema de saúde, foi que eu comecei a ver o problema. Dos que eu tinha visto na prática eu achava que nunca tinha problema de saúde, eu achava que fazia e depois não tinha problema. Mas, quando eu vi a coisa séria que levava, aí eu disse: vixe Maria, Deus me livre!... Então esses casos que eu vi, porque se elas fazem, porque eu também acho que tem as pessoas que são contra, que acha que quando a gente diz que tá a favor parece que a gente é a favor de mandar dizer pra mulher: ‘faça aborto’. A gente tá é a favor que ela, chegou uma situação de fazer, que ela faça num lugar legal, mas não pra tá dizendo faça aborto. Ninguém diz isso, porque tem tudo aí pra evitar, se fala, se

diz tudo. O que quer é que na hora que ela decida pra fazer, por uma situação ou por outra, ela faça num lugar decente, que não corra risco de vida. Eu acho que é o negócio de tanto ouvir dizer que é pecado, é muito culpa. É uma culpa, justamente, porque acha que tirou a vida de uma pessoa. Aquela coisa, direito à vida, direito não sei o quê, direito não sei o quê, e a pessoa às vezes não tem tanta capacidade de analisar, de ver isso como as pessoas que já tão bem consciente e que diz que discutiu, que refletiu, o que vem de problema na saúde, que vem no problema de tudo, às vezes a pessoa não tem essas condições né? Ai fica muito é vítima de um lado e vítima do outro. Vítima porque fez o aborto. Eu acho que tem o problema dos homens não assumirem, o homem não assume e a mulher é quem fica com ele e depois é quem vai assumir tudo. Uma menina que fica grávida e que os pais não querem o filho, o cara que fez não assume, não tem nenhum problema pra ele agora, vai ter problema pra quem? Pra ela. Que o pai não quer, ninguém quer, renega tudo. Ela, coitada, é quem tá com todo perigo. E às vezes tem umas que não teve situação, mas não quer assumir. Então parece que o filho é só da mãe. Teve rapaz aqui, sobre aquele cartão [da campanha do aborto] que eu conversava com ele: ‘olha, tu acha que aborto é um problema só da mulher?’ Porque os homens acha que num foi a mulher só que engravidou? A mulher engravidou sozinha? Ela engravidou com outro homem. Só que ela é a vítima, que ela é quem tá com ele, ela é quem vai correr risco, ela quem tem que assumir. Então, quase todas assinavam o cartão. Eu vi no dia que as Loucas [de Pedra Lilás – ONG feminista] foi pra rua foi uma aceitação muito grande. Uma aceitação assim fora de série. Quando a menina ia pra lá explicava, era muita gente querendo assinar. O SOS pegou muita assinatura, eu não tive uma pessoa que eu fosse que não quisesse assinar. O homem disse: ‘eu de uma religião, sou contra o aborto. Mas nesse caso, não. Nesse caso eu assino mesmo’. Porque aí já é uma situação que a mulher vai morrer... a gente fez um seminário aqui [no sindicato] que uma mulher se levantou e disse que ela tinha filho dum estupro, ela e uma irmã. Então, ela quase chorando dizendo isso, todo mundo aceitou, depois uma menina disse: ‘olha, você fez isso, ninguém tem que ser contra você porque você, ou sua mãe, quem quer que queira, ninguém pode ser contra você. Também você não pode ser contra de uma que foi também estuprada e que não quer ter’. Então ninguém pode ser, cada uma tá no seu lugar. Eu sou a favor por causa desses problema...”.

Partido político

Petúnia

“...Bom, nós da Secretaria [de Mulheres do partido] somos favoráveis não só à implantação do aborto previsto em lei, mas à legalização, regulamentação do aborto. Mas não é unânime no [partido]. Veja, eles não são contra do mesmo jeito que a Igreja conservadora, mas é muito: vamos vê como é que é. Esse pessoal da Teologia da Libertação rompe, mas não rompe tanto assim, tanto é que dentro da Igreja Católica é a Ivone Gebara e Frei Beto que sai à frente desse debate sobre o aborto. Então tinha uma pressão muito grande e eu lembro que a gente passou o Encontro [do partido] inteiro junto com outras da Secretaria Nacional [de Mulheres do Partido], passamos o encontro inteiro debatendo isso: qual era a redação que se dava à formulação sobre essa questão. Tinha uma frase lá que era: ‘garantir o direito de

livre escolha'. Aí o debate era com os caras da Igreja: 'não, livre escolha não dá porque induz, já indica muito claramente a possibilidade de fazer aborto como se queira', mesmo que na formulação tinha essa questão dessa referência de modificar a lei, de incentivar a mudança da legislação pra poder ampliar, isso foi a debate. Foi interessante porque houveram muitas concessões por parte das feministas, que acabamos tirando essa formulação da livre escolha, mas eles também abriram mão, porque tinha a idéia de que tem que retirar, porque afinal de contas a gente queria ganhar as eleições... Os setores que são contra são os setores mais identificados com a posição mais tradicional da Igreja e que achava que tinha que retirar isso da deliberação, tinha simplesmente que não fazer menção até porque, se depois de ganhar [a eleição de 97] a gente podia mudar, mas tínhamos que garantir a vitória, era uma questão tática, digamos assim, e a gente achava que não, porque tinha que fazer campanha fazendo menção a isso, que isso era algo importante para as mulheres, que isso era algo importante pro movimento, enfim, pra modificar essa relação. Por que na campanha a gente tem que obscurecer um debate que é feito? Uma posição que é defendida dessa forma? Apesar de que era essa a posição que se construiu no programa de governo. Você tem pessoas no partido que são radicalmente contra o aborto, posição tradicional mesmo, têm a maioria que concorda com o que está previsto em lei. Claro, que a gente teve o caso do Hélio Bicudo, lá na câmara. O Hélio defendeu, foi favorável ao projeto lá do Inocêncio e aí foi de lascar! Porque o Hélio Bicudo é uma pessoa de muita legitimidade, não é apenas a idéia de ele ser um deputado federal e aparecer como a posição divergente, é que ele é um cara muito respeitado nesse campo de direito que ele atua. Aí a pressão das feministas, com a direção nacional do partido, pra que a direção do partido pressionasse o Hélio Bicudo pra não fazer isso. E o que a gente conseguiu foi o seguinte, ele não abriu mão da posição, mas ele não foi votar. Você ao mesmo tempo, que tinha um Hélio Bicudo, você tinha um Genuíno, um Zé Eduardo Jorge e outros caras com posição completamente diferente... Agora, no Fórum de Mulheres não é consenso não, é uma posição majoritária, eu diria que ela é tão majoritária que as posições divergentes não são apresentadas, as pessoas que participam há mais tempo do movimento de mulheres são claramente favoráveis, aquelas novas, você vê aquelas carinhas assim na reunião do tipo: poxa! é isso mesmo? Com um certo medo: é essa mesma a minha posição?... A questão que define isso é a proveniência religiosa, é o vínculo religioso. Eu tenho conversado muito isso, que a pressão que algumas fazem pra que outras que são da Igreja se coloquem na Igreja ou publicamente favorável ao aborto. Uma delas disse numa reunião: 'por que é que eu vou dizer isso publicamente se o que eu falo não faz muito efeito na Igreja?' Eu achei uma sabedoria danada, é uma coisa assim de não forçar a barra delas, porque é difícil... O Fórum já fez tantas e tantas coisas a favor, que é uma contradição para quem participa do Fórum, tá lá dentro e ficar omissos ou não se colocar diante disso, porque tem campanha, debate, mobilização, assinatura... Eu acho que há divergência, eu acho que essa estratégia do movimento, que é a de garantir pelo menos a implantação do que tá previsto no código penal é algo também polêmico, porque é claro que é preciso garantir o que tá previsto na lei, mas é importante que junto com isso, que se faça um debate pra ampliação do que tá previsto na lei e, muitas e muitas feministas, ficam só querendo garantir o que tá previsto no código penal. Isso acho que retarda todo um debate, uma mobilização que vem sendo feita há anos e anos e anos pra garantir a legalização e a regulamentação de outros casos e no Fórum, ficou de se fazer um debate e até agora não foi feito, tá adiado, mas eu acho que tá faltando esse debate. É interessante a gente lutar pra

garantir o que tá previsto na lei, mas não só. Tudo bem que garantindo isso você cria um terreno favorável pra ampliação, mas eu não sei se a estratégia é só a gente ficar querendo implantar o que já tá garantido, eu acho que deveria se trabalhar nas duas frentes e hoje a frente é única...”

Organização não-Governamental não feminista

Violeta

“...A questão do aborto nunca foi aprofundada [na ONG] não. Não foi aprofundada e, as poucas vezes que foi discutida, têm uma pessoa que é contra. Mas todas que já fizeram aborto não têm nada contra, mas não é uma questão levada muito na profundidade que precisa, até porque tem uma solidão no grupo. A questão da saúde, éramos eu e uma companheira nutricionista, tínhamos nós duas, uma dava apoio à outra, quando ela se afastou eu fiquei sozinha, aí as outras 4 se dedicam mais a questão da educação...”

Orquídea

“...Eu tenho um pensamento completamente diverso nunca nos sentamos, enquanto instituição, pra vê essa questão. Até porque as próprias clientes não podem engravidar, e a maior luta da gente com relação à oficina de sexo seguro, é porque elas sendo soro-positivo, elas não devem engravidar. Não é que elas não podem, elas não devem, porque sabem que têm um grande risco pra essa criança, pro futuro delas e o pro próprio futuro das crianças. Então a gente não convive com isso como uma entidade, como o Centro das mulheres do Cabo, da Casa de Passagem ... então não existe muito isso. Pra mim isso é uma coisa muito pessoal, e é até bem divergente do grupo que eu faço parte na igreja. Você sabe que a igreja realmente tem uma postura muito conservadora com relação ao Aborto. Eu pra essa questão de estupro e de perigo de vida, que é o que a lei está permitindo, eu sou favorável, mas de vez em quando, me pego assim: será? é ou não é? E eu fui confrontada esta semana por minha neta de 10 anos, que é da Academia Cristã e trabalhou com aborto, e me trouxe um feto dentro de vidros e trouxe todos os tipos de técnicas possíveis e imagináveis do aborto. E disse: ‘tá vendo vó, isso é um começo de uma vida’. Aí ela foi me dando algumas coisas e começou a me colocar em xeque. Outro dia eu estava conversando com uma pessoa da igreja sobre isso, de como é a questão de você criar um filho que você não gerou prazerosamente e que foi consequência de um estupro, como será isso? Será que a morte que você der a ele numa vida pobre, pequena, porque o argumento que se usava era o seguinte: ‘não, tenha o filho e coloque numa instituição’. Mas será que isso é vida? Porque eu tô rejeitando do mesmo jeito. Ai entra uma série de coisas. Mas eu tenho muito certo que realmente a questão do risco de vida entre a mãe e o filho, por que você vai deixar o filho se você pode salvar a vida da mãe? Uma gravidez de risco, um problema assim que acontece, é claro que a gente vai optar. Se puder salvar os dois, ótimo...Eu não sei o pensamento da [ONG], não estou falando pela [ONG]. O meu pensamento é entremeado. Eu concordo com a lei, que já existe desde de 1940, parece que já estava em lei, mas não era executado e não sou favorável ao aborto indiscriminado. Acho que muitas vezes as pessoas não

pensam, mas que hoje existem muitos métodos corretos e seguros pra que isso seja feito. E existe pilula, existem tantas artimanhas, tantos artificios e às vezes eu temo que o aborto seja indiscriminado, só pelo simples fato de você ser dona de seu corpo, não é de outra vida. Meu pensamento é um pouco mais conservador. Mas respeito o pensamento delas. Eu já fui pra muitas discussões em que se falou sobre o aborto indiscriminado. Mas eu não levanto nenhuma bandeira. e sou mais nessa linha que existem alguns momentos em que você permite isso...”

Cooperativa

Miguê

“...Dependendo do caso, eu acho que o aborto deve ser praticado. Pelo menos nesses casos previstos em lei, e pode até acontecer outro caso que não seja previsto em lei, mas que coloque em risco a vida da mulher, ou que se diagnostique que aquela criança vai só cumprir um tempo mas depois de ser cumprido o seu tempo ela vai ser inútil, ela vai só sofrimento à mulher. Ela só deveria nos casos previsto em lei. Independente da lei, se ela engravidou por um descuido, por um acaso, eu acho que ela tem é que levar. Se ela não quer criar, então ela dê a alguém, faz adoção. Não falta quem queira não. É uma vida que ela gerou por um descuido ela tem a responsabilidade de, pelo menos, levar aquela vida a termo e dar um destino digno a ela. Mesmo que o pai não assuma, Nesse caso aí ela vai encontrar outros também que não assume, ela tem que ter a responsabilidade de deixar que não aconteça outra vez. No caso, por exemplo, ela tá tomando contraceptivo, mas o contraceptivo não fez efeito e ela engravidou, ela não deve abortar não, ainda assim eu não concordo que ela aborte não. Ela aborta e depois ela continua fazendo o método e depois esquece, depois engravida de novo e o outro que ela encontrar pode não assumir. Ela tem o dever de se prevenir. Mesmo o caso de ela se prevenindo e o método falhando ela tem o dever de levar a gravidez até o fim, que já seria indesejado por ela, né? Mas eu acho que ainda assim ela deveria levar até o fim...”

Clube de mães

Acácia

“...Meu posicionamento é coisa mais difícil do mundo. Veja bem, por um lado, eu, como pessoa humana, aí eu fico pensando na situação dessas mulheres que estão todo dia, aí, morrendo nas mãos de pessoas sem o menor escrúpulo. A questão do estupro, que é outra questão difícilima. Como uma mulher carregar uma criança que veio de um ato de violência tão grande? Agora, todos os movimentos que têm eu não consigo tá fora, eu fico dentro mas, ao mesmo tempo, a minha concepção religiosa é cardecista, é espírita, aí tem a questão da reencarnação. Eu já procurei conversar com o pessoal do Centro. Eu sou uma cardecista só por convicção. Eu já vivi muito tempo de centro, mas hoje em dia eu estou muito relaxada. Apesar de eu gostar, de eu

achar bom, sei que é importante, minhas filhas são também, meus netos já participam das escolinhas. Aí vem essa questão da reencarnação pra mim que eu acredito. Aí eu fico pensando, pra mim é uma coisa muito difícil. Não consigo me afastar... Veja bem, a partir do momento que a mulher engravida, no momentinho mesmo, ela tá reencarnando um espírito. Por exemplo, quando eu morrer, depois eu vou voltar na barriga de alguém, é o mesmo espírito. Meu espírito é um só, eternamente, agora o meu corpo ele pode ser vários. A partir desse momento, se você aborta, você tá tirando a oportunidade daquele que, talvez, tenha esperado tanto tempo pra voltar e terminar de corrigir as coisas ruins que ele deixou por aqui. E eu acredito nisso firmemente. Então a partir de quando você corta esse elo, você tira a oportunidade dessa criatura que precisa daquele momento, que pode até ter sido um ex-filho teu, ou um amigo, ou um marido, ninguém sebe. Deus é tão perfeito que deixa a consciência da gente amortecida, a gente não lembra de nada, nem do de lá, não sei se chegando lá a gente vai se recordar do de cá, então tira essa oportunidade. E, ao mesmo tempo, a doutrina ensina que esses espíritos que esperam às vezes tanto tempo por uma encarnação, e que vem e é barrado, a gente não aceitar, a gente abortar, ele pode ser um futuro perseguidor daquela pessoa que não deixou que ele nascesse e ele estava precisando. Então, como eu acredito plenamente nessa questão, pra mim fica difícil. Eu já tive momentos assim: não, é isso mesmo, tem quer ser, a gente já não se agüenta mais, é muita mulher morrendo, é muita coisa acontecendo, é muita violência, mas depois, se eu paro um pouquinho, aí eu começo a refletir, aí começa a me doer a consciência, eu estou vivendo esse período. Aí se torna difícil pra mim. Mas, também, quando chega na hora da luta, eu estou lá. Agora entender é que eu não entendo porque é que eu estou lá, mas eu estou. Aí eu estou passando por esse momento agora. Agora também eu não sei porque. É pra fazer assinatura, vou fazer, é pra ir não sei aonde, vamos. Eu não sei se é a questão do compromisso, quer dizer, dentro de mim eu tenho um compromisso com o feminismo. Eu tenho um compromisso com essas companheiras que acreditam em mim. Mas eu tenho um compromisso com alguém maior. Mas naquela hora, eu vou. Eu acho que é a questão do compromisso, porque compromisso pra mim é uma coisa muito forte, pode ser por menor que ele seja, pra mim é muito forte. Se eu me comprometi eu tenho que fazer, me custa, mas eu tenho que fazer é uma questão de direito, a gente tem direito. Olhe é muito complicado na minha cabeça! Eu tenho que ser muito honesta é muito complicado. E eu acho que não é só na minha cabeça não. Porque de um lado você vê o direito, o teu direito, o direito das mulheres, se é lei, é direito. A lei já existe, então ela tem que ser aplicada. Mas, por exemplo, eu não deixaria uma das minhas filhas procurar essa lei. Eu seguraria a barra, como seguro até hoje, meus netos inclusive. Então é muito complicado. É tão complicado que eu sofro com isso. Eu sofro. Eu estou no conflito, de qualquer forma os meus irmãos me ajudam. E eu acredito que eu tenho fé. Isso tá muito enraizado em mim, e no meu compromisso com as companheiras. Isso dá um conflito que me faz sofrer, e que na hora “H” lá estou eu: gritando, assinando. Uma assinatura minha, hoje em dia, sai com a maior dificuldade do mundo: eu quero assinar, eu não quero, quero não quero. Eu já conversei com o pessoal do Centro, mas eu acho que eles foram radicais, também. Aí, também, eu analiso essa parte. Eles são radicais nessa questão de não querer ouvir falar nisso. Quer dizer, eu acho que não é por aí, também. Mas você lê a Doutrina, tudinho, (...) não deixa margem não. Eu acho que vou ter que resolver isso lá por cima...”

Verbena

“...Pelos meus princípios eu não sou a favor. Agora, depende, porque primeiro eu acho que essa polêmica agora, com essa lei, que já é antiga, de 1940, que não foi uma coisa nova, é uma coisa que já existia. Eu acho que no estupro é garantir a saúde da mulher, eu acho que deve ser feito. Depois, não foi uma coisa criada agora, é uma lei que já existia. O pessoal faz e acontece, mesmo com a lei no papel tá acontecendo e milhares de mulheres estão morrendo aí. Nesses dois casos eu acho deve existir. No clube de mães a polêmica é grande. Eu acho que talvez somente eu concorde. A gente tem até medo de fazer discussões porque elas podem se afastar e a gente têm medo do afastamento. Aí é um negócio muito polêmico. A gente não participou daquela campanha do aborto não. Teve aqui um encontro, parece que foi em 96, teve aqui um dia Internacional da Mulher e foi feito numa semana aqui, a semana da mulher, e teve uns debates no clube municipal. Na época a gente: vamos organizar a Semana da Mulher. A gente organizou junto com a prefeitura, e aí veio dois grupos, veio do SOS, que era a favor do aborto, e o grupo Abortar Nunca Mais. Foi uma coisa terrível! Primeiro o SOS Corpo apresentou as teses dela, a defesa e eles deixaram o filme deles pra depois. Aí mostrando aquele filme, o pessoal se dividiu, foi um choque da cebola, de um lado e de outro. Aí é muito difícil fazer um trabalho sobre aborto aqui, porque é um local onde um grande número de pessoas são evangélicas. De todo lado aqui tem igreja e tem a Igreja Católica. Lá [no FMPE] era consenso, porque as pessoas que participam do Fórum, a maior parte delas, participam do movimento feminista, aí era consenso. Eu me lembro que teve uma discussão, num encontro lá em Boa Viagem, que tava eu e tava umas pessoas daqui de Paulista também, aí eu disse: como sempre são contra os meus princípios e eu não sou a favor, mas também não sou contra uma lei que proteja a mulher, porque de qualquer maneira ela faz. Sempre eu disse isso. Aí teve a minha colega que ficou revoltada e disse: ‘não, não, sou contra’....Eu acho que o movimento feminista, com a modernização da Igreja Católica tem algumas coisas que vai muito junto, eu acho que abre mais quando entra para a questão do aborto, ou coisa assim, aí é que abre mais, desvia. Por exemplo, a Igreja não apóia o aborto, aí o movimento feminista apóia, aí nisso abre. Mas, assim, até um certo nível de trabalho, eu acho que caminha junto...”

Magnólia

“... Eu tenho 5 filhos, já fiquei muito tempo internada na maternidade, por conta de um menino doente que eu tenho, eu via muitas coisas absurdas acontecendo dentro de uma maternidade. Principalmente dessa Maternidade da Encruzilhada, acontece coisas absurdas, de chegar mulher gritando dizendo: ‘eu não posso ter filho normal, eu nunca tive filho normal, eu não posso’, e o médico pensar que é safadeza, que é manha, e faz aquela mulher parir de qualquer maneira mesmo e ela vai ter o filho normal, basta ele não querer fazer a cesária. Na maioria das vezes tem mulher que leva uma queda no começo da gestação, leva uma queda, provoca o aborto, quando chega lá que vai dizer ao médico, e o médico: ‘que nada, você é isso, você é aquilo, você é uma vagabunda, você tomou remédio para abortar’. Eu já vi isso dentro da maternidade... Aqui em Pernambuco, se você for fazer entrevista com todas as mulheres que já passou por essa maternidade da Encruzilhada, Barros de Lima, Oscar Coutinho, tem muitas novidades, tem muita coisa, principalmente essas mulheres que abortam. Elas sofrem mesmo... Uma mulher chegou depois das seis horas, eles não

fazem curetagem, chegou com uma curetagem, foi um aborto, vai sofrer até o outro dia, só se chegar morrendo, se ele vê que a mulher chegou bonitinha, arrumadinha e eles estão com vontade, aí eles fazem. Também não são todos os médicos, tem uns que ainda fazem, mas é muito difícil. Até 8 horas da noite eles fazem, passou, não faz mais... Já vi mulher dizer assim: 'que nada, eu vou criar esse filho nada, eu sofri tanto pra ter'. Eu já vi dentro da Maternidade da Encruzilhada adolescente com 13 anos dizer assim: 'que nada, eu sofri tanto para ter esse menino, agora morrendo de dor essas pestes vem botar o menino pra mamar em mim, quando chegar em casa eu vou dá ele pra fulana, se eu me arretar eu deixo aqui mesmo.' Aí eu: 'mas rapaz, não faça isso não, é seu filho'. Ela: 'é? Você não passou pela dor que eu passei para ter ele não'. Quer dizer, são adolescentes inexperientes, mãe de primeira viagem, devia ter uma assistência muito melhor... Eu não concordo com o aborto porque eu acho que um filho é uma vida. A partir do momento em que ele está dentro da mãe, ele quer viver. Um aborto ele só deve ser feito numa necessidade mesmo, tem que ser uma necessidade... Ela tem que ser bem orientada, bem acompanhada pelo médico e não chegar num posto e passar um mês para marcar uma ficha, que é isso que acontece... A partir do momento que a mulher sabe que vai ter que sair com um homem, ela deveria conversar, os dois: 'não, vou usar camisinha'. Até para não pegar uma doença, pode evitar a gravidez e evitar uma doença mais séria né? Tanto pode ser da parte dele como da parte dela, que ninguém sabe quem é que está doente dos dois, e também a partir do momento que a mulher descobrir que ela está grávida, se ela saiu realmente com um homem só, e ela sabe que é ele o pai do filho, não botar na justiça para ficar com o filho não, porque o pai não tem que ficar preso na cadeia para ter que tomar conta do filho. Não, ele tem que ser obrigado a sustentar aquele filho... Se vê que não dá jeito, cria sozinha. Tem tantos filhos por aí que é criado, que não conhece o pai, a mãe inventa que o pai morreu e tem tantos aí que são criados assim. Mas não tem que abortar não, porque uma vida é uma vida... A questão do aborto já foi discutido já, até quando [uma das mulheres do grupo] foi a uma reunião no Fórum, que ela trouxe essa discussão pra cá, aí ela falou. A gente comentou, foi isso mesmo, que realmente existe adolescente, não só adolescente, mas mulher precisando de um aborto que realmente tem que ser feito. Só se a mãe não concordar mesmo. Quando a mãe e o pai não concordam, o médico não vai pegar a força e fazer um aborto, mas tem muita adolescente se aproveitando disso aí... Agora, se tá precisando de um aborto, ela deve procurar os órgãos públicos e vê, ir ao médico primeiramente, se o médico não quiser fazer o aborto, ela se mexe de todo jeito e faz o aborto, mas não é porque ela fez a ligação e depois ficou grávida...”.

AÇÃO AFIRMATIVA: CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER - CDM

Clube de mães

Verbena

“... O ideal era criar o Conselho Municipal de Mulheres de Paulista, e eu fui contra, porque eu já participava do Conselho de Saúde de Paulista, e eu já sentia como é a dificuldade que a gente tem no Conselho de Saúde de trabalhar. Aí eu dei a sugestão que a gente criava o Fórum de Mulher de Paulista, a gente discutia esse Fórum e

depois do Fórum criado, a gente poderia criar o conselho. Aí aprovaram a idéia. Aí a gente começou a articulação do Fórum, com intenção de depois criar o Conselho da Mulher. Aí tinha um grupo que tinha aquele livro da criação dos conselhos, que é de Fernando Henrique, que é Conselho de Saúde, Conselho da Mulher, Conselho de Criança e adolescente, é tanto do conselho que vai bater uma na cabeça do outro. Aí começou, algumas pessoas, com a dúvida: qual é o melhor? A gente criar o Fórum ou vai ser mesmo o conselho? Porque no conselho a gente tem o poder de decisão, o Fórum não tem. Aí começou aquela polêmica, eu e outra sempre puxando para o Fórum, porque a gente queria o poder político, o poder de pressão. A gente sabe se partir para o conselho, aí vai ter gestor, vai ser paritário, vai ter as pessoas que vai querer controlar, que não vai deixar a gente funcionar, Aí a gente puxou para o Fórum...”

Acácia

“...É uma polêmica que não vai acabar nunca, porque o Conselho Nacional, por exemplo, ele teve seus dias maravilhosos, cumpriu realmente o seu papel, depois houve uma mudança de governo, porque muda o governo, muda tudo. Eu acho o seguinte, a gente nunca vai conseguir segurar essa proposta para as coisas saírem assim: ‘não, é da mulher, ela faz o que ela quiser, quem decide é ela’. Não vai. O Conselho Nacional já passou por isso... por que a gente sabe, também, que ali existem grupos e mulheres de partidos e que nem sempre estão do lado daquelas que estão trabalhando para aqueles que elegem naquela ocasião. Por exemplo: Fernando Henrique foi uma negação. Eu acho que se a gente tem uma luta, de qualquer forma isso foi uma conquista, eu acho que a gente tem que continuar lutando. Se está lá pessoas que não merecem e que não cumpre realmente o seu papel dentro do conselho, que a gente tenha força suficientes para dizer: ‘não! Basta! Chega’. É por isso que eu digo que isso vai acontecer sempre. Por que é que Recife nunca teve um Conselho Municipal? Porque a briga é forte entre as próprias mulheres pelo poder... Eu acho que Conselho deve existir com mulheres que tenham fibra, garra, com mulheres que estejam dispostas de se colocarem numa posição partidária independente, quer dizer, não venha de partido político. O que é difícil, muito difícil. Mas nada é fácil, mas deve existir... Eu acho que Conselho tem que acontecer e, se tem batalhadoras à frente, eu acho que vale a pena qualquer conquista. Agora, as briguinhas vão ter sempre, não tem jeito não. O feminista também cresceu na sua forma, na sua maneira de divulgar o que é o feminismo. Você não vê, por exemplo, falar no Conselho da Mulher como uma conquista da mulher, mas como uma conquista feminista. Foram as feministas que mais brigaram por essa questão. Se fosse pra ser como é, a primeira coisa, o espaço conquistado pelas mulheres para as mulheres. Naquele espaço era onde deveria haver tal independência pra elas criarem, formarem, fazerem, falarem o que tá certo, o que tá errado e brigar com plena liberdade e sem medo. E pra não existir esse medo era preciso ter liberdade de discussão também com o presidente, com os ministros. Que eu acho que isso aconteceu bem na época do conselho nacional de Sarney. Então, se a gente tiver este poder, aí é que é importante o poder, o poder de participar igualmente com ministros se for conselho nacional; com as secretárias, se for municipal ou estadual. Sentar na mesa de igual pra igual, levar as questões como qualquer secretário faz. Mas se for pra ficar lá no canto, como figura decorativa, aí já não está valendo mais nada...”

Magnólia

“...Não sei o que é isso, não conheço, só posso falar do que conheço...”

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Margarida

“...Eu sou do Conselho Nacional. O MMTR Nordeste foi quem me indicou junto com outras organizações a mais do Brasil para participar do Conselho Nacional e o pessoal acha que é um espaço interessante de participação, né? Onde se pode agilizar algumas denúncias, onde se tem conhecimento de materiais. Sobre ter ou não um Conselho em Pernambuco, a gente não discutiu, essa discussão do Fórum a gente não estava presente, mas com certeza que as trabalhadoras vão achar interessante que tenha um Conselho em Pernambuco... Porque se a gente não está lá em cima também, nas decisões do Ministério da Justiça e da Saúde e tal, influenciando o mínimo que seja, eles vão fazer do jeito que querem, por menor que seja a nossa participação.... Agora, a polêmica em Pernambuco eu não sei. Deve passar pela questão política né? Que acha que os conselhos ficam muito ligados ao governo né? Eu acho que a gente tá vivendo um novo momento de democracia e estes espaços ligados ao governo é um desafio ainda em construção. A gente fica muito ainda com o pensamento anterior de ditadura, de esquerda fechada e esses espaços vão ficar nas mãos de quem? Eu acho que a gente tem que participar e são espaços democráticos e a gente tem que estar. O conselho, ele tem de tudo, tem gente do PT, tem gente ligado aos trabalhadores, tem intelectuais, tem tudo no conselho nacional. Eu acho que os conselhos estaduais, eles poderiam ser a mesma coisa. Eu não sou governo, eu não sou Fernando Henrique Cardoso. Eu acho que o Conselho Nacional não reflete só o governo. Têm pessoas de pensamentos de esquerda que estão lá dentro inclusive discordando de determinadas coisas. O espaço é complicado, é difícil, é pequeno, têm seus limites, mas é o que eu digo a você, eu acho que a gente quer construir uma democracia e democracia você tem que passar por todos os espaços, respeitando os espaços sociais existentes e construindo novos...”

Sindicato

Papoula

“... Olha, a gente não tem posição nenhuma. Olha, porque o Conselho da Mulher na outra gestão, tinha uma coisa mais concreta. Porque teve a Constituinte, e na Constituinte o Conselho da Mulher nos ajudou muito, mas muito mesmo, por exemplo, a gente tinha que ter proposta pra Constituinte e gente com o CNDM colocou os direitos de ter sindicato e das leis trabalhistas para a empregada doméstica, que você só podia botar 3 propostas e se botou o dos direitos da doméstica, os direitos do trabalhador rural e parece os direitos de não sei o quê, que tinha que ter 30 mil assinaturas e a gente não conseguiu esse teto. Mas as feministas botaram dentro da luta das mulheres a da empregada doméstica, fizeram, pagaram passagem de avião pra uma menina ir lá pra Brasília ou foi pro Rio, pra preparar ela como fazer esses

questionários na base. Quando a gente foi pra Brasília, a gente foi com os outros trabalhadores e somente as domésticas do Brasil todinho pra entregar um documento lá... As meninas [do sindicato] não têm mais concreto que Conselho da Mulher é isso, isso e isso. O Sindicato das Domésticas, ele não tem muito conhecimento do que é o Conselho da Mulher, que acho que não é só a gente, é todo o movimento de mulheres. Então, ter consciência mesmo o que é o Conselho da Mulher, o sindicato como um todo não tem. Porque as domésticas como doméstica, não têm nem muita consciência o que é o Sindicato. Sabe que existe o sindicato. Pode ter coisa que você sabe que existe uma coisa, agora saber mesmo o que é aquilo, qual é a finalidade, não é tão fácil.... Eu acho que o Conselho tem uma proposta de ver o problema das mulheres... Agora, eu não gosto de falar das coisas que eu não tenho muito conhecimento. Aqui no Recife não tem Conselho da Mulher. Se eu tivesse dentro de um conselho eu podia dizer qual era a noção que eu tinha de conselho. Eu não tenho noção de conselho. Não conheço o estatuto... Acho que o que existe de conselho as pessoas tem que ser escolhida pelo prefeito, ou pelo governador, ou pelo presidente. As conselheiras têm isso... Eu acho que no lugar que não tem Fórum o que tá atuando são os conselhos. Agora, a política dos conselhos que é ligada a prefeito, a governador e ao presidente, eu não discuto porque eu não conheço e eu não discuto uma coisa, nem dou opinião, naquilo que eu não entendo. É porque tem pessoas aqui que querem que seja conselho, outras não querem que seja... Agora, precisa que tenha uma retaguarda atrás, que seria o Fórum pra entrar naquelas propostas que o próprio Fórum escolhe, que ela leva pra lá, que não é fácil pra decidir. Agora, depende das conselheiras que tá lá e de ser muito unida pra formar uma força com quem tá atrás. Porque tem conselheiro que o povo escolhe que num sabe nem ler. Então não é o fato de quem não soubesse ler, mas tivesse consciente, aí vai pra lá ficar calado, sem dar posição de nada. Agora, o Conselho dos Direitos da Mulher, politicamente, não sei como dizer não. Teria que estudar muito mais isso, ver muito mais com quem entende de lei, nem posso dizer que isso é bom, nem que isso é ruim. Eu nunca discuti conselho não. Levantou conselho no seminário que a gente teve lá no Fórum esse ano. Algumas pessoas levantou o problema de conselho, mas isso não se discutiu mais....”

Cooperativa

Miguê

“... Olha, eu acho que o conselho dos direitos da mulher só teria razão de existir se ele for deliberativo e se tiver força, força de fazer respeitar as deliberações. Porque se o conselho não for deliberativo, não tiver autonomia, não tiver força, é melhor fortalecer o Fórum de que criar esse conselho... Tem o Nacional, mas eu não sei o que o nacional faz... Eu acho que é porque não tem material pra divulgar... Eu acho que deveria ter, seria a favor desde que ele fosse deliberativo e autônomo, antes eu teria que saber. Nem todos os membros são governantes, geralmente os conselhos são paritários. Ele tem governante, sociedade civil e trabalhadores. Mas os que são indicados pelo governo fazem e acontece se os outros representantes der bobeira, for submisso a eles, aí eles fazem mesmo...”

Feminista independente

Dália

“...As que são é porque eu acho que é porque não acredita no Conselho, mas aí pronto, não tem problema nenhum, não acredite. O Conselho é um órgão do estado, não é ruim ter um órgão do estado, tá aí o Conselho Nacional pra dizer, com todas as dificuldades, com todas as confusões, com todas as coisas. É uma conquista do movimento feminista os conselhos... E no fundo, se você vir, é porque o pessoal ainda não sacou, mas se você tem o Fórum de Mulheres, você tem os grupos específicos - saúde, renda, violência, pesquisa, como aqui tô tentando levar a fundação para o lado da documentação - também você tem isso aqui, aí Fórum de Mulheres, aí você cria o Conselho Estadual, aí você cria o Conselho Municipal, sabe o que é que você tem? Uma teia enorme no movimento de mulheres pressionando essa sociedade de alguma forma, sempre. E se você tem gente legal nesses lugares, que possam brigar aí dentro, é ótimo, não tem porque não ser. O Conselho não é um órgão do movimento, é uma conquista, mas não é um órgão. Ele é um órgão do Estado, não depende do movimento de mulheres, não depende do Fórum de Mulheres de Pernambuco ser criado ou não ser criado. O próprio Fórum de Mulheres de Pernambuco podia pressionar o governo pra criar, não quer pressionar, não pressiona. Eu quero um conselho, quero que Pernambuco tenha um Conselho Estadual. Isso é uma deliberação do Governador do Estado. O Fórum de Mulheres é contra a idéia do Conselho hoje, mas na hora em que a presidente do Conselho for do PT, o Fórum de Mulheres não vai ser mais contra. Porque tem identidade, porque ela não vai fazer nada contra o movimento, não tem motivo de ser contra. Por que vai ser contra? O Fórum de Mulheres existe, tá consolidado e tem uma forma de funcionar... O Conselho é um órgão do Estado que deve está pra fiscalizar, pra coordenar as ações do Estado com relação às mulheres. Ele não é um órgão do movimento, mas ele, por exemplo, vamos ver essa questão da mulher e educação, o movimento pode pressionar o Conselho para que faça alguma coisa... Por que não o Conselho? Por que é que ele vai me atrapalhar e ao movimento? Ele não vai. Ele vai ser mais um espaço de diálogo, mais um espaço de confusão, mais um espaço de poder para ser disputado pelas mulheres, mais um espaço de inserção... Tudo isso é artifício pra se inserir de uma forma mais igualitária, porque quando a gente vai para o meio deles, sozinha, a gente tá lascada... Eu acho que vai ampliar muito o espaço, a legitimação da presença das mulheres e o espaço de discussão. Vai se discutir mais com o estado. Hoje se discute, mas não tem ninguém lá dentro pra brigar, legitimado pra tá dentro... O Conselho não é um órgão executivo, se tivesse a Secretaria da Mulher, aí a gente pode fazer, tem orçamento, tem isso, tem aquilo...”

Partido político

Petúnia

“... Eu acho que já houve diferenças entre as próprias mulheres da secretaria, mas não entre o partido e a secretaria. Nós fomos contra [participar do CNDM], mas acho que a gente sempre acabou ficando numa posição muito isolada [no Fórum de Mulheres de Pernambuco], porque o partido não queria participar do Governo Federal, nem de Fernando Henrique, nem de seu Sarney, nem do Itamar. O partido tava fora. Porque a questão é que primeiro, nós da secretaria de mulheres do partido, até mesmo pra poder influenciar esse feminismo, essas novas proposições, essa

combinação que a gente faz entre política e feminismo, a gente tem todos os espaços de organização, de debate, de formulação de política e uma das questões é que nós somos contra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no formato que ele é constituído, porque é como se você criasse um satélite dentro do governo, que ele não tem poder administrativo, que é indicado e que acaba, portanto, ferindo a autonomia do movimento... Eu ainda não assisti a nenhum debate das próprias pessoas que participaram, fazendo um balanço crítico. Mas eu acho que nesses comentários de corredores, não é uma relação harmoniosa, sempre tem conflito, até mesmo porque os conselhos nacionais dos direitos da mulher acabam se esvaziando. Eles se constituem, mas começa a ter tanto problema, são tão emperrados dentro do estado pra poder atuar, que as mulheres acabam saindo, as feministas acabam saindo. Só que aí vem um outro governo, monta de novo, aí elas vão de novo, fica difícil... Aí é sempre aquela coisa: 'vocês são contra porque vocês são contra o governo Itamar, vocês são contra porque são contra o governo Sarney'. Na verdade não é isso... A proposição da Secretaria de Mulheres do partido, e aceita pelo partido, é que em caso da instalação de governos, vamos dizer assim, geridos pelo partido, que a gente não crie conselho, mas que a gente crie um órgão de governo com uma secretaria vinculada à secretaria geral de governo, então seria um órgão de governo, uma secretaria, não é um conselho... Porque nós achamos que tem que ter um órgão que além de elaborar, que execute ou, pelo menos, que coordene a execução desse programa que são pensados pra mulher. Tudo isso daí passa pela indicação de pessoas pra ocupar esses cargos, mas é ocupar cargos do governo.... A diferença disso está que é uma relação mais claramente definida politicamente: você faz parte do governo, você é do governo... você pode ter um órgão que faz controle social sobre este órgão de governo, é diferente da relação que se tem hoje com as experiências do CNDM, que é um órgão de pessoas que são e não são. Então acho que tem que ter uma relação muito clara. Esse governo tem que elaborar política pública pras mulheres e ele tem que ser cobrado pelo movimento. O movimento é um agente externo ao estado, ele não pode se confundir com o estado e, a forma de organização atual, é de uma grande confusão. A gente acha que da mesma forma que se tem um órgão de gestão da política de saúde, da educação, tem que ter um órgão que tá gestando, que tá elaborando política pública para as mulheres. Agora, numa relação diferenciada, porque você não tem política pública separada, você tem política pública integrada. Não é como um ministério, por isso que a gente fala em Secretaria de Governo, porque é um órgão que coordena política pública para todas as áreas. Isso o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher se propõe a fazer, só que ele faz isso numa relação política extremamente confusa e a gente acha que tem que ter de forma permanente nos governos isso, além de ter, vamos dizer assim, mecanismo de controle social sobre esses órgãos que tá coordenando política pública. Pode ser através do Conselho. Aí pode discutir melhor a forma, se é o formato de CNDM, que formato que seria, mas você pode criar um Conselho que regula essa política dessa secretaria de governo..."

Articuladora FMPE

Angélica

“... Essa Polêmica na verdade quem trouxe foi a Secretaria de Mulheres do PT. Na maioria, toda a discussão feita que eu acompanhei desde o começo dos anos 90, sempre foi o grupo de mulheres do PT que trouxe ou, logo depois, a Secretaria de Mulheres do PT... Eu acho que a polêmica toda do CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - é que quando você assume um cargo de confiança, por mais que seja eleita em lista triplíce, o que for, mas é o presidente da república que pega aquelas listas e diz: ‘eu quero fulana, fulano e fulano’. O que eu acho mais complicado é que a partir do momento que você assume um cargo como esse você tá compactuando da política do Governo, é óbvio! As pessoas que vão, elas estão em comum acordo com a política do gestor, do presidente da república... Logo no final da gestão do Sarney, começou a ver que já não tinha tanto poder, o CNDM. Quando começou a aparecer demais, o poder foi sendo cortado... Hoje o Conselho, ele já não tem mais a metade do poder de quando foi criado. E também é um lugar que serve pra Fernando Henrique Cardoso reafirmar a sua posição, a sua postura. A criação dos conselhos foi uma bandeira do movimento feminista, com certeza, mas o que eu estou dizendo é que, dependendo da conjuntura ele pode ter ou não poder, inserção social. Eu acho que hoje ele que já não responde... É muito diferente um Conselho Estadual de Saúde de um Conselho de Mulheres. Eu acho que o movimento avançou tanto que esses Conselhos Estaduais da Mulher estão defasados, pra mim passou o tempo desses conselhos... A gente tinha que procurar uma outra fórmula. A gente tem que começar a pensar em outro tipo de instituição que não é esse conselho que tá aí. Eu acho até que esses conselhos setoriais, eles, como é uma coisa que quem participa é a sociedade civil organizada e o Estado, eles têm uma outra característica... Só que hoje eu acho que a gente já tem espaço de poder onde as mulheres podem está, que não é exatamente esse Conselho, que é uma coisa muito limitada, o universo ainda é muito limitado, o universo do conselho... O Conselho Estadual de Saúde, ele define a política da saúde do Estado, define do ponto de vista econômico e do ponto de vista das ações. Então ele define quanto de verba vai pra tal lugar, define que ações aquela gestão vai conduzir, são coisas que o Conselho Estadual de Saúde define a nível do Estado de Pernambuco. Quem é que tá lá nesse conselho? Tá lá representante da secretaria de saúde, representante da sociedade civil organizada, então tem os usuários. Então são pessoas que são eleitas nos seus fóruns, nas suas instâncias, nas suas categorias e vão participar desse conselho. Então essas pessoas que juntas, ali, sentam e definem. Mas o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, ele não tem poder pra definir nada a nível da gestão. Então esse conselho não define. Não é um conselho setorial como são os outros conselhos. Esses conselhos setoriais eles são uma conquista da democracia... O Fórum acha assim como um todo acha super normal que tenham conselheiras que são do movimento de mulheres e são do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O que é o cri-cri da história é a Secretaria de Mulheres do PT. Muito mais por esse viés de achar que já perdeu a função, de achar que é uma coisa formal, uma coisa que dá respaldo ao presidente muito mais do ponto de vista fictício, porque não apita nada...”

ONG não feminista

Violeta

“...Eu Concordo com a criação do Conselho em Pernambuco. Eu concordo porque é um instrumento. É um instrumento de nossas reivindicações. Se for ao modelo do nacional, é um instrumento. O Nacional, por exemplo, é uma experiência do conhecimento do que eu tenho, foi o Nacional que ficava intimamente ligado às instâncias políticas. Ele era o personagem mais próximo das instâncias políticas de decisões, então levava nossas reivindicações para as instâncias de decisão. Com essa idéia eu penso que aqui também poderia funcionar...”

Orquídea

“...Eu quero crê que os conselhos têm um propósito bom, tanto municipal, como estadual e eu acredito que deveria ter Conselho dos Direitos da Mulher aqui em Recife, mas aqui eu não conheço absolutamente nada... Eu fico com ressalvas pelo seguinte, os conselhos é como se fossem entidades mistas [governo e sociedade civil], a gente fica sempre com receio de até que ponto o poder vai dar muita brecha pra o conselho se articular ou trabalhar, geralmente eles patrulham muito. Eu acho que é bom se participar, de qualquer forma é um espaço, mas eu não sei se o espaço é espaço com “E” maiúsculo, ou se é um espaço pequeno, geralmente o poder se preserva muito. Ou quando se sente invadido, ou quando se sente ameaçado se fecha, ou corta alguma coisa, ou dá um jeito de substituir....”

ONG Feminista

Jasmim

“...Olhe, isso daí já foi uma briga muito longa, muito longa em relação a esse Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Se por um lado se estabelece oficialmente que as mulheres querem ter direito, querem poder, querem empoderamento, querem ter direitos, então o que é que acontece? É muito complicado, porque fica aquela coisa hierárquica no momento que se vincula a um governo, quer dizer que, aquele movimento, o movimento ele é apartidário, entre aspas, entendeu? Então se tá vinculado àquele governo, se tá vinculado a um governo, aquilo passa a ser partidário. Então tudo isso são questões que eu questiono muito. E o que de fato tem interferido? Nunca teve uma atuação. Nunca teve uma atuação realmente, assim, incisiva em relação às questões. As mulheres nunca conseguiram responder, sabe? Em alguns momentos até sim, mas depois termina ficando muito vinculado àquela condição governamental, àquela ideologia de tal governo e aí, aquela coisa, e a liberdade? A liberdade do movimento feminista como um grupo reivindicatório e propositivo também, mas reivindicatório de direitos, de luta, se você tá vinculada àquele governo? Mas o ideal é que pudesse existir esse tipo de coisa, que pudesse acontecer realmente, tá? Mas isso de fato não tem existido, não tem acontecido até hoje. E aí se vai vários questionamentos em relação a essa coisa, bom, tá vinculado ao governo, não só porque tá vinculado ao governo, de perder também a condição no

momento em que você se vincula, até mesmo no governo de extrema-esquerda, né? Aí a gente teria que concordar e teria que aceitar as linhas que aquele governo estabelecesse para as lutas, para as nossas reivindicações. Claro que tem um fator de negociação, tem todo esse lado que a gente fica questionando dizendo: puxa vida, o movimento feminista vai viver a vida toda na coisa da subjetividade? Não vai existir de direito realmente? Será que a gente quer assegurar alguns direitos? Ou a gente quer transformar pra que nossos direitos sejam direitos humanos? Mas aí já mudou... Mas tem sempre essa polêmica, aí o pessoal entra, aí o movimento feminista fica muito dividido toda vez... O movimento deveria ter o controle social, que no fundo, no fundo, todo conselho, o conselho que se forma, é justamente pra se conseguir ter o controle em relação as políticas X. Se é sobre a questão da mulher, as políticas em relação ao controle de políticas da mulher dentro daquele governo, só que termina não fazendo esse papel... No lugar de ser reivindicatório, se adequa, não pede: 'eu quero isso'. A culpa é também do próprio movimento feminista que termina não reconhecendo esse Conselho... Atualmente mesmo, o Conselho tá com uma configuração, uma estrutura de pessoas muito interessantes, mas pouco se sabe, pouco se tem acesso em relação ao que os conselhos tão fazendo. Onde realmente ele tá interferindo? Eu realmente nem vi... Talvez a gente não saiba ainda como lidar com o poder e que tipo de poder a gente quer. A gente termina se adequando. Ou a gente tá contra, ou então a gente entra nele e se adequa, não transforma. Então, o que é que acontece? Todo movimento reivindicatório, todo movimento ideológico, político e tal têm essa coisa: ou tem controle sobre aquilo ou então abandona, vira as costas. As mulheres do conselho têm criticado muito o movimento feminista por conta dessa coisa de não dá suporte... Então tem uma desorganização, tem uma falta de controle do movimento feminista em relação a poder ser mais incisiva, e, por outro lado, tem essa coisa da adequação em relação ao poder, que é tão difícil modificar, que é mais fácil se adequar. Então tem toda essa questão que termina os conselhos não sendo muito reivindicatórios, não conseguindo muitas coisas, não conseguindo muito interlocutar com o movimento, fica aquela coisa sozinha lá, fazendo um monte de coisa, dizendo que é em prol das mulheres e não se vê nada ser feito..."

Gardênia

"...O Conselho não é um órgão do Estado? É. A conselheira presidente não é nomeada pelo Estado? É. Então ela reflete o governo que tem. Na época do Itamar as feministas se juntaram, fizeram um movimento porque queriam ir pro conselho do Itamar e ele nomeou as mulheres que ele achava que devia nomear. O movimento feminista fez um escândalo, disse que não reconhecia aquele Conselho, porque ele não tinha sido construído pelas bases. Mudou o Itamar pra Fernando Henrique. Quem foi consultada pra ir, das bases? Você conhece alguém? Porque eu não conheço. Escolheu um novo Conselho. A gente tem algumas coisas que precisa discutir, que é o poder... Eu estou brigando aqui em Olinda pra que se crie um Conselho de Mulheres, porque a idéia é ótima. Eu não vou ser contra uma idéia porque ela tá sendo mal usada..."

Hortênci

"...Eu torço pela uma situação favorável. Eu acho que há um equívoco muito grande das pessoas quando afirmam que o conselho é um investimento do governo. O

conselho não é um instrumento do governo. O conselho é um conquista nossa. O conselho é uma conquista, inclusive do movimento de mulheres. Na formulação da Constituinte, quando começamos a refazer a nossa Constituição, os conselhos de uma maneira geral, surgiram com uma reivindicação da sociedade brasileira, no sentido de ter espaço dentro do poder público de participação e esses conselhos abrem esse espaço de participação. Eu acho que é engano muito grande dizer que conselho é órgão de governo. Não é. Agora, uma coisa que eu acho, que a gente precisa rever é: como é que esses conselhos estão, vamos dizer, eu não sei nem se é constituído, mas qual é a relação que ele tem com isso? Que, por exemplo, presidente de conselho estadual ou municipal, nos três níveis, ele é nomeado pelo mandatário. Eu acho que o que a gente precisa fazer é ter condição política de colocar lá, nomear quem a gente indica. Eu acho que é uma grande mudança, a grande sacação é essa. Não é deixar que ele indique quem ele quer, mas que a gente tenha uma força de pressão pra fazer com que seja indicado aquela pessoa que a gente quer que ela seja, e não gente que não tem nada a ver com coisa nenhuma. Que não é o caso do nosso conselho... O Conselho tem viabilizando coisas, tem um papel e, a nível das estruturas de estado, eu acho que o Conselho é uma instância que a gente deve está lá dentro. Agora, se a gente não concorda com algumas coisas, algumas formas de conduzir é outra história... Eu acho o seguinte, se têm pessoas capazes lá dentro, de ter argumento, não é de briga não, é de ter argumento, essa coisa pode ser cumprida. Eu acho que isso pode ser cumprido, se você tem argumento lá dentro. O Conselho de Saúde, que é o que a gente tem uma informação maior, eles fazem mil e uma tramóia para o pessoal não participar das decisões. Vez por outra gente tá saindo essas histórias no Fórum, que as correspondência vêm... O papel da gente é de tá denunciando isso... Então eu acho que a gente tem que assumir, porque esse papel é um papel nosso. Ninguém pense que Governo nenhum vai dá nada de graça pra o cidadão não, não vai mesmo. De fato tem esses problemas, porque quem tá na direção dos conselhos, as entidades oficiais, eles têm um poder muito maior de sonegar as informações que a gente precisa ter. Então vamos questionar essa forma e não ser contra o conselho. Vamos fazer diferente, vamos questionar a forma de fazer, pois é isso que precisa saber. É isso que a gente nunca discutiu, se a gente não concorda com a forma, a gente não vai fazer com que o conselho desapareça... Acho que existe muita desinformação sobre conselho, é o que eu acho... O conselho não atende por que? Então quais são as alternativas que a gente têm pra se mudar essa estrutura pra ter que atender. Não é o Conselho que atende, é a estrutura dela..."

Rosa

"...O Fórum só pode se manter e crescer se a questão das mulheres, do feminismo, isso e aquilo, começam a tomar conta da sociedade, das instâncias, porque se ele continuar agindo sobre o mundo e o mundo não agindo sobre ele e ele não criando novos conflitos no mundo, novas instâncias pra brigar com ele pelo poder, qual é o sentido? Então, entre o risco e o medo há uma grande diferença. Se existe o risco, é pra ser enfrentado... Eu acho que a grande dificuldade vem da dificuldade de ser sujeito. Se nós somos sujeito político, a questão é outra. Se nós achamos correto criar um conselho, não porque pode acabar com o Fórum, mas por uma análise, não particularista, então o que é que precisa reforçar? O fórum vai assumir lugares? Ou vai reivindicar? E vai apontar pessoas, inclusive, que não tão dentro do cotidiano do Fórum, mas que são que pessoas que sejam reconhecidas? Se for aceito como

proposição, tem que ter um diálogo com os partidos, porque não somos nós que ocupamos esse lugar, são os partidos, então vai ter que dialogar com os partidos. Vamos ter uma briga pra pegar esse lugar pra nós.... Depois, uma avaliação dessas instâncias, saber o que elas servem, qual é a importância, os benefícios que ela traz pro movimento de mulheres em Pernambuco, para as políticas públicas de Pernambuco. Não vamos resumir a questão do Conselho, se ela vai ou não enfraquecer o fórum. Porque se o Fórum também não se arriscar a nada, qual é o sentido da existência dele? ...Primeiro vamos fazer uma discussão da importância, depois dos riscos e quais são os desafios que traz pro Fórum. Os riscos têm que ser enfrentados como desafios. O Fórum senta pouco para negociar, até porque se propõe pouco, nesse sentido..... O Fórum não enfrenta o conflito da negociação de poder, enfrenta o conflito mais ideológico... Eu acho que se outro espaço for criado, não tira esse papel do Fórum... De uma certa medida o Fórum está até mais isolado nesse processo de negociação, porque, inclusive, o Fórum não tem projeto de inserção pra outras mulheres, a não ser pra quem queira militar na instância cotidiana do movimento, com essa conotação mais feminista... O Conselho não pode ser um aglutinador do movimento de mulheres... O conselho não pode ser uma instância do movimento... Nos conselhos tem Estado e sociedade, mas nos conselhos tem que tá representado a heterogeneidade da sociedade civil. A sociedade civil não é só a sociedade civil de esquerda, não só de grupos feministas. As feministas estão perdendo o bonde por imaginarem que estão mais absolutas do que são. Eu acho que a gente tem que brigar... Agora eu tenho críticas ao Conselho sim, e aos conselhos, mas não esses pontos. Se nós não estamos conseguindo ter uma interferência no controle social, o controle social somos nós, não é o órgão, é a sociedade civil organizada. Os conselhos são os mecanismos que foram criados, mas se os mecanismos não estão funcionando, há por um lado uma dificuldade criada pelos governos e, por outro lado, um enfraquecimento da sociedade civil. O mecanismo não é um objeto. O mecanismo ele só tem sentido porque ele tá na dinâmica da sociedade. Ele é ação social e política. Ele depende de nível de organização, ele depende de briga por hegemonia de ocupação de espaço. Só que uma outra coisa, o movimento feminista nunca lê as leis que ele próprio constrói, é assim a do estatuto. Tá errado? Então vamos mudar. Mas é assim, é pra valer, ou não é pra valer?... Só que eu acho que o movimento de mulheres ainda não construiu uma idéia do que é tomar uma decisão... Então ninguém associa que naquele momento tá tomando uma decisão política, tá tomando uma decisão de poder, tá entrando num aparelho de Estado. Pode ser desse tamanho, mas é um lugar que foi conquistado, é um lugar que se está. E eu me mantenho lá, até hoje, com crítica aos conselhos de uma maneira geral, mas acho que tem primeiro que ser avaliado isso: o que é que isso significa? Que tipo de instância é essa? Porque é uma instância nova. Por que essa coisa de que não consegue se impor no governo Fernando Henrique? Não conseguiu se impor no governo Fernando Henrique, nem no governo Sarney, nem em governo nenhum, porque não existe força social e política para esta imposição. Se eles são realmente espaços que democratizam novos aparelhos de Estado, que vão abrindo espaço, ou se, por outro lado, eles institucionalizam, ou se eles estão criando um efeito contrário, eu não acho que a gente não está no momento de abdicar das instâncias específicas das mulheres, eu acho que é uma visão história apressadíssima... A democracia deixou de ser um instrumento, pra ser um caminho e um ponto de chegada... Democracia significa ter que fazer reformas, ter que fazer negociação, ter que fazer parcerias, ter que fazer alianças. As feministas não fazem alianças, porque fazer alianças é você sentar com

outro sujeito político e dizer: 'eu tenho isso você tem aquilo, onde é que a gente converge? Onde é que a gente diverge? E o que é que a gente tira juntos?' As feministas fazem parcerias, que é diferente de aliança. As feministas pedem apoio para os seus projetos, é diferente, mas as feministas nunca estão em aliança pra defender o projeto do outro sujeito coletivo. A gente tem uma crítica e um prognóstico com quem a gente faz aliança, mas a gente nunca pergunta quem quer fazer aliança com a gente, também não sei se tem muita gente querendo fazer aliança com a gente... Porque os conselhos não são só para o bom governo, os conselhos são para o bom governo e para o mau governo. Os conselhos são mecanismos de controle ou mecanismos de proposição, uns mais de controle do que de proposição, outros mais de proposição do que de controle,mas são mecanismos de controle social..."